



DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da moção de confiança ao Programa do Governo n.º 1/IX.

Proseguiu o debate deste, tendo intervindo, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Educação (David Justino), dos Assuntos Parlamentares (Luis Marques Mendes), da Segurança Social e do Trabalho (Bagão Félix) e da Ciência e do Ensino Superior (Pedro Lynce), os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Luisa Mesquita (PCP), Narana Coissoró (CDS-PP), João Teixeira Lopes (BE), António Braga (PS), Pedro Duarte (PSD), Elisa Ferreira (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Machado Rodrigues (PSD), Paulo Pedroso (PS), Ana Manso (PSD), Luis Fazenda (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Álvaro Castello-Branco (CDS-PP), Victor Cruz (PSD), Medeiros Ferreira (PS), João Pinho de Almeida

(CDS-PP), Augusto Santos Silva (PS), Gonçalo Dinis Capitão (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP).

O Sr. Presidente assinalou os 160 anos do nascimento de Antero de Quental.

O Sr. Presidente deu ainda conta do estado de saúde do Sr. Vice-Presidente Manuel Alegre, tendo, em nome de toda a Câmara, expressado votos de melhorias.

No encerramento do debate, intervieram os Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), João Teixeira Lopes (BE), Bernardino Soares (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), António Costa (PS) e Leonor Beleza (PSD), tendo o Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso) proferido a intervenção final.

Por último, a Câmara rejeitou as moções de rejeição n.º 1/IX (BE) e 2/IX (PCP) e aprovou a moção de confiança n.º 1/IX.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 20 minuto

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo da Silva Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Alvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

José Manuel Pereira da Costa
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís António Damásio Capoulas
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Dias Loureiro
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Marco António Ribeiro Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Graça Ferreira Proença Carvalho
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Victor do Couto Cruz
 Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso

Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Valter Victorino Lemos
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José Vieira Duque
 Narana Sinai Coissôrò
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, acabo de receber uma comunicação do Sr. Primeiro-Ministro, com considerandos que de alguma forma sintetizam o seu discurso de ontem, solicitando à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 192.º da Constituição da República Portuguesa, a aprovação de um voto de confiança ao seu Programa.

Admito este pedido de um voto de confiança ao Programa do Governo, que será votado no final do debate nos termos já anunciados.

Não havendo mais nenhum expediente a anunciar, vamos, então, dar início aos nossos trabalhos de hoje com a continuação do debate do Programa do XV Governo Constitucional.

O primeiro orador inscrito é a Sr.ª Deputada Isabel Castro, a quem dou a palavra.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entramos hoje no segundo dia de debate do Programa do Governo, um Programa do Governo PSD/CDS-PP que é, seguramente, o programa de uma direita conservadora, arcaica e neoliberal.

Risos e protestos do PSD e do CDS-PP.

Um programa de que, salvo raras excepções, está ausente um pensamento global e estratégico ou uma visão prospectiva sobre as questões que marcam o nosso quotidiano — excepção feita, porque me parece justo, à questão dos transportes, sobre a qual se revê um pensamento, uma ideia, um objectivo.

Com efeito, não obstante este capítulo, o Programa do Governo é um enunciado longo e um amontoado de banalidades, de vacuidades, de totais falhas de conteúdo.

É um programa neoliberal, na medida em que em domínios tão importantes para a vida dos cidadãos, como sejam a saúde, a segurança social, o ambiente, o ensino, pura e simplesmente, se rende à velha lógica dos mercados, ignorando totalmente o papel dos serviços públicos e o primado dos cidadãos.

É ainda, com grande clareza, um Programa do Governo totalmente discriminatório, socialmente injusto e de exclusão, não só porque de forma agravada, perante uma situação que é economicamente grave, mantém privilégios e continua — contrariando, aliás, as promessas eleitorais — a penalizar as classes mais desfavorecidas como também por toda a abordagem que faz em domínios que hoje, nas sociedades contemporâneas, são de particular sensibilidade: o modo como toca na questão da imigração; a forma como aborda as questões da educação e da delinquência; a forma retrógrada e parada no tempo como aborda as questões e os direitos individuais dos cidadãos, designadamente no quadro da família.

E ainda, Sr. Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, um programa que não é de uma direita moderna, mas de uma direita que está fora do tempo; uma direita que, pura e simplesmente, ignora aquilo que é hoje uma questão essencial da agenda política internacional: a questão ecológica. Elenca um conjunto de banalidades e chavões totalmente desarticulados; passa à margem do binómio ambiente/saúde; ignora que hoje vivemos numa sociedade de risco, onde a avaliação do risco e a atitude preventiva é fundamental em matérias como a segurança ambiental, os organismos geneticamente modificados, em relação aos riscos químicos, que hoje estão cada vez mais na ordem do dia e preocupam os Estados, e em relação à mudança climática, hoje o centro do debate em todas as sociedades, em todos os países europeus, e que não mereceu uma única linha no programa que hoje nos é apresentado.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não temos dúvidas em dizer que este é, seguramente, um dos piores programas de governo apresentados nesta Câmara. Mas mais do que isso: é não só um programa decepcionante como um programa socialmente injusto, um programa parado no tempo. Neste sentido, entendemos que há todas as razões políticas e éticas para que este programa seja rejeitado.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (David Justino): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queremos ganhar o desafio da educação e da formação dos portugueses. Vamos ganhar o desafio da educação e da formação dos portugueses!

Nunca a expressão de uma vontade política foi tão potenciada pelo imperativo nacional de rompermos com a resignação de muitos, o determinismo intelectual de alguns e a incomodidade passiva da maioria.

Não me conformo com o estado a que chegou a educação em Portugal!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não me conformo com os sucessivos estudos internacionais que nos relegam invariavelmente para a cauda da tabela.

Não me conformo com o atraso estrutural que nos consome!

Não me conformo com o silêncio envergonhado que nos rouba a esperança!

O conjunto de medidas que apresentamos no Programa do XV Governo Constitucional não vale só por si; exige uma nova atitude política e uma outra prática de governação, sem o que tais medidas se tornam letra morta.

Duas delas, já consagradas na lei orgânica deste Governo, configuram opções estratégicas decisivas para ganharmos aquele que é o desafio da educação e da formação, o desafio que propomos ao País.

A primeira traduziu-se na autonomização do ensino superior relativamente à educação. O objectivo é claro: potenciar sinergias com a ciência e a tecnologia e focalizar a política educativa na sequência pré-escolar, básico e secundário.

A segunda consagra a articulação progressiva entre educação e formação profissional. O potencial de qualificação que resulta desta opção é incomensurável. Através dessa medida poderemos construir uma plataforma organizacional que concretize os princípios que há muito defendemos.

Todos os jovens que abandonem o sistema escolar — concluída ou não a escolaridade obrigatória — e que não desejem prosseguir os estudos deverão beneficiar de um programa de formação profissional que lhes confira as competências necessárias a uma boa integração no mercado de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A educação e a formação não podem confinar-se a uma pequena fase do ciclo de vida. Portugal apresenta a mais elevada percentagem de população empregada com baixas habilitações — valor muito próximo dos 70%, mas ainda muito longe do país que nos precede, a Itália, com cerca de 45% —, razão mais do que suficiente para valorizarmos a educação e a formação ao longo da vida.

Deveremos proporcionar trajectos diversificados que configurem uma oferta sistematizada, equilibrada, coerente e que respeite a liberdade de escolha dos alunos e das famílias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Rejeitamos quer o darwinismo social quer o pretenso igualitarismo, estranhamente com resultados tão semelhantes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É esta opção estratégica que nos permitirá concretizar um conjunto de iniciativas de combate ao abandono escolar, quer na escolaridade obrigatória quer no ensino secundário.

Portugal não pode continuar a apresentar as mais elevadas taxas de abandono escolar da Europa. Não podemos continuar a ter uma escolaridade obrigatória e uma frequência facultativa. Esta responsabilidade é de todos nós, a começar pelos pais, que em muitos casos não assumem o papel que é deles e de mais ninguém.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Longe vão os tempos em que se lutava pelo pão e pela instrução. Esta era um direito a que poucos tinham acesso. Não é o caso dos nossos tempos. Hoje, a educação, para além de um direito que importa assegurar, é cada vez mais um dever de cidadania, uma responsabilidade que importa lembrar.

Todos sabemos que as causas de abandono escolar são múltiplas: muitas delas resultam de condições sociais adversas, da pobreza e da exclusão, de padrões culturais pouco sensíveis ao valor social da educação. Por isso, entendemos ser necessário criar, nas zonas mais sensíveis, centros de apoio social escolar constituídos por equipas multidisciplinares visando o apoio aos alunos e às famílias carenciadas ou desestruturadas.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Estas são algumas das medidas que enformam o Programa do Governo para a Educação. Resultam de uma concepção de escola assente em valores como o trabalho, a disciplina, a exigência, o rigor e a competência.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No trabalho, porque não há boas aprendizagens sem esforço, não há sucesso sustentado sem empenho e sem método, não há progresso nem desenvolvimento pessoal e cívico sem que se destaque a dignidade desse mesmo trabalho.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Na disciplina, porque na escola, na sala de aula ou no recreio não há socialização sem o assumir de um código de conduta que nos permita viver em conjunto.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este Governo e o Ministério da Educação não vão tolerar a degradação da autoridade dos professores e apresentarão muito em breve um conjunto de medidas que a reforçam. Os professores merecem de todos nós a confiança para o desempenho pleno do seu papel.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Não vamos continuar a pedir aos professores que sejam psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, terapeutas e quantas vezes pais e mães. Aos professores vamos pedir que sejam, acima de tudo, bons profissionais e bons pedagogos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Uma escola assente em padrões de exigência — a exigência que cada um terá consigo próprio e com todos os agentes envolvidos no processo educativo, a começar pelo Ministro da Educação. Por isso, defendemos um modelo de avaliação sério, modelo esse que encare o desempenho das escolas e não apenas os resultados obtidos pelos alunos.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Quanto a estes resultados, eles deverão ser devidamente tratados e cientificamente validados, de forma a permitirem uma leitura nacional responsável.

Queremos distinguir as melhores escolas e para nós as melhores escolas são aquelas que melhoraram, mesmo que inicialmente situadas na cauda do *ranking*.

Queremos uma escola assente no rigor. O desafio da educação é, antes de mais, um desafio cultural que se coloca em torno dos valores, das atitudes e das condutas. Temos pela frente uma batalha para que esse rigor oriente, desde logo, a formação inicial, quando se constróem os alicerces do processo de aprendizagem. Falamos do 1.º ciclo do ensino básico e do esforço que será necessário fazer para desenvolvermos o domínio da língua e as bases de uma cultura científica. Esta é a prioridade incontornável. Não esperem que venhamos a negar no Governo aquilo que sempre defendemos na oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O programa de emergência para o ensino da língua e da cultura portuguesas, da matemática e das ciências é o primeiro passo desse esforço continuado que pretendemos desenvolver. O segundo não dispensa uma revisão do actual modelo de avaliação.

A confiança que temos nos professores para atribuírem uma boa classificação não poderá ser diferente da confiança que neles temos quando nos dizem que um aluno não está em condições de transitar para o ano seguinte.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Também por aqui passa o urgente reforço da autoridade dos professores.

Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados: Existem três «pecados capitais» a evitar quando qualquer governo pretende fazer a reforma do sistema de ensino.

O primeiro é o de sujeitar alunos, professores e famílias, num universo que atinge directa ou indirectamente cerca de metade da população portuguesa, a consecutivos processos de reforma a partir de grandes pacotes legislativos.

O segundo pecado é o de conceber processos de mudança sem que se promovam a mobilização e o empenho de uma parte significativa dos actores envolvidos.

O terceiro é o de não contabilizar e assegurar os recursos materiais, humanos e financeiros indispensáveis ao sucesso da reforma.

Querer fazer uma reforma — a que a falsa modéstia ou o temor preferiu o termo revisão — antes de concluir o ciclo de concretização da reforma anterior é mais do que um lapso: é um erro!

Confundir avaliação sistemática e objectiva de uma reforma com uma pretensa reflexão e discussão participada é mais do que um lapso: é um erro!

Ignorar as críticas e dispensar os contributos que muitos atempadamente fizeram e deram é mais do que um lapso: é um erro!

Tanto erro já é pecado capital...

É neste contexto que teremos de compreender a decisão de suspensão da actual revisão curricular do ensino secundário. Mesmo que não tivéssemos razão em nenhum dos fundamentos atrás invocados, há um que se torna decisivo: a actual situação financeira do Ministério da Educação.

Dou-vos dois factos iniludíveis: o valor dos encargos não cobertos pelo actual Orçamento do Estado para 2002 é de 218 milhões de euros. Destes 218 milhões de euros, 64 milhões resultam de encargos de 2001 que foram deferidos para o primeiro trimestre de 2002; os restantes 154 milhões de euros resultam da suborçamentação deliberada que, enquanto Deputado, tive oportunidade de denunciar neste Plenário e em sede da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Onde estão as análises de impacto financeiro, material e humano da revisão curricular do ensino secundário? Chegarão as 4000 novas vagas que uma análise por mim ensaiada indicia? Estamos a falar de não menos de 75 milhões de euros...!

Srs. Deputados, estes números não são «palha»! São consequência da tralha, mas não são «palha»!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Como é possível aprovar reformas de tamanha relevância de maneira tão cega?

Desde há muito tempo que tento conhecer um estudo que avalie o impacto financeiro desta revisão curricular. Ainda não encontrei resposta, tão simplesmente porque nunca foi feito qualquer estudo sério e detalhado desse impacto.

O maior dos erros seria olhar à direita ignorando a revisão que nos passava à esquerda.

Por uma questão de responsabilidade e sentido de Estado, queremos viabilizar esta revisão curricular, nomeadamente pelos aspectos positivos que encerra. Mas para que tal seja possível é necessário parar, rectificar o que é possível rectificar, redesenhar a estrutura curricular face aos novos objectivos estratégicos da educação e da formação profissional e ajustá-la à disponibilidade de recursos financeiros.

Não quero acabar sem uma alusão a um dos objectivos mais importantes que pretendemos concretizar: o da delegação de competências nas autarquias, promovendo uma efectiva descentralização e um maior envolvimento das comunidades locais no processo de qualificação do ensino.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não me levem a mal que invoque a dupla qualidade de professor e de autarca para vos manifestar a profunda confiança que tenho neste processo de

descentralização e nos efeitos benéficos que daí resultarão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados: Todos queremos e teremos de contribuir para ganhar o desafio da educação e da formação das novas gerações. Elas merecem-no e estou certo que poucos, muito poucos, regatearão esforços para cumprir este designio nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Educação inscreveram-se vários Srs.^{as} e Srs. Deputados, a quem irei dando a palavra por ordem da respectiva inscrição.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, em primeiro lugar, gostaria de assinalar o enorme esforço que colocou na sua intervenção, já que a mesma é um misto do seu pensamento sobre as questões da educação, sobre o que o PSD pensa e é a tentativa de estabelecer uma ponte entre tudo isso e o que é o Programa do Governo que efectivamente nos foi apresentado.

Ora, o Programa do Governo que nos foi apresentado, e que é o que está sujeito a discussão, contempla variadíssimas coisas com as quais Os Verdes não se identificam, de todo em todo.

O Programa refere um aspecto, o qual, obviamente, ninguém nesta Câmara ousará contestar, pelo menos formalmente, que é a necessidade de uma escola para todos. No entanto, de facto, toda a forma como está redigido o conjunto de banalidades e a imprecisão de algumas das medidas preconizadas aponta é para uma escola para todos, sim, mas de acordo com a categoria de cada um, o que, aliás, é claríssimo em todo este documento.

Na verdade, há uma escola pública da qual o Governo, pura e simplesmente, se descarta, independentemente do texto constitucional; há diferentes escolas de acordo com as diferentes condições de acesso de cada um. Portanto, haverá escolas de elite.

Aliás, nessa perspectiva, a escola é pensada como um espaço extremamente competitivo, um espaço para produzir, onde, ao contrário do que é dito, conta muito pouco o peso de cada um.

Gostaria que me desse um esclarecimento sobre algo que desaparece deste Programa do Governo, o que, aliás, é espantoso.

Refiro-me às necessidades educativas especiais. Estas não dizem respeito apenas a crianças com deficiência, mas são respostas pedagógicas adequadas, numa sociedade que tem diferentes grupos culturais e étnicos que carecem de respostas adequadas, que tem enormes diferenças sociais, relativamente às quais nada é dito. A única alusão a estes meninos é a de remetê-los para o «armazém» da segurança social. Portanto, gostaria de saber o que se fará a todo este universo de jovens.

A segunda questão, que gostaria que o Sr. Ministro clarificasse melhor, é a da enorme incógnita quanto à «resurreição» de uma figura que hoje já não existe. Aliás, todo o seu discurso fala em rigor, em autoridade, sempre sob uma óptica punitiva. É curioso verificar que não se fala

em autoridade sob uma perspectiva de responsabilidade, mas de punição, de castigo. Nesse sentido, curiosamente, o que se considera mais importante na hierarquia da escola é a «ressurreição» da figura do director.

Ora, uma vez que, actualmente, a figura do director de escola não está prevista na lei, gostaria que o Sr. Ministro precisasse melhor o pensamento do Programa do Governo sobre esta matéria.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, começo por agradecer as suas perguntas.

Lamento imenso, mas não foi o Programa do Governo que a Sr.^a Deputada leu, deve ter sido um outro, já que o que eu disse em nada está desadequado relativamente ao que consta do Programa do Governo, embora não seja tão extensivo como este último. A Sr.^a Deputada referiu alguns aspectos que eu próprio não foquei, mas que constam do Programa do Governo.

Não diga é que são banalidades. Se conseguir identificar as banalidades, poderemos discuti-las, mas preciso de saber o que, para si, significa «banalidades», já que, para mim, não o são. Há aspectos muito importantes que em nada podem ser considerados banalidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Que a Sr.^a Deputada, no seu pensamento, tenha a imagem de que, por parte deste Governo e da maioria parlamentar que o apoia, há uma espécie de darwinismo social, já que refere «uma escola só para alguns», «escolas de elite», «a escola como espaço competitivo», fica consigo, mas não é isso que está no Programa do Governo — lamento imenso! No entanto, o que está no Programa do Governo também não é uma concepção igualitária — há que assumi-lo! —, pois, obviamente, não partilho a concepção ideológica que a senhora tem. Quanto a isto, estamos de acordo.

No que diz respeito às necessidades educativas especiais, há já um ano, ambos tivemos uma discussão sobre a matéria.

O grande problema do alargamento da concepção de necessidades educativas especiais tem uma consequência que é a de dispersar por várias valências e vários níveis de gravidade o que deveria ser concentrado naqueles que, efectivamente, têm necessidades. Este é o problema.

Há uma definição muito interessante da autoria de um grande especialista sempre citado ao nível das Ciências da Educação, segundo o qual a expressão necessidades educativas especiais diz respeito a alunos que, eventualmente, têm um comportamento, e, acima de tudo, um desempenho, que está desajustado à idade que têm. Esta é a concepção mais uniforme e mais inadmissível que conheço, como se as crianças e os jovens não tivessem diferentes ritmos de desenvolvimento...!

Portanto, colocar tudo isto sob a égide de «necessidades educativas especiais» é contemporizar com situações de abuso da utilização das condições de ensino de necessidades educativas especiais em claro prejuízo dos que são portadores de deficiência física, e não só, e de dificulda-

des, os quais, obviamente, são os que têm de merecer a nossa atenção.

Quanto à questão dos «armazéns» da segurança social, Sr.^a Deputada, quem lá pôs os grupos étnicos, etc., foi o governo socialista, através da atribuição do rendimento mínimo garantido.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Isso é que é um «armazém» da segurança social, não o que nós propomos, com certeza absoluta.

No que diz respeito à óptica punitiva do Programa, mais uma vez, a Sr.^a Deputada lê o que lá não está. Ora, lamento, mas não posso responder pelo que não consta no Programa do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, estamos aqui não para falar da sua intervenção mas do Programa que este Governo apresentou ao País. É exclusivamente sobre esse que pretendo falar.

Sr. Ministro da Educação, quero dizer-lhe que considerar a educação e a qualificação dos portugueses como estratégias fundamentais ao desenvolvimento do País é algo tão consensual em pleno século XXI que não me suscita qualquer discussão.

No entanto, se essa avaliação é inquestionável, o mesmo não pode dizer-se dos dois problemas que o seu Governo identificou como os maiores da educação. Essa é que é a questão que o Sr. Ministro deveria ter trazido aqui para ser suficientemente discutida e avaliada a fim de podermos ter a noção exacta da ideologia que percorre todo Ministério da Educação e das soluções sociais deste Governo.

Como dizia, o Governo identificou dois maiores do sistema educativo: o crescente estatismo, o quase monopólio da escola pública.

Ora, este é um falso diagnóstico, Sr. Ministro, mas claro que é o necessário a um Governo que já tinha definido de antemão as terapêuticas para estes maiores que, de facto, não existem.

Vejamos o que é proposto.

Anuncia-se, com toda a clareza, o ataque à escola pública e promove-se o ensino privado — está lá dito.

Esquecem-se direitos constitucionais e propõe-se a privatização da educação.

Assume-se a desresponsabilização do Governo e anunciam-se mais e mais transferências para as autarquias locais.

Confunde-se — e isto é grave, Sr. Ministro! — a gratuitidade da escolaridade obrigatória com medidas de caridade pública de tão má memória e que o Sr. Ministro bem conhece.

Confunde-se escola de qualidade e inclusiva, para todos, com competição, medalhas de mérito e exames e mais exames — repito que estou a citar o Programa do Governo...

Vozes do PSD: — E muito bem!

A Oradora: — Confunde-se estabilidade docente com métodos selectivos de recrutamento, de vinculação e — coisa única após o 25 de Abril! — defende-se vencimentos diferenciados para os professores, de harmonia com a sua competência.

Vozes do PSD: — E muito bem!

A Oradora: — Propõe-se o fim da gestão democrática e «vende-se» a superioridade moral e uninominal do director de má memória.

E, quanto aos verdadeiros problemas da educação, Sr. Ministro, quais são as medidas deste Governo?

O que se diz acerca do 1.º ciclo, do ensino básico e do pré-escolar? Quais são as medidas concretas de combate ao abandono e ao insucesso escolares?

Quais são as medidas relativas aos milhares de professores que, agora, estão no desemprego, que todos os anos são contratados e, depois, todos os anos são despedidos, no Verão?

E quanto ao ensino de Português no estrangeiro — e está sentado na galeria o actual Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas que, anteriormente, integrava a Comissão de Educação — que, agora, desapareceu? Onde estão os compromissos tomados pelo PP e pelo PSD junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, em que assumiam a expansão e a dignificação do ensino de Português no estrangeiro? Quanto a isto, o Ministério da Educação e o Programa do Governo dizem nada!

O que está em discussão é isto, Sr. Ministro, não a sua intervenção!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, posso concluir que gostou da minha intervenção, só não gostou foi do Programa do Governo. Já temos uma boa base!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Qual dos dois é que vale?

O Orador: — Agora, vamos a quatro questões que a Sr.^a Deputada colocou e que são da maior relevância, precisamente porque são questões ideológicas.

Primeira questão, a do monopólio da escola pública.

Sei que o Partido Comunista defende o monopólio da escola pública. Por mim, não o defendo, à semelhança deste Governo e da maioria parlamentar que o apoia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, penso que está mais do que demonstrado que está obsoleto o modelo de escola pública que os senhores defendem e têm vindo a defender como sendo uma suposta «conquista de Abril».

A única coisa que defendemos é algo muito mais simples: defendemos um maior equilíbrio entre três componentes: escola pública, rede solidária e escola privada. São estas as ideias que defendemos e não a velha oposição de

que os senhores muito gostam — ainda estão na era da luta de classes, não é? —, que é a da escola pública versus escola privada.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — A luta de classes ainda não acabou!

O Orador: — Sei que, para vós, não acabou! Nota-se pelos conflitos que têm tido internamente!...

Aplausos e risos do PSD e do CDS-PP.

A segunda questão central é a da escola inclusiva.

Sr.^a Deputada, tenho o maior respeito quanto à ideia de se encontrarem os melhores mecanismos para integrar todos dentro de um projecto de escola que seja diversificado e respeite as diferenças. No entanto, sou completamente contrário à existência de uma espécie de «tudo ao molho e fé em Deus», em que não há regras, uma escola em que a maioria se sujeita à obsessão da inclusão. Isso não faço!

Em terceiro lugar, temos a questão da discriminação positiva ou não, a do mérito de professores e de alunos, a de uma gestão colectiva *versus* uma gestão individualizada e responsável. Essa é a própria concepção de igualitarismo que critiquei na minha intervenção. Por isso, estou admirado que a Sr.^a Deputada tenha gostado da minha intervenção,...

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não gostei, não!

O Orador: — ... pois, ideologicamente, ela foi muito demarcada relativamente às suas posições.

Por último, passo à questão do ensino de Português no estrangeiro.

Talvez por falta de tempo, a Sr.^a Deputada, se calhar, só leu o capítulo do Programa do Governo relativo ao Ministério da Educação mas deveria ter lido o relativo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros,...

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Nada diz!

O Orador: — ... na parte que diz respeito ao ensino de Português no estrangeiro e ao desafio que defrontamos no sentido de encontrar uma forma organizada e integrada de promover o ensino e a cultura portuguesa no estrangeiro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, em primeiro lugar, quero felicitar V. Ex.^a por ter assumido o cargo de Ministro da Educação, o que, hoje, não é uma tarefa fácil, como todos sabem. Felicito-o também, e principalmente, porque, com este Programa do Governo, vem fazer um desafio à própria concepção de escola, que vigorava entre nós, desde 1924, e que foi trazida até aos nossos dias, aos trambolhões, ultimamente, aliás, sem qualquer ideia sobre o que devia ser a escola para o século XXI, pelos dois governos do Partido Socialista.

Temos estado a viver, em Portugal, uma «escola ao deus-dará», uma escola onde faltam a autoridade, os curri-

culos, os métodos de ensino, uma escola onde os professores são ofendidos, onde os pais dos alunos não podem pôr os pés e de onde os estudantes saem das aulas quando e como querem e insultam professores e professoras.

É este o quadro negro que se desenrola diante de nós.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, fazer, neste momento, um ataque a qualquer referência à autoridade, ao director, ou até vilipendiar ou ridicularizar o chamado reitor, e evocar figuras do antanho como se fossem reincarnar nas figuras novas, dizendo que isso é reaccionário, é voltar outra vez ao passado, não é correcto, pois as palavras têm, em cada momento, sentidos muitíssimo diferentes.

Vozes do CDS-PP: — Claro!

O Orador: — É porque um professor levar uma chapada na cara é exactamente a mesma coisa antes de 1974, na Revolução de 1974 ou em 2002.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Risos do PCP e do BE.

Já os risos dos Srs. Deputados Luís Fazenda e António Filipe são os mesmos risos que eles não teriam antes de 1974, que têm hoje, mas que vão deixar de ter, a partir de agora, com este Governo.

Risos do CDS-PP e do PSD.

Sr. Ministro da Educação, devo felicitá-lo, em primeiro lugar, pelos três grandes vectores que enuncia: primeiro, acabar com o monopólio da escola pública.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Privatizá-la!

O Orador: — A nossa Constituição, a Constituição de 25 de Abril de 1976, consagra o direito de informar, o direito de aprender e ensinar. E o direito de aprender e ensinar é igual para todos — não apenas para o Estado mas também para as escolas sociais e para as escolas privadas e, principalmente, para as famílias e os alunos. As famílias podem e devem escolher livremente a escola que querem, a escola onde se sentem melhor, onde julgam que os seus filhos estão melhor, sejam elas públicas, privadas ou sociais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

O Orador: — Em segundo lugar, quero dizer-lhe, Sr. Ministro, que faz muitíssimo bem em, nesta matéria, delegar competências nas autarquias locais, desde que lhes dê os meios. É que é preciso, nesta era de globalização, criar também o sentido da localização; é preciso criar o sentido da identidade nacional, o sentido do patriotismo, do amor à terra. Uma criança que estuda na sua própria terra, junto do seu meio familiar, da sua comunidade e dos seus autarcas, tem, naturalmente, um melhor sentido de identidade e sabe apurar melhor qual é o seu país, qual é o seu sentido...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, porque o seu tempo está mais do que esgotado.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Esta é a melhor forma de educarmos as crianças portuguesas para os desafios da tecnologia e da globalização.

Peço desculpa, Sr. Presidente, por me ter excedido no tempo. Muito mais haveria a dizer, Sr. Ministro, mas julgo que esta nossa adesão entusiástica ao seu Programa merece uma só palavra: estamos consigo e conte connosco.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró, quero obviamente agradecer as suas palavras e a forma que entendeu por conveniente dar o apoio a este conjunto de propostas e de ideias. Espero não o desiludir relativamente aos objectivos difíceis que temos pela frente.

O Sr. Deputado focou precisamente um dos aspectos que mais me preocupa: a falta de autoridade que se sente não só na escola mas também no conjunto dos sistemas de autoridade da sociedade portuguesa. Não é só a escola, mas a escola talvez seja o elo mais frágil, que, no fundo, acaba por absorver a própria crise de valores que resulta e tem como consequência essa falta de autoridade.

Não creio que possamos preencher plenamente o objectivo e concretizá-lo se fora da escola não existirem também os sinais necessários para que esse objectivo seja concretizado dentro da escola. Não vamos pensar que a escola é um oásis, que funciona de forma muito diferente do resto da sociedade. Mas também entendo que a postura deste Governo, as propostas que apresentou, o seu Programa e, acima de tudo, uma nova atitude governativa poderão ajudar, em grande parte, a que dentro da escola esses problemas possam ser mais facilmente resolvidos.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Temos na nossa sociedade um conjunto de tabus, que estão praticamente agrilhoados pelo «politicamente correcto». E o tabu da autoridade, do director, é problema, digamos, desta ideia da comunidade educativa em que somos todos iguais, tem sido o pior dos tabus. Mas é um mero tabu, porque a realidade é bem diferente.

Nós nunca tivemos um sistema educativo tão inigualitário quanto aquele que temos hoje. As desigualdades sociais promovidas pelo actual sistema são muito maiores agora do que eram há 15 ou 20 anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, não tenho quaisquer dúvidas de que a imagem do «politicamente correcto» da escola igualitária não é mais do que isso, é só uma imagem, nada tem a ver com a realidade. Sustentado precisamente neste aspecto, acho que esta velha oposição entre escola pública e escola privada não tem sentido. Nós vimos, através da publicação dos resultados dos exames do 12.º ano, que não é essa a oposição, porque temos, nos melhores lugares, escolas públicas e escolas privadas e, nos piores lugares, escolas públicas e escolas privadas.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Por favor conclua.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Quer isto dizer que a oposição está entre as boas e as más e não entre as públicas e as privadas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por último, quero referir a descentralização, que é um grande desafio. Não se trata de desresponsabilização. O Ministério tem de focar a sua acção naquilo que é fundamental e, obviamente, tem de partilhar competências com outros organismos, nomeadamente com as autarquias.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É porque se não ganharmos este desafio não ganhamos mais nenhum. É esta a minha convicção.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, permita-me, antes de mais, que, nesta minha primeira intervenção, o saúde e que, nessa saudação, englobe uma saudação a todos os presentes.

Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro tentou fazer passar a ideia de que não havia ideologia: patrões e trabalhadores tudo era o mesmo, havia que ultrapassar esse jargão. Pois bem, o que foi, ontem, expulso pela porta regressa, hoje, em força, pela janela.

E é precisamente no capítulo da educação que notamos, de forma mais nítida, a agressividade social deste Governo e a teoria do Estado mínimo. Antes de mais, pelas omissões. E as omissões são tantas e os «pecados» — já agora, permita-me que o diga, Sr. Ministro, para utilizar a sua linguagem — são tantos que o senhor, provavelmente, arderia no inferno, se eles valessem.

Gostava, por isso, de referir as omissões. Que referências existem, que não as li, às aprendizagens extra-escolares, ao papel das outras instituições educativas, à educação de adultos e ao combate à iliteracia? O que se vê, apenas, é a desresponsabilização e a demissão do papel do Estado. E com uma falsidade, porque não existe hoje monopólio do Estado. Hoje, já existe uma complementaridade entre o Estado, o sector privado e o terceiro sector. É falso dizer que existe um monopólio do Estado na educação.

Por outro lado, parece-me que o que existe aqui também é uma tentativa de legitimar o corte no investimento público na educação e, obviamente, de aumentar o negócio para os privados.

De facto, a ideologia entra em força na questão da meritocracia. A meritocracia, Sr. Ministro — e o senhor deveria sabê-lo, porque também é sociólogo de formação —, ignora os mecanismos de produção das desigualdades sociais. A meritocracia, como sabe, não permite que uma escola do interior ou do litoral urbano tenha as mesmas condições de acesso ao sucesso, nem permite que um aluno cuja família tem fracos recursos económicos, sociais e

culturais tenha o mesmo acesso ao mérito. Por conseguinte, o mérito é uma forma eufemística de defender a selectividade social em força.

A centralização do poder na figura do director da escola, já aqui referida, é também uma machadada na gestão democrática das escolas. E a própria publicação dos resultados da avaliação — o célebre *ranking* — é, no fundo, a profecia a cumprir-se: «Eles são maus, são fracos (...)» — produz-se o estigma — «(...) e piores ficarão».

Não podemos concordar com esta penalização, nem podemos concordar, tão-pouco, com a simplificação dos procedimentos disciplinares (outro eufemismo), como se o problema da disciplina se resolvesse combatendo o epifenómeno. O problema da disciplina combate-se combatendo as causas e não os efeitos. E não se combate através de retóricas autoritárias, essas, sim, velhas, muito velhas, com séculos e séculos!

Não posso também deixar de referir — e com isto terminarei —, relativamente ao ensino superior, que a Declaração de Bolonha, que tanto entusiasmo provoca, é também uma forma de desresponsabilização do papel do Estado, com a redução dos cursos para três anos, porque, obviamente, o que interessa é aumentar as pós-graduações e os mestradinhos, onde os alunos pagam chorudas propinas.

Por isso, o que temos aqui, de facto, é um incentivo ao elitismo, à selectividade social e, acima de tudo, à demissão total do Estado, numa área que é essencial. E isto significa hipotecar o futuro do País.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, quero, antes de mais, saudá-lo, ainda que a sua vontade seja mandar-me para o inferno o mais depressa possível...

Risos do PSD e do CDS-PP.

Nesse aspecto, devo confessar que já sinto as chamas a aquecerem o soalho onde me posso consumir, mas olhe que não vou ser «pêra fácil» para essas coisas...!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, quanto aos problemas do monopólio da escola pública, da intervenção mínima do Estado, da ideologia, etc., é muito difícil fugir a que qualquer interpretação que seja, muitas vezes, anti-ideológica não se torne ideológica, mas isso é perfeitamente natural e, portanto, não nego. Agora, como é já hábito, quer em si, quer na Sr.^a Deputada Isabel Castro, quer no Sr. Deputado Francisco Louçã, que utilizam e abusam do epíteto neoliberal, que é, no fundo, a concepção pela qual tentam identificar estas posições, devo dizer que o «neo» para mim é, claramente, um insulto. Portanto, vamos assumir que há concepções mais liberais que outras e que há concepções mais estatistas ou mais socializantes do que outras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Assim, a sua posição é perfeitamente compreensível e nem o facto de sermos os dois sociólogos nos une, por-

que também é óbvio que quando o Sr. Deputado vem com as teorias antimeritocracia ou contra os *rankings*, etc., eu posso dizer que outros sociólogos defendem precisamente o contrário, pelo que bibliografia para isso há de tudo.

Nessa perspectiva não se trata de um problema de «meritocracia»... Mas penso que não poderemos ignorar que temos de compensar o mérito e, acima de tudo, não podemos ignorar — já que tocou no caso dos *rankings* — que as melhores escolas, decorrentes deste problema da discussão dos *rankings*, não são necessariamente aquelas que estão no topo do *ranking*, mas aquelas que melhoraram e é preciso ter uma visão dinâmica da lógica dessas escolas.

Na verdade, mesmo que uma determinada escola esteja na cauda do *ranking*, se depois de um grande esforço ao nível do projecto educativo, do envolvimento da autarquia, do envolvimento dos pais e dos professores consegue ter resultados melhores do que aqueles que tinha, é essa escola e outras como ela que vamos ter de apoiar. Assim, Sr. Deputado, não venha com essa concepção classista relativamente a isto.

Por último, Sr. Deputado, não tenha medo do combate à indisciplina e não venha com aquela velha teoria de «vamos combater as causas», uma vez que o Sr. Deputado, ao fim de tantos anos, continua à procura das chamadas causas determinantes da infra-estrutura... Eu já não estou nessa!... Portanto, o que há é que encontrar respostas combinadas que combatam as causas e combatam os efeitos, porque não se pode ter um coisa sem a outra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Educação, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro da Educação, gostaria de saudá-lo democraticamente pela sua intervenção, mas ao saudá-lo quero dizer-lhe que a escola pública não é um monopólio, a escola pública é um desígnio constitucional e sabe porquê, Sr. Ministro? Porque a Constituição da República prevê a construção sucessiva da igualdade de oportunidades e a escola pública cumpre — ou deve cumprir — essa obrigação constitucional.

E, Sr. Ministro, há aqui uma grande separação: é que V. Ex.^a introduziu agora uma visão mercantilista na educação — e eu vou já explicar porquê — e é à luz dessa visão que o senhor usa também o termo monopólio para apelidar a escola pública como tal. Ora isso é um erro, é uma visão errada e o senhor vai ver porquê.

Em primeiro lugar, o senhor não dá uma única palavra aos agrupamentos das escolas; não dá uma única palavra à ideia da escola completa — estamos a falar da rede pública, bem entendido; o Sr. Ministro não dá uma única palavra aos ensinos especializados como, por exemplo, o ensino artístico; o Sr. Ministro não dedica uma única palavra ou um conjunto de temas que tenham, justamente, que ver com essa visão, agora clara, no seu discurso, e com a ideia errada do monopólio da escola pública.

De facto, não há qualquer monopólio, porque hoje há complementaridade entre os dois sistemas, público e privado, como o senhor bem sabe; em segundo lugar, o regresso da visão economicista está, também, na base da ideia que suporta a suspensão da revisão curricular o que,

aliás, é um enorme erro. É uma grande irresponsabilidade suspender a revisão curricular, porque vai frustrar a maior parte das expectativas de professores e alunos do sistema educativo e, além do mais, mesmo do ponto de vista da sua visão economicista do sistema, é um desperdício, Sr. Ministro! É um enorme desperdício, dado que são cinco anos dedicados à construção da revisão curricular com o empenhamento de meios financeiros, e não só, de muitas energias e a esperança de professores, que o Sr. Ministro deita pela borda fora.

E, Sr. Ministro, não venha agora dizer — porque o PSD não o disse na campanha eleitoral — que vai diminuir o orçamento para a educação, não venha dizer que lhe falta dinheiro para a educação, porque se todos podemos identificar dificuldades em alguns sectores relativamente a meios financeiros, a educação não tem dificuldades de meios financeiros, não teve, nem nunca o apresentou como sendo um problema essencial.

Aliás — como o senhor bem sabe —, a revisão curricular cresceu muito com os governos socialistas, direi mesmo que exponencialmente, tendo em vista a criação das melhores condições que ocorreu. Por isso a ideia que o senhor aqui trouxe hoje de liquidar a escola pública, para nós, é um péssimo caminho e V. Ex.^a tem de dizer, com clareza, qual é o caminho agora aqui enunciado, pois, além das omissões no Programa, cria-nos uma enorme expectativa quanto à posição futura do Governo sobre matérias da educação.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder ao Sr. Deputado António Braga, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, quero saudá-lo e lembrar os tempos que partilhámos na Comissão de Educação, no entanto, gostaria, também de lembrar-lhe que não podemos partilhar — como já lá, então, não partilhávamos — as visões e as propostas para resolver o problema da educação e vamos ver por que é que não podemos partilhá-las.

O Sr. Deputado acusa-me de uma visão economicista e se, por acaso, ter uma visão economicista é o contrário de ter uma visão despesista eu sou economicista, não tenha quaisquer dúvidas sobre isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se eu tenho uma visão economicista, nomeadamente da revisão curricular, ela decorre, única e simplesmente, do facto de eu há muito tempo, e por mais de uma vez, ter pedido e ter perguntado qual era o impacto financeiro da revisão e ninguém me ter respondido. Ninguém!

Aliás, já agora em sede de Ministério tentei saber qual é esse impacto e ninguém sabia! Ora, é isto que eu não posso aceitar!... E o Sr. Deputado ainda me vem dizer que a visão economicista não pode ser tomada em conta nisto?... É que temos um défice ajustado ao ano de cerca de 218 milhões de euros — e eu não gostava de utilizar o argumento do cavador que é o argumento do buraco —, de encargos previstos e não contabilizados, nem nas dotações provisionais.

Portanto, Sr. Deputado, é muito importante que isto fique claro: dos 218 milhões de euros, 64 milhões de euros

são encargos do ano passado transitados para este ano, os outros 154 milhões de euros são suborçamentação. O senhor que era Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, lembra-se da minha intervenção, nomeadamente junto do Sr. Ministro Júlio Pedrosa, em que referi que esse orçamento era impossível. Na altura, eu não conhecia o montante, mas agora sei qual é: são 154 milhões de euros e o senhor, agora, vem dizer-me que a minha visão é economicista?!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. António Braga (PS): — Mercantilista.

O Orador: — Mercantilista, ainda por cima?... Muito bem: vê-se, assim, como é que os senhores encaram a utilização dos dinheiros públicos...!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E percebe-se, finalmente, qual foi a desdita e qual foi a causa da vossa queda, precisamente porque não era só no Ministério da Educação mas era, também, nos outros ministérios. É porque VV. Ex.^{as} têm uma concepção despesista da política e do Estado e nós não temos e vamos, obviamente, respeitar não só investimentos que são fundamentais mas, acima de tudo, o que vamos respeitar são os impostos que os nossos contribuintes pagam ao Estado e esses merecem-nos o maior dos respeitos.

Portanto, repito, não venha com o problema do economicismo ou do mercantilismo, porque isso é a irresponsabilidade que caracterizou estes últimos seis anos da governação socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Educação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — Sr. Presidente, sendo esta a minha primeira intervenção nesta Legislatura, começo por saudar V. Ex.^a e na sua pessoa saudar, naturalmente, toda a Câmara, assim como o novo Governo de Portugal.

Gostaria, também, de cumprimentar, de forma muito especial, o Sr. Ministro da Educação pela sua intervenção e pelos propósitos que hoje aqui trouxe ao Parlamento português.

Faço-o com uma saudação especial na medida em que aqui nos apresentou uma atitude diferente daquela a que estávamos habituados nos últimos seis anos. Cumprimento-o, desde logo, pela clareza dos princípios, das opções e do rumo que tem para Portugal e para a educação no nosso país; cumprimento-o pela visão reformista, moderna, diria quase que desempoeirada — se me permitem a expressão — do ponto de vista ideológico, que tem para o ensino no nosso país; cumprimento-o, por último e se calhar principalmente, pela coragem e pela ambição que demonstrou nas suas palavras e que está bem expresso no Programa do Governo.

Aliás, de forma particularmente satisfatória, registo a prioridade que o novo Governo do nosso país dá à educação e que, de facto, ficou bem expressa na sua intervenção, que está muito bem redigida no Programa do Gover-

no e que ficou bem clara, desde ontem, na intervenção que o Sr. Primeiro-Ministro aqui trouxe.

A formação dos nossos recursos humanos, a prioridade na educação é, provavelmente, o grande desígnio que temos para o futuro do nosso país. Todos o sentimos de forma consensual e ainda bem que agora há alguém com coragem, com ambição, para assumir bem este desígnio. O nosso atraso estrutural tem, com certeza, muitas justificações, mas há uma, desde logo, que tem de ser enaltecida e privilegiada na nossa análise face à situação do País e essa é evidente é o estado difícil, o estado grave em que se encontra a educação em Portugal.

De facto, sentimo-nos atrasados em muitos aspectos e se há sector e área onde temos, infelizmente, de reconhecer que estamos, manifestamente, na cauda da Europa, esse sector é o da educação.

Todos os índices, todos os rankings, todas as avaliações o dizem; nós estamos para trás e vai ser preciso ganhar muito tempo, vai ser preciso recuperar muito terreno para podermos voltar à linha da frente da Europa. Todos o sentimos e jamais venceremos os desafios do futuro se não ganharmos o desafio da educação.

Sr. Ministro, deixo-lhe uma questão muito concreta: registei com muita satisfação, e ao contrário do que o «autismo» do Partido Socialista ainda vai afirmando, indo de encontro às expectativas da sociedade portuguesa, dos alunos e dos professores, a decisão de suspender imediatamente a revisão curricular do ensino secundário. Contudo, penso que todos sentimos que o estado das coisas como estão também não é o ideal e o correcto.

Assim, todos sentimos necessidade de haver — já não uma reforma, não uma revisão, porque dessas estaremos já todos suficientemente fartos — uma evolução curricular. Portanto, deixo-lhe a questão de saber se a estrutura curricular vai sofrer uma adaptação ao século XXI e aos novos tempos, nomeadamente com a promoção do acesso à cultura, também na escola; com o incremento e a implementação das novas tecnologias da informação e da informática na escola; com a sensibilização para novos problemas como a educação ambiental; com a prevenção de doenças, como, por exemplo, a sida; com a implementação da educação sexual; com a prevenção de toxicodependências, do alcoolismo, de drogas ilegais, etc., na nova estrutura e no novo conceito de escola que se pretende para Portugal.

Termino com esta pergunta e termino também com um desafio: Sr. Ministro, mantenha essa energia, mantenha essa força de vontade, porque, com certeza, com essa atitude Portugal vai ganhar muito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder ao Sr. Deputado Pedro Duarte, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Duarte, antes de mais, quero agradecer-lhe as suas palavras simpáticas e de alento — bem precisámos dele!

Vou começar por responder à questão central que colocou acerca da revisão curricular e de pensarmos na nova estrutura curricular.

Devo dizer-lhe — e, aliás, tenho vindo a dizê-lo há muito tempo — que, não concordando com esta revisão curricular, há aspectos que são positivos e nesta estrutura

curricular também há aspectos que são positivos. Ora, são esses aspectos que quero salvaguardar.

Para isso, preciso de tempo e não ser «consumido» pela voragem dos dias que passam com as várias fases da implementação da reforma a «consumirem», também, a margem de manobra que poderíamos ter para esta intervenção.

O que é importante — e lembro que foi uma das críticas que tivemos oportunidade de fazer — é que há aspectos que são considerados transversais, que é uma forma de não garantir a sua concretização, e o caso das tecnologias de informação é um deles.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesta revisão curricular, ainda que possa haver sensibilidade e investimento nesta área das tecnologias de informação, não há qualquer garantia que as diferentes escolas a possam concretizar de forma eficaz.

Aquilo que pretendo, nomeadamente nessas áreas, é consagrar na própria estrutura curricular uma carga correspondente à necessidade que temos.

Tenho algumas dúvidas, por exemplo, sobre como concretizar a área-projecto, embora concorde com os princípios, e duvido muito que os estudantes possam desenvolver grandes ou bons projectos, mesmo para o nível adequado, se não estiverem dotados de um conjunto de instrumentos fundamentais para os concretizar. Penso que aí as tecnologias de informação têm um papel decisivo. E não me venham dizer que as tecnologias de informação se aprendem em casa ou se aprendem «fazendo»... Não é o caso! Há determinados domínios, como sejam instrumentos ao nível das folhas de cálculo, das bases de dados, de multimédia, etc., em que não é por ai que se vai! Tem de haver aprendizagem. Esse é, portanto, um dos aspectos que tentarei introduzir na nova estrutura curricular.

Por outro lado, devo dizer que não poderemos cair no erro que esta revisão curricular também contém, que é o de «querer ir a todas»: o ambiente, a saúde, a toxicodependência... Temos de ter aqui algum cuidado, porque segmentar em excesso estas aprendizagens é reforçar o falhanço que já está lá.

Temos de apostar em formações mais alargadas e não em especializações precoces. Não podemos aceitar o princípio, que está consagrado nesta revisão, de «especializações precoces».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nós não temos uma visão utilitária da educação. Não estamos a formar só mão-de-obra para o trabalho. Estamos a formar cidadãos, pessoas. Portugal isso, a revisão e a estrutura curricular têm de reflectir esse aspecto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elisa Ferreira.

A Sr.^a Elisa Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Exm.^{os} Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Assistimos a uma campanha eleitoral onde

abundaram promessas vagas e outras manifestamente impossíveis de cumprir!

Tenho de confessar que aguardava com alguma expectativa a apresentação do Programa do Governo.

Lido com todo o cuidado, confirmam-se os piores receios: muitas promessas tornaram-se ainda mais fluidas, o que significa que a aprovação do Programa inclui um vasto número de cheques em branco; mais grave ainda, tão rapidamente quanto a posse do Governo o permitiu, outras promessas, por mais emblemáticas que fossem, foram sumária e olímpicamente abandonadas!

De todas elas, a mais marcante, a pedra-de-toque vital para a convergência acelerada da economia portuguesa, vital para a atractividade de Portugal em relação ao investimento estrangeiro, era o chamado «choque fiscal».

Não foi necessária uma sofisticada análise teórica para se perceber que é impossível considerar ao mesmo tempo que o maior problema nacional, como foi considerado durante a campanha, era o desequilíbrio entre despesas e receitas públicas...

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — E él!

A Oradora: — ... e, simultaneamente, eleger como a medida mais emblemática da política económica uma perda de receita, absolutamente certa no curto prazo, mesmo com a esperança de que viesse a gerar efeitos compensadores. Esses efeitos eram duvidosos, impossíveis de prever e perceptíveis apenas se existissem a longo prazo.

Vários analistas, a própria Comissão Europeia e eu próprio nos debates em que participei evidenciamos, todos nós, a gravidade desta incoerência. A resposta foi a reafirmação do compromisso político de a concretizar, feita pessoalmente pelo actual Primeiro-Ministro.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Exactamente!

A Oradora: — Fosse qual fosse o défice, a medida seria cumprida, sendo o respectivo impacto financeiro neutralizado através da abolição dos benefícios fiscais, nomeadamente os associados ao offshore da Madeira!

Sr. Primeiro-Ministro, foi isto que foi dito. Se esta medida ia existir e era neutral em termos de impacto fiscal, por que é que agora se argumenta com défices teóricos, imaginários ou reais?

Aplausos do PS.

A Oradora: — É que isto era durante a campanha eleitoral. Mas, ganhas as eleições, há que regressar à realidade: afinal, a tal medida de política que no programa eleitoral era compatível com um défice estimado de 5% do PIB, de 6% do PIB e, segundo dizia o Dr. Tavares Moreira, de mais do que isso, já não é compatível com um défice que, apesar dos esforços do Governo no sentido contrário, tudo indica que ficará sempre aquém dos tais 3%.

Sobre a compensação nos benefícios fiscais, que asseguraria a neutralidade da medida em relação ao défice, nem uma palavra.

Bastou uma escassa dúzia de dias após a posse do Governo para que a sedutora promessa de redução do IRC e do IRS degenerasse, não apenas na sua suspensão e no seu adiamento, mas no seu oposto. Para ser eleito, o Go-

verno prometeu desagravamento de impostos; uma vez eleito, a primeira medida é aumentá-los! Aumentá-los na sua versão mais injusta socialmente, mas mais reprodutiva financeiramente.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Todos recordamos a expressão de Ferro Rodrigues, durante o debate eleitoral, dirigindo-se ao então candidato Durão Barroso: «O seu choque fiscal, Sr. Dr., vai ser, isso sim, um cheque fiscal a todos os portugueses!». Eu também achava isso. Não pensei foi que, em menos de duas semanas, o «cheque» já estivesse à cobrança!

Aplausos do PS.

Ficaram do lado de lá os votos angariados, ficou do lado de lá a desilusão de quem acreditou que os políticos respeitam, nem que seja minimamente, quem os elege. É pena que a política se faça assim. É pena que o que se promete para se ganhar os votos nada tenha a ver com o que a seguir se faz! Continuaremos a acompanhar atentamente o desenlace do processo.

Retomando o Programa do Governo e o modo como defende (ou não) o interesse nacional, há que reconhecer que talvez a pior consequência da postura táctica e de curto prazo que começa a caracterizar o recém empossado Governo é a total incapacidade de perceber que, sendo o equilíbrio das contas públicas importante — obviamente que o é —, esse equilíbrio é instrumental em relação a um objectivo maior, que é o de fazer de Portugal um país desenvolvido no quadro da União Europeia.

Não basta referi-lo numa frase solta e desconexa no meio do texto, na pág. 59. É preciso assumi-lo, é preciso que isso seja reflectido no Programa do Governo, e é isso que o Programa do Governo, de todo, não faz.

Uma mera ilustração: ao ler o Programa do Governo, alguém perceberia que este Programa se destina a orientar os destinos do País durante os últimos quatro anos em que Portugal, na sua história, ainda beneficia de fundos estruturais abundantes provenientes da União Europeia?

Alguém, ao ler o Programa do Governo, percebe que está em curso o alargamento do espaço europeu?

Como é possível que este aspecto absolutamente fundamental para o nosso futuro colectivo seja tratado de forma absolutamente marginal, disperso em análises meramente sectoriais, nomeadamente a análise agrícola, sem que haja uma visão, uma perspectiva integrada sobre o papel que se quer reservar para Portugal neste espaço mais exigente, mais competitivo e geo e politicamente totalmente recentrado a Leste?

Ilustrando: quando os riscos à nossa frente são desta magnitude, como é possível que as questões da competitividade empresarial, que são absolutamente cruciais, mereçam um tratamento tão desatento que dão origem a dois capítulos completamente contraditórios entre si em que num, chamado de «Economia», os critérios de apoio às empresas são limitados ao capital de risco e a «prémios aos projectos efectivamente rentáveis» e no outro, chamado de «Indústria, Comércio e Serviços», se inventaria uma lista completamente distinta de critérios de apoio, em função do «risco», «inovação», «novas tecnologias», etc., em dissonância total com o que é dito no primeiro capítulo?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Como é possível, também só a título de exemplo, que o lugar absolutamente central e estratégico que a ciência e a tecnologia tiveram durante os governos do Partido Socialista no progresso do País sejam transformadas num pacote de ideias soltas e desconexas?

Também só a título de exemplo, sublinho o seguinte: como é possível o Governo propor-se fazer coisas que já estão feitas, como, por exemplo, ligar à Internet todas as bibliotecas públicas? Vão desligá-las antes?

Aplausos do PS.

Como é possível propor-se lançar iniciativas que já foram lançadas, como a criação de postos públicos de acesso à Internet em todas as juntas de freguesia, quando esta iniciativa foi protocolada com a ANAFRE, no ano 2000, e faz parte da chamada iniciativa Internet, financiada pelo QCA e está em curso?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não estão ligadas! Está em curso!

A Oradora: — Está em curso. Só que não é vosso!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Eu sei que incomoda!

Mas se a questão da qualificação dos recursos humanos e do estímulo à competitividade das empresas, uma vez abandonado o tal pseudo-instrumento do choque fiscal, ficou reduzida a nada, repito, a nada, permitam-me que lhes diga, não é menos preocupante o desaparecimento, também ele típico das análises obsessivamente concentradas nas contas do Estado, do reconhecimento da dimensão espacial do País.

O País transformou-se num número: o do défice. E o nosso futuro colectivo transformou-se num objectivo: controlar o défice. É pouco para Portugal!

Aplausos do PS.

Sempre considerámos que seria durante a vigência do actual Quadro Comunitário de Apoio que haveria condições para corrigir, ou tentar corrigir, os desequilíbrios históricos no desenvolvimento espacial de Portugal. Aparentemente, o interesse era partilhado pela bancada do PSD. Está aqui o Sr. Deputado Machado Rodrigues, que considerava sempre que todo esforço que era feito pelo nosso governo era insuficiente, que devia ser maior. Ele fazia uma pressão permanente e tivemos muitos debates sobre essa matéria. O PSD, durante a campanha eleitoral, fez discursos, encontros, mobilizações, dedicados à desconcentração e ao apoio ao interior.

Visto o Programa do Governo, afinal o processo de desconcentração limita-se à transferência de mais atribuições e competências para as autarquias. Veremos em que condições, nomeadamente as financeiras. Mas é isto a desconcentração? Qual será, afinal, a matriz de desconcentração dos serviços da administração central? Ou não se fará de todo, apesar de referido em vários capítulos sectoriais?

O que é «democratizar» as CCR, que neste momento gerem cerca de 45% do Quadro Comunitário de Apoio?

É colocar um presidente de câmara a distribuir o FEDER por todos os outros presidentes de câmara da região? Convinha que esta questão ficasse esclarecida, convinha que fosse debatida.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Mais do que isso: não há, durante todo o texto do Programa, uma única referência à estratégia para o interior, nomeadamente, no que respeita aos benefícios fiscais da interioridade, que foram laboriosamente e bem sucedidos em termos de negociação, negociação essa penosa com a Comissão Europeia. Foi um assunto unanimemente aqui apoiado pelo Parlamento e sobre isso existe «zero»!

Também não há qualquer referência ao conjunto de programas de apoio e de estímulo ao interior que foram desenvolvidos e lançados, alguns dos quais envolvendo compromissos internacionais.

O que vai acontecer ao Douro Património Mundial? O que vai acontecer ao Alqueva? Note-se que o Sr. Primeiro-Ministro teve tempo, durante a campanha eleitoral, para ir ao Alqueva tirar fotografias e ser filmado em frente à barragem, que começou a encher. Teve tempo para isso, mas não teve tempo para incluir uma palavra sobre este grande projecto nacional no Programa do Governo que agora apresenta.

Aplausos do PS.

Como o choque fiscal, uma coisa é apresentar programas para angariar votos; outra é, a seguir, assumir essas responsabilidades quando se faz o Programa do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Tudo isto foi votado ao esquecimento. Tudo isto foi considerado indigno de figurar nas prioridades políticas para os próximos quatro anos.

Por último, convém lembrar que o conceito de competitividade passa também pela competitividade do próprio território português, seja ele visto como espaço de acolhimento do investimento estrangeiro seja como espaço de referência para as empresas portuguesas.

Como é possível que, também nesta dimensão, o Programa do Governo nada diga em concreto sobre o modo como pretende contrariar o aumento do carácter periférico do País que vai ser uma peça fundamental das novas centralidades quando a Europa se alargar?

Quais os pólos nacionais que funcionarão como núcleos de dinamismo num espaço policêntrico? Quais as políticas que os consolidarão?

Como pode propor-se «congelar» as grandes infra-estruturas estratégicas sem apresentar soluções nem alternativas?

Como é possível suspender as soluções em curso, nomeadamente a importante solução para os resíduos industriais perigosos, sem se sentirem obrigados a apresentar uma alternativa séria e exequível?

Aplausos do PS.

Como é possível «suspender para estudar de novo» opções estratégicas fundamentais, garantindo que muitas delas não serão lançadas até ao fim da Legislatura?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, quando acabar a Legislatura para a qual este Programa é, em princípio, apresentado, acabou o Quadro Comunitário de Apoio, acabou o Fundo de Coesão!

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Falemos claro: o que Portugal não concretizar em termos de investimentos vultuosos e estratégicos até 2006 dificilmente conseguirá realizar na sua história actual, pelo menos em condições semelhantes.

Aplausos do PS.

Custa-me, como cidadã, que o Programa do Governo do meu país, destinado a orientar o nosso futuro colectivo nos próximos quatro anos, se debruce em pormenor sobre o saldo primário do mês de Março de 2002 e, simultaneamente, ignore as orientações ou as tais reorientações estratégicas de um apoio que continuará a gerar durante os próximos anos, segundo a terminologia do actual Primeiro-Ministro, um investimento da ordem de 1 milhão de contos por dia!

Os senhores consideravam que estava mal orientado. Não é o momento de dizer como é que o vão reorientar?

Aplausos do PS.

Note-se que é ainda em 2002 que teremos de preparar as condições para aceder, ou não, às reservas de programação e eficiência do Quadro Comunitário de Apoio. Elas valem cerca de 7% do QCA, ou seja, cerca de 560 milhões de contos de investimento adicional, o que representa quase 3000 milhões de euros. Sobre isto, não há uma referência? Não se pretende dizer nada sobre o que se quer fazer com este acréscimo e quais são os objectivos que se pretende atingir de modo a conseguir materializá-lo?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, onde está a tal estratégia mobilizadora? Onde estão as rupturas, em termos de desenvolvimento, com o passado? Onde estão os objectivos claros que levariam o País à convergência real? Onde estão as políticas e os instrumentos para os atingir? No Programa do Governo não estão de certeza!

Sr. Primeiro-Ministro, convém — e digo-lhe isto com um grande sentido da importância da sobrevivência nacional — rapidamente garantir que este não venha a ser o Governo das oportunidades perdidas!

Risos do PSD e do CDS-PP.

É importante que isso aconteça, a bem de Portugal e dos portugueses!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo e Machado Rodrigues.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, que difícil tarefa lhe deram! Pediram-lhe quase que defendesse o indefensável, ou seja, pediram-lhe, mais ou menos, que «pintasse de

dourado» uma das páginas mais negras da gestão de Portugal dos últimos tempos!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Sr.^a Deputada, depois de a ouvir, até fico espantado que tenham podido perder as eleições! Tenho a certeza de que V.^a Ex.^a estará também espantada e devo dizer que notei até algum ressentimento de V. Ex.^a para com o povo português pelo voto que expressou tão claramente nestas eleições! Mas compreenda, Sr.^a Deputada, que a culpa é, de facto, vossa e do governo que geriram tão mal durante seis anos!

Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, digo-lhe, com o maior respeito e sem qualquer tipo de comparação, que depois de ouvir V. Ex.^a a falar de economia (pior ainda, porventura, do que o Sr. Deputado Pina Moura), já só me falta ouvir amanhã o Dr. Vale e Azevedo a falar da brilhante gestão do Benfica! É mais ou menos a mesma coisa, quer dizer, não faz sentido!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. António Costa (PS): — Tenha vergonha e não se ria, malcriado!

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — O senhor é um ordinário!

O Orador: — Sr.^a Deputada...

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço silêncio. O orador tem o direito de emitir as suas opiniões, por mais expressivas que sejam!

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr.^a Deputada, V. Ex.^a reparou certamente na introdução que fiz na comparação e certamente reteve-a.

Veja bem: VV. Ex.^{as} fazem grande alarde à possibilidade de o défice vir a ser de 2,9% como se isso fosse algo de brilhante, mas, se o défice fosse, porventura, de 2,9%, isso seria uma vergonha e só reflectiria a desgraça da vossa gestão, porque a vossa previsão inicial era de 1,1%! Isso significa que, ainda que o défice venha a ser de 2,9%, está tudo muito mal — e nem precisa de ser de 6%, como, segundo V. Ex.^a, o Dr. Tavares Moreira terá referido, mas que, sinceramente, nunca o ouvi dizer!

E relembro-lhe, Sr.^a Ministra...

Risos do PS.

Perdão, Sr.^a Ex-Ministra! Desculpe, mas de a ouvir até me confundi e julguei que ainda o era!

A Sr. Deputada falou da campanha eleitoral. Vamos então falar do distrito pelo qual V. Ex.^a foi candidata — Braga. V. Ex.^a foi cabeça-de-lista do PS por Braga, como eu fui pelo CDS-PP e o Dr. Tavares Moreira pelo PSD. Veja bem o que V. Ex.^a fez, à frente do governo, pelo distrito de Braga! Sr.^a Ministra...

Insisto em chamar-lhe Sr.^a Ministra não sei porquê! Ainda não me desabituéi!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Porque ela é que devia ser!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, o seu tempo esgotou-se, pelo que tem de terminar.

O Orador: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

A Sr.^a Deputada recorda-se certamente que o concelho com o rendimento *per capita* mais baixo do País — Celorico de Basto — faz parte do distrito de Braga. É o distrito pelo qual V. Ex.^a foi cabeça-de-lista e, tendo tido o dinheiro, os meios e a oportunidade, nada fez para mudar esse estado de coisas! O rendimento *per capita* do distrito de Braga é metade do do Porto e quatro vezes inferior ao do distrito de Lisboa. E o que é que V. Ex.^a, como Ministra, fez para mudar esse estado de coisas? Nada!

Como tal, muito mais do que as palavras de V. Ex.^a hoje, valem os actos do passado, e esses são uma verdade indesmentível, Sr.^a Deputada!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Dado que a Sr. Deputada Elisa Ferreira informou a Mesa que responderá em conjunto aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Machado Rodrigues.

O Sr. Machado Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, é a primeira vez que me dirijo a si neste Hemiciclo sem ser virado para a bancada do governo e chamando-lhe Sr.^a Ministra. Embora sempre em grande oposição, foi sempre com muita simpatia (e disse-o várias vezes) que me dirigiu a si, mas não lhe posso esconder que é com grande alegria que a vejo fora daquela bancada — não por si, mas por todo o governo que ali estava e que agora mudou de sítio!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, devo dizer que estava à espera de uma intervenção diferente da sua parte, porque várias vezes tivemos ocasião de discutir, em sede de comissão, em termos calmos, embora com posições completamente diferentes, sem demagogias e com realismo.

O Sr. José Magalhães (PS): — E foi o caso!

O Orador: — O PS perdeu as eleições pelo que andou a prometer durante estes anos todos e pelo estado a que deixou chegar o País e até o amor-próprio dos portugueses! Foi por isso que perdeu as eleições!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, estou certo de que o Programa do Governo não é, nomeadamente para o que há que fazer na fase inicial, aquilo que o Primeiro-Ministro, o PSD e o CDS gostariam que fosse.

Risos do PS.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — O Programa do Governo é aquele que tem de ser em função da situação que os senhores deixaram e que é, clara e definitivamente, condicionante de tudo o que há que fazer no futuro!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É que, Sr.^a Deputada, antes de mais nada, e antes de falar naquelas que deveriam ser, e que todos desejariam que fossem, as condições, este Governo vai ter de recuperar a autoridade do Estado, vai ter de fazer a recuperação da confiança das populações e dos agentes económicos, por forma a que haja investimento, e vai ter de tratar de algo essencial, que várias vezes lhe disse estar ausente de todos os seus programas e planos, que é a produtividade deste país!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

V. Ex.^a sabe tão bem como eu — faço-lhe a justiça de reconhecer que sabe, ou pode mostrar que sabe, de algumas matérias — que sem tudo isto não há programas que valham. É preciso fazer os alicerces, é preciso recomeçar a construção! E quanto a oportunidades perdidas, Sr.^a Deputada, peço-lhe que leia as declarações de ontem do Prof. Michael Porter sobre oportunidades perdidas nestes últimos seis anos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elisa Ferreira.

A Sr.^a Elisa Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, as minhas palavras de resposta às questões que me foram colocadas vão no seguinte sentido: de facto, o Partido Socialista perdeu as eleições, mas, de facto, não é isso que hoje estamos aqui a discutir. Estamos a discutir a comparação, que é absolutamente urgente e indispensável fazer, entre aquilo que são promessas quando se quer ganhar votos e aquilo que se faz a seguir, quando se ganham esses votos.

Aplausos do PS.

Sobre isso, quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, olhos nos olhos, que não me parece bem que tenha prometido aos portugueses um apoio claro ao interior do País e um trabalho sério de descentralização e que tenha ido ao Alqueva falar no apoio que vai dar ao desenvolvimento do Alentejo. Não me parece bem que tenha assegurado a neutralidade, em termos de impacto de receitas e despesas públicas, da medida mais emblemática do seu Governo, o choque fiscal. Não me parece bem que tenha garantido tudo isso e que agora, chegado ao Governo, tudo tenha desaparecido de um Programa que não é de curto prazo mas para quatro anos!

Aplausos do PS.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, quando se caracteriza como indispensável o restabelecimento da confiança dos portugueses nos seus governantes, não me

parece que o Governo comece bem esquecendo, substituindo e invertendo grande parte das promessas que fez!

Aplausos do PS.

Não me parece bem e, sejam quais forem os argumentos invocados, a neutralidade em termos de receitas e despesas fiscais tinha sido garantida através da compensação noutras medidas, nomeadamente a eliminação dos benefícios no *offshore* da Madeira. Não é possível dizer uma coisa destas durante a campanha e, a seguir, ir buscar argumentos deste género para inverter completamente as promessas!

Temos de saber em que base discutimos este Programa do Governo: se na base de que as poucas propostas que aqui estão são para cumprir ou se cada uma delas corre o risco de ser substituída pelo seu oposto à medida que as dificuldades práticas da sua implementação venham a surgir no exercício das funções governativas!

Aplausos do PS.

Peço desculpa, Srs. Deputados, mas represento um conjunto de cidadãos que me elegeram e, ao fazê-lo, esses cidadãos obrigam-me também a colocar as questões, por mais incómodas que elas sejam!

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — E os cidadãos que me elegeram não são nem menos nem mais do que os cidadãos que elegeram os Srs. Deputados!

Aplausos do PS.

Como tal, agradeço e exijo que os senhores respeitem o espaço que aqui conquistei, porque é o mesmo que os senhores conquistaram!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra da bancada do Governo.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, queira pormenorizar a razão do seu agravo.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, trata-se da circunstância de a Sr.^a Deputada Elisa Ferreira se ter virado para o Governo e para o Sr. Primeiro-Ministro fazendo acusações graves relativamente à questão do choque fiscal.

O Sr. Presidente: — Para defesa da honra da bancada do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, dispondo de 3 minutos para o efeito.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, os Srs. Deputados do PSD e do PP já abordaram as várias questões colocadas pela Sr.^a Deputada Elisa Ferreira. Agora, a Sr. Deputada fez uma acusação ao Governo, em particu-

lar ao Primeiro-Ministro, no sentido de que, antes das eleições, prometeu um choque fiscal e deixou cair a questão depois das mesmas.

Vozes do PS: — Isso é óbvio!

O Orador: — Dão-me licença? Sei que por vezes a verdade incomoda, mas vão ter de a ouvir!

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço que deixem ouvir o orador!

O Orador: — Ouvimo-los todos com muita atenção, pelo que agradecia que agora me ouvissem!

Essa acusação, como a Sr.^a Deputada sabe, é falsa!

Vozes do PS: — Oh!

O Orador: — Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro teve aqui não apenas a clareza mas também a coragem de, perante a situação financeira e orçamental relativa a 2002, que foi conhecida depois de o Governo entrar em funções, explicar que o choque fiscal não desapareceu, apenas não será aplicado no início da Legislatura mas sensivelmente a meio da mesma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, Sr.^a Deputada, quando essa questão se colocou no Programa e na campanha eleitorais ainda nenhum dos membros da bancada do Governo ou das bancadas do PSD e do CDS-PP conhecia a execução orçamental de 2002. Mas, porventura, a Sr.^a Deputada e os outros Srs. Deputados já a conheciam, e essa é que é a grande razão, essa é que a única razão. O que significa que esta bandeira eleitoral não caiu. Todas as pessoas percebem que é preciso, primeiro, sanear a situação em termos financeiros e orçamentais para, depois, aplicar essa medida. É uma questão de lucidez e de bom senso!

E a prova provada de que tenho toda a razão quando digo isto é a de que, na bancada do Partido Socialista, usam da palavra vários Srs. Deputados, mas é politicamente significativo que os dois ministros das Finanças dos últimos anos, responsáveis directos por esta situação, tenham estado calados ao longo de todo o debate. Esta é a prova provada da situação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, para o que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Elisa Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, o facto de ter havido uma promessa de um choque fiscal e de, a seguir, ela se ter transformado num aumento de impostos não é uma acusação, é um facto!

O Sr. José Magalhães (PS): — Indesmentível!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Assumam as vossas responsabilidades!

A Oradora: — Segunda nota: a promessa que foi feita foi a de que haveria condições para transformar essa promessa eleitoral numa realidade fosse qual fosse o défice, porque haveria mecanismos de compensação da perda de receita no valor estimado de 200 milhões de contos decorrentes da abolição de outros instrumentos pré-existentes, nomeadamente os benefícios fiscais, em particular os relativos aos *offshore* da Madeira.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor, deixem ouvir a oradora, que tem o direito de fazer ouvir as suas opiniões.

A Oradora: — Eu sei que isto incomoda.

Portanto, como eu dizia, em primeiro lugar, isto não é uma acusação, é um facto e, em segundo lugar, a neutralidade em termos de impacto fiscal foi garantida pelo Sr. Primeiro-Ministro em vários momentos (isso está escrito e gravado) e, portanto, quando um instrumento é fiscalmente neutro, isso significa que, seja qual for o défice que vier a existir, há dois mecanismos que se compensam e que anulam o efeito em termos de receitas e de despesas.

Vozes do PS: — Exactamente!

A Oradora: — Isto foi dito pelos senhores.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite): — Não!

A Oradora: — Eu também discordei disso, Sr.^a Ministra, mas os senhores garantiram que era assim que ia acontecer.

Aplausos do PS.

A terceira nota que gostaria de lhes deixar é a seguinte: peço desculpa, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, mas ter coragem era ter dito isto na altura em que estavam a pedir o voto aos portugueses.

O Sr. António Costa (PS): — Claro!

A Oradora: — Ter coragem não é garantir uma coisa e vir fazer o seu oposto no momento em que ganham esse voto. Isso não é coragem, é o contrário!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — No prosseguimento do debate do Programa do XV Governo Constitucional, tem a palavra o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho (Bagão Félix): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Programa de Governo submetido a esta Assembleia nas áreas da segurança social, do trabalho e da família tem por base a profunda convicção de que a expressão pública da justiça social e do compromisso entre gerações não é um custo para a Nação, é, antes, um valioso recurso e um verdadeiro activo para uma sociedade dignificada, coesa e equilibrada nos direitos, mas também nas responsabilidades.

O Governo assume, sem equívocos, a expressão de uma segurança social reformista, humanista, moderna, realista e coerente. Reformista, enquanto expressão de uma realidade viva e adaptável à evolução da sociedade e da economia, contribuindo para uma justiça não apenas estatística mas concreta e personalista.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Humanista, porque centrada nas pessoas e nas famílias, privilegiando — repito, privilegiando — quem mais precisa. Moderna, para responder com mais eficácia aos novos desafios sociais da urbanização, da adaptação profissional, do envelhecimento e da solidão. Realista e coerente, por fim, nas prestações e nas populações abrangidas, na articulação com a política fiscal, laboral e de saúde e na justa distribuição da riqueza criada.

Que fique claro, de uma vez por todas: para o Governo, a segurança social pública constitui a trave mestra de todo o edifício de protecção social, como parte inalienável do nosso património colectivo e elemento determinante para a coesão social. Construir a ilusão de um sistema novo sobre as ruínas do Estado-Providência pode ser, para alguns, uma tentação fundamentalista, mas, na nossa opinião, seria certamente um erro histórico.

Mas que fique igualmente claro que o sistema de segurança social precisa urgentemente de uma sólida reforma. Uma reforma que seja sustentável a longo prazo, prudente, gradual, equilibrada entre criação e distribuição da riqueza, coerente e visível. Já se esgotou o tempo em que se podiam iludir reformas com medidas avulsas, com operações de *marketing* político ou de cosmética institucional. E também já não há espaço nem tempo para fazer da omissão um caminho, do adiamento de soluções um meio e da insensibilidade uma regra.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Se alguma coisa de positivo nos é permitido retirar das dificuldades por que passam os sistemas sociais, tal é a de, hoje, sabermos de forma clara que estão definitivamente enterradas as margens de manobra que permitiam manipular as actuações ao sabor da conveniência política ou eleitoral. Terminou a ilusão de que poderíamos adiar a reforma *ad eternum*. De uma vez por todas, «os almoços deixaram de ser grátis», apesar de, na bancada socialista, ainda muitas pessoas pensarem que o são!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Uma verdadeira reforma do sistema, com sentido de futuro e, sobretudo, produtora de esperança, deve ser construída com base numa combinação harmoniosa entre a cobertura pública, empresarial e familiar dos riscos sociais. Tal implica uma abordagem distinta para a solidariedade, em que o Estado deve assumir em plenitude as suas responsabilidades, e também para a gestão da poupança, em que o Estado deve partilhar as suas funções com as empresas e com as famílias, numa simbiose de transferências intergeracionais (a repartição) e de gestão a longo prazo de prestações diferidas (a capitalização).

Entre várias condições, esta viragem exige a introdução cautelosa, é certo, mas convicta, de tectos contri-

butivos, o estímulo fiscal à poupança, a certificação das agências administradoras da poupança e, consequentemente, o aprofundamento dos sistemas de supervisão pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Uma reforma da protecção social deve também aprofundar a aplicação prática do princípio da equidade social, tratando de maneira igual o que é igual, mas tratando sobretudo de maneira diferente o que é desigual.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os mitos da universalidade sem critérios e da gratuidade sem rigor acabam sempre por se revelar despesistas e socialmente injustos.

Por isso, daremos uma clara expressão à ideia de diferencialidade social, seja na formulação dos objectivos sociais, seja na modulação das prestações, seja ainda no apoio mais intenso aos grupos mais carenciados. Em particular, o Governo irá diferenciar positivamente os que mais precisam, em função dos rendimentos, da idade, do número de filhos, do grau de invalidez ou da natureza da doença,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... privilegiará socialmente a cobertura de prestações a que eu chamaria «radicalmente sociais», relacionadas com a viuvez, com a orfandade, com a incapacidade absoluta e definitiva e com a deficiência profunda, e dará uma especial atenção aos problemas associados à velhice e ao isolamento familiar.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o Governo tudo fará para reforçar o carácter preventivo e não meramente reparador da política social. Em particular, o princípio da reinserção social no que ele significa de esforço de integração na sociedade dos seus beneficiários e de combate à persistência de factores de dependência e de vulnerabilidade.

Durante esta minha intervenção, é provável que mais uma criança portuguesa esteja a nascer. Esta criança certamente irá reformar-se por volta do ano 2065 ou 2070. Segundo estimativas do Eurostat, este recém-nascido enfrentará, em Portugal, um cenário demográfico, por volta do ano 2050 — e não são realidade etéreas, são coisas concretas —, em que a proporção entre as pessoas com 65 ou mais anos e os jovens e crianças até aos 14 anos será de 172 idosos por cada 100 crianças e jovens. Recordo que, hoje, são 103 idosos, mas que há 30 anos havia 64 idosos por 100 jovens e crianças.

Não é difícil prever o que aconteceria a este novo cidadão, futuro eleitor, futuro contribuinte e futuro pensionista, se continuasse exclusivamente na dependência de uma segurança social pública, desenhada para os anos 70 e 80 do século passado, correndo, assim, o risco de ficar totalmente ao sabor da incerteza do amanhã e de mudanças arbitrárias das regras de jogo no acesso à sua pensão de reforma. A criança que hoje nasça não nos perdoará a falta de visão, seja por miopia face ao futuro, seja por astigmatismo face à realidade.

Por isso, é um imperativo nacional reformar o Estado-Providência para o modernizar e salvaguardar, tendo cons-

ciência de que o imobilismo, nos sistemas sociais, é o maior aliado da sua decadência. Uma reforma para garantir a sua solvabilidade, mas também para abrir às novas gerações a ideia da responsabilidade partilhada e de uma cultura previdencial e solidária.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É certo que estamos num domínio onde não há soluções monolíticas, onde os diferentes caminhos apresentam sempre vantagens e inconvenientes, mas onde não se pode ignorar o custo — esse, sim, certo — do conservadorismo exacerbado de um modelo construído para uma realidade que pouco tem a ver com a que hoje temos e com a que nos espera.

Uma reforma da segurança social não é um mecânico processo de pronto-a-vestir. Exige uma base política e social alargada, exige a abordagem realista dos factores que a condicionam. Avançaremos, com convicção, coerência e autenticidade, decidindo e não apenas diagnosticando, executando e não apenas legislando.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Uma reforma sustentada por uma nova lei de bases que substitua a actual, que mais não foi do que um simulacro de mudança, e que também concentre os seus esforços naqueles que mais carenciados são. Refiro-me, em particular, aos pensionistas de valor mais baixo, às famílias com mais filhos, aos idosos dependentes, aos órfãos e crianças mais desprotegidas e às pessoas deficientes. Para isso, o Governo procederá ao reordenamento dos benefícios sociais, moralizará a atribuição de prestações como o rendimento mínimo garantido, o subsídio de doença e de desemprego, combaterá a subsídiodependência viciosa e estimulará a inserção social virtuosa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, o Governo incentivará todas as iniciativas sociais e comunitárias no domínio da acção social. Sempre numa óptica vincadamente preventiva e de inserção social e comunitária, integrando e não compartimentando soluções, reforçando a qualidade da resposta e não apenas a quantidade, utilizando estruturas leves, ágeis e flexíveis e não concentradas e burocratizadas, através de uma adequada simbiose entre profissionalismo, voluntariado e generosidade social.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Certamente que tudo isto exigirá um posicionamento e uma atitude de respeito e não de desconfiança dos serviços do Estado, às vezes ciosos em, através de normas, orientações, despachos e inspecções, ditar o seu poder burocrático e desestimular, não raro, iniciativas boas, generosas e socialmente reproduтивas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É necessário, neste domínio, consolidar uma cultura de responsabilidade, de respeito institucional e de afirmação, sem tibieza, do princípio sagrado da subsidiariedade social. No plano da iniciativa de solidariedade comunitária e local, o Estado tem de a respeitar, isto é, não a violar

através das suas acções, tem de a proteger, isto é, evitar que outros a violem, e tem de a promover, ou seja, tomar as medidas necessárias para assegurar essa mesma solvabilidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A política de protecção social tem que quebrar o ciclo da dependência, reforçando os incentivos ao trabalho e à poupança, através de um sistema viável que provisamente um nível de prestações justo, que seja simples e que tenha um custo moderado para as gerações futuras.

O Programa do Governo dedica também uma especial atenção à política familiar. Em primeiro lugar, consagrando a sua abordagem transversal, através da nomeação directa pelo Sr. Primeiro-Ministro de um alto responsável encarregue da coordenação da vertente familiar entre os diversos departamentos públicos. Depois, definindo uma série de medidas concretas, de que gostaria apenas aqui de focar as que se relacionam com a defesa da maternidade e da paternidade, as acções imprescindíveis para facilitar a adequação dos tempos de trabalho, de família, de educação e de formação, e os incentivos às organizações generosas da sociedade e de voluntariado que se propõem trabalhar activamente no plano da defesa da vida e de uma maternidade consciente e responsável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Neste particular, o Governo estimulará o acolhimento e o apoio social e afectivo a mães solteiras e crianças vítimas de abandono, os centros de ajuda à vida, as linhas de atendimento de aconselhamento, o encaminhamento e apoio a situações de gravidez humana, psicológica e economicamente dificeis.

Serão também dados passos no sentido de uma maior celeridade processual do instituto da adopção, com o apoio de instituições de solidariedade para tal credenciadas, e também no aprofundamento de um mecenato pela vida.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O valor das mães e dos pais como os maiores e mais qualificados formadores das crianças é inestimável e deverá, sem hesitação e sem sofismas, ser sempre reconhecido, promovido e protegido pelo Estado. O Governo não deixará também de tomar as medidas e encetar as acções que impeçam práticas discriminatórias e injustas contra trabalhadoras grávidas, o que ainda hoje se verifica com alguma complacência das autoridades públicas, seja no domínio da instabilidade de emprego, seja quanto à sua desqualificação profissional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No que ao sector do trabalho e formação diz respeito, o Programa do Governo submetido a esta Assembleia enuncia os três objectivos essenciais que nortearão a actividade do Executivo na Legislatura que ora se inicia.

Julgamos existir hoje na sociedade portuguesa um consenso quase generalizado sobre a necessidade urgente de actuar de forma decidida com vista à melhoria da qualidade do emprego, o que implica uma aposta clara na formação de quadros intermédios e na reformulação dos processos de formação profissional inicial, em estreita e fecunda articulação com o Ministério da Educação.

Idêntico consenso parece igualmente existir quanto à necessidade de diminuir de forma drástica o número excessivamente elevado e preocupante de acidentes de trabalho. Mais do que procurar culpados — e sem prejuízo da sua punição exemplar sempre que tal se justifique —, urge prevenir a ocorrência de tais acidentes. Neste sentido, é imperioso reforçar a acção inspectiva e redefinir as prioridades a este nível. A qualidade do emprego mede-se também pela melhoria efectiva das condições de protecção no trabalho, pelo que esta é uma tarefa a que o Ministério dedicará a sua melhor atenção e para a qual conta com a colaboração activa dos parceiros sociais, das empresas e dos trabalhadores.

A sistematização e revisão da legislação laboral e a sua adequação às novas necessidades da organização do trabalho e ao reforço da produtividade e da competitividade da economia nacional são também hoje temas prioritários. O Programa do Governo sintetiza de forma clara quais as medidas a adoptar neste contexto. É urgente promover a adaptabilidade, a flexibilidade da organização do trabalho...

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Claro, claro!

O Orador: — ... e a introdução de novos métodos, por forma a aumentar a competitividade da economia e das empresas, sem que isso — e quero que isto fique aqui claramente definido para que não haja mais dúvidas sobre esta matéria — signifique qualquer liberalização dos despedimentos sem justa causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Claro, claro!

O Orador: — É urgente criar as condições para uma melhor gestão do trabalho e um maior desenvolvimento do trabalho a tempo parcial, com vista a facilitar a adaptação aos desafios colocados pela globalização.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Claro, claro!

O Orador: — É tudo claro!

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Para mim é!

O Orador: — Os buracos é que são negros, como o do ozono!

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Os vossos!

O Orador: — É urgente adoptar as medidas necessárias com vista a permitir um aumento da mobilidade funcional, por forma a assegurar uma economia mais competitiva e a prevenir situações de precariedade laboral.

Tais são as tarefas a que nas diferentes áreas do Ministério o Governo dedicará toda a sua energia, desde já contando com a colaboração e a disponibilidade dos parceiros sociais para encontrar os melhores caminhos que permitam a plena realização das medidas enunciadas. É neste sentido e também respeitando o acervo em matéria de concertação social que o Governo dará seguimento aos acordos entretanto celebrados nas áreas da segurança social, formação profissional, higiene e segurança no trabalho.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, concluo reafirmando que o Governo actuará com realismo, com uma vontade política sustentada em valores e princípios, alicerçada e reforçada na consideração da diferença de pontos de vista, conjugando sensibilidade social com bom senso financeiro.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas também com a dose necessária de utopia, pois que o progresso social é precisamente a realização de utopias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Paulo Pedroso, Ana Manso, Luís Fazenda, Jerónimo de Sousa e Álvaro Castello Branco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pedroso.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^as e Srs. Deputados, queria, antes de mais, saudar o Sr. Ministro, porque quero acreditar que a sua sensibilidade democrata cristã, ainda que oposta à nossa em muitos aspectos, poderá travar os conselheiros, já não digo neoliberais, mas, sim, ultraliberais que o Dr. Durão Barroso, hoje Primeiro-Ministro, teve ao longo dos últimos anos e que teriam destruído a segurança social. Queria saudá-lo, portanto, Sr. Ministro, porque o seu discurso mostrou ser contra a destruição desse sistema.

Por outro lado, Sr. Ministro, queria dizer-lhe que, se é saudável assegurar-nos a continuação da diferenciação positiva, a manutenção do rendimento mínimo garantido, a atenção aos mais pobres e a sistematização da legislação laboral sem pôr em causa direitos sociais, não é menos verdade que este Programa do Governo é um verdadeiro «kit mãos-livres» com o qual não sabemos o que fará outro ministro ou mesmo o senhor em circunstâncias em que seja pressionado.

O Sr. Ministro utilizou aqui mais vezes a expressão «concertação social» do que em todo o Programa do Governo ela é referida. Na realidade, não há uma linha sobre concertação social no Programa do Governo. O senhor falou aqui na preocupação com a pobreza, mas este Programa tem 0 linhas dedicadas à estratégia de luta contra a pobreza e tem 0 linhas dedicadas à política activa de emprego, sabendo-se, no entanto, que estes são dois processos importantes para o País. Talvez esta ausência seja uma consequência do «lápis» de alguém ligado ao Sr. Primeiro-Ministro que não queira reconhecer que estes dois processos estão intimamente ligados aos resultados da Cimeira de Lisboa. A verdade, porém, é que este deve ser o único Governo de toda a Europa, sejam eles de direita ou de esquerda, cujo Programa não reconhece a importância que a Cimeira de Lisboa teve para o aprofundamento das políticas europeias.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro disse aqui que ia cumprir o acordo sobre protecção social.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Ele não disse isso!

O Orador: — Fico bastante mais tranquilo, porque, apesar de os partidos que apoiam o seu Governo terem dito várias vezes que o «plafonamento» viria para limites muito baixos, essa sua afirmação significa que ele terá de ser opcional e sustentável, sendo sempre superior a 12 salários mínimos. Se não for assim, não se cumpre o acordo de protecção social. Como tal, é importante que o Sr. Ministro nos diga se quer mesmo cumprir o acordo de protecção social, porque, sinceramente, fiquei com a sensação de que não quer!

Pode o Sr. Ministro dar-nos hoje a garantia de que continuará a capitalização pública obrigatória levada a cabo nos últimos anos? É que esta, a capitalização pública obrigatória, é a melhor garantia para o futuro e é graças a ela que, onde havia 60 milhões de contos em 1995 para acautelar o futuro das pensões, há hoje mais de 840 milhões de contos. Sr. Ministro, vai ou não continuar a este ritmo? Vai ou não cumprir esta parte da lei?

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro disse-nos que não haverá liberalização dos despedimentos individuais sem justa causa, mas penso que tem de ter cuidado com os demais capítulos do Programa do seu Governo. Digo-lhe isto porque no capítulo «Economia» é dito o seguinte: «uma flexibilização dos mercados que permita uma maior mobilidade dos factores produtivos em condições socialmente aceitáveis». Só há um factor produtivo ao qual as condições «socialmente aceitáveis» se aplicam — o do trabalho. Olhe que os despedimentos individuais sem justa causa estão aqui, Sr. Ministro! Olhe que eles estão no Programa do Governo! Talvez não estejam no programa do seu ministério mas estão no de outros!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E para que é que serve a Constituição?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Por fim, Sr. Ministro, tenho a certeza de que se trata de um desvio de linguagem, mas, de acordo com este Programa, as famílias monoparentais passaram a ser alvo de um juízo moral, já que são tratadas como mães solteiras. As outras, no entanto, também são famílias monoparentais. De qualquer modo, o Sr. Ministro compromete-se, até porque o repetiu aqui, a dar acompanhamento e apoio social e afectivo às mães solteiras. Não pensa que o apoio afectivo às mães solteiras transcende a competência de um ministro da segurança social, Sr. Ministro?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Pedroso, quero também cumprimentá-lo, até porque temos falado muitas vezes sobre estas matérias sobre as quais temos algumas preocupações comuns. Saliento, todavia, que fico muito con-

tente por vê-lo desse lado, já que isso significa que os senhores perderam as eleições!

A Sr.ª Maria Santos (PS): — Já ouvimos essa hoje!

O Orador: — Gostava também de lhe dizer que não vale a pena isolar pessoas ou políticas dentro deste Governo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A política do Ministério é a política do Governo, visto que este é coeso, tem apenas uma linha e que todos nós pensamos e executamos da mesma maneira!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto à concertação social, penso que o meu discurso foi muito claro ao afirmar que esse é um elemento fundamental.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Não é o que diz o Programa!

O Orador: — Sucede, contudo, que fazemos da concertação social um meio para o progresso social e não um fim em si mesmo, ao contrário dos que os senhores faziam para enquistar os problemas e não para resolver as questões.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto à questão do «plafonamento», Sr. Ministro... Perdão! Costumava tratá-lo assim e, em boa verdade, ainda não estou habituado a que me chamem Ministro a mim! Ainda estou habituado a que chamem Ministro a si, apesar de ser mais novo do que eu! De qualquer modo, o povo português corrigiu essa situação!

Risos do PSD e do CDS-PP.

Quanto ao «plafonamento», vou ler uma coisa muito interessante que foi publicada pelo *Diário de Notícias* em 1998. «Eu vejo como positivo que as pessoas, sobretudo as mais novas, possam ter uma maior autodeterminação na sua reforma futura. As pessoas ficam avisadas...» — que interessante; «ficam avisadas!...» — «... de que quando chegarem a um determinado salário, da ordem dos 300 contos,...» — que, na altura, correspondia a cerca de cinco salários mínimos nacionais — «... não contribuirão acima desse valor, mas também não receberão pensões superiores.», o que era lógico, aliás. «Deve haver incentivos fiscais muitíssimo importantes para os esquemas complementares.» Sabem quem disse isto? Não foi o António Bagão Félix, actual Ministro da Segurança Social e do Trabalho. Foi o então Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Ferro Rodrigues!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mais: nesta entrevista, o agora Deputado Ferro Rodrigues, que também aproveito para saudar muito respeitosamente, acabava dizendo que tudo aquilo a que se referia já tinha sido articulado com as Finanças e com o Primeiro-Ministro.

Ora bem, nós queremos ser mais convictos nas causas, embora eventualmente mais prudentes e graduais na adopção dos princípios, não optando por meras palavras que, depois, não têm qualquer concretização prática.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. José Magalhães (PS): — E o afecto?!

O Orador: — Quanto às mães solteiras ou às famílias monoparentais, penso que é saudável o facto de o Sr. Deputado Paulo Pedroso se entreter com essas diferenças semânticas. O senhor sabe que pensamos o mesmo sobre isso, mas não deixo de considerar curioso que num Programa do Governo desta dimensão, com estas medidas todas, o ex-Ministro do Trabalho e da Solidariedade venha dizer que devíamos ter falado em famílias monoparentais quando falámos em mães solteiras! Grande medida! Que medida de fundo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — E sobre a capitalização obrigatória?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Vou já concluir, Sr. Presidente, apesar de as questões terem sido muitas.

Quanto ao apoio afectivo, o Sr. Deputado, evidentemente, disse que algumas coisas não estavam no Programa, embora tenha (pelo menos entendi assim) elogiado muito a minha intervenção. De qualquer modo, sempre posso esclarecer que o apoio afectivo será dado pelas instituições que o Estado se propõe apoiar. Quanto a outro tipo de apoio, afectivo ou não, que pretende retirar a soberania às famílias, os senhores já fizeram muito na área da educação e da acção social, pelo que temos de lutar contra isso. O que temos de fazer é de apostar na sociedade civil, essa sim, que, através de uma solidariedade capilar, está perto das famílias e das pessoas concretas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — E quanto ao fundo de capitalização?

O Orador: — Finalmente, no que se relaciona com a flexibilização dos mercados, tenho de lhe dizer que tudo evolui. Os mercados são diferentes, são globais, as tecnologias evoluíram, não há fronteiras, a organização do trabalho evoluiu e os senhores continuam presos a um imobilismo que só desprotege os trabalhadores. Ora, nós queremos proteger os trabalhadores através da modernização do tecido empresarial, evitando a precariedade da qual os senhores foram os principais promotores nos últimos anos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Manso.

A Sr.^a Ana Manso (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e

Srs. Deputados, antes de mais, permitam-me cumprimentar respeitosamente o Sr. Presidente, toda a Mesa e também as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Queria felicitar também o nosso Primeiro-Ministro e o novo Governo de Portugal pela nova atitude de clareza, rigor e sentido de responsabilidade que trouxeram ao Parlamento, dignificando-se a si próprios e a esta Assembleia. Afinal, o Sr. Primeiro-Ministro prometeu como candidato e já está a cumprir!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Ministro, queria saudar também a clareza da sua intervenção, que permite, de uma forma muito clara, dizer aos portugueses toda a verdade sobre as questões relativas à segurança social, um tema que domina as preocupações de todos e de cada um dos cidadãos. Todos nos preocupamos com o futuro, pelo que urge clarificar alguns aspectos essenciais relativos a esta temática. De facto, o governo socialista foi célebre na encomenda de estudos, na constituição de comissões e na contratação de amigos, de amigos dos amigos e de amigos dos amigos dos amigos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas foram incapazes de reformar o sistema de segurança social com um modelo inovador e criativo que garantisse a sua sustentabilidade. Pelo contrário, preferiram ficar agarrados ao Partido Comunista, com uma matriz estatizante, ultrapassada e sem perspectivas de futuro.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — No Partido Socialista e no seu governo, «cada cabeça, sua sentença»! O ex-Primeiro-Ministro dizia que a segurança social estava de boa saúde e que a sustentabilidade estava garantida para mais de 100 anos. Depois, o Ministro Paulo Pedroso dizia que a segurança social estava de saúde, mas que a sustentabilidade ia apenas até 2035 ou 2040. Em que ficamos, afinal? Quem falou verdade, o ex-Primeiro-Ministro ou o ex-Ministro? Se calhar, nenhum deles!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Ministro, os números da segurança social que vêm sendo conhecidos são contraditórios, o que demonstra de forma clara e é esclarecedor do desgoverno socialista, da sua desorganização e não serão nunca o retrato da realidade do País.

Assim, no contexto pantanoso e despesista desta pesada herança, como vai ser o novo orçamento da segurança social, Sr. Ministro? Será que vai continuar com as loucuras despesistas e com as delegações no Instituto de Gestão Financeira? Vai continuar com os aumentos recentemente feitos pelos socialistas da ordem dos 56,45%, 84,32% ou 67,71%?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

A Oradora: — Estou a acabar, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, vai continuar a contemplar institutos como o Instituto de Informática, para depois fazer encomendas da ordem dos 1,4 milhões de contos? Vai continuar com o escândalo do desvio dos 120 milhões de contos do fundo de reserva de acidentes de trabalho. O que vai acontecer ao rendimento mínimo garantido, que de generoso na sua conceção foi apenas e tão-só um desastre despesista na aplicação prática?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A terminar, Sr. Ministro, pergunto para quando, sem perda de tempo e sem margem para falhar, vamos ter uma nova lei de bases que viabilize a sustentabilidade do sistema, a justiça do mesmo e a consagração da liberdade individual.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Manso, agradeço as suas palavras e o encorajamento que me dirigiu como membro deste Governo.

Em relação às questões que colocou, gostaria de salientar alguns aspectos.

Em primeiro lugar, quero referir-me à questão do orçamento da segurança social para este ano. A execução orçamental dos primeiros dois meses deste ano revela um saldo inferior de cerca de 50 milhões de euros.

Da análise, prévia, que fiz, concluo que este saldo resulta de algumas sobreestimações do lado das receitas — dizia-se que as contribuições cresceriam 7,5%, e não é fácil atingir este valor — e também do lado das despesas — em que existem algumas verbas que estão claramente suborçamentadas, designadamente o subsídio de desemprego e de doença, que foram previstos como tendo uma quebra nominal. Ou seja, o subsídio de desemprego, que estava previsto ter uma quebra de 3%, está com um crescimento de 19%; o subsídio de doença, que se estimava ter um decréscimo de 3%, está com um crescimento de 5,9% e as despesas de administração, que se estimava terem um crescimento zero, tiveram, nos primeiros dois meses, um crescimento de 24,9%.

Portanto, há que fazer um trabalho de correção no plano do Orçamento rectificativo de maneira a criar uma maior aderência à realidade.

Em todo o caso, há pouco não respondi ao Sr. Deputado Paulo Pedroso, e peço desculpa por isso, mas quero referir que considero isto muito positivo e dizer que vamos continuar a acompanhar, na medida das possibilidades e da economia, o reforço dos fundos de capitalização que os senhores...

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Há hoje uma exigência legal nesse sentido!

O Sr. Presidente: — Não pode haver diálogo, Sr. Deputado Paulo Pedroso!

O Orador: — Sem dúvida, Sr. Deputado! Estamos cá para cumprir a lei e para modificá-la quando entendemos que ela é injusta para os portugueses.

Quanto à questão da Lei de Bases da Segurança Social — que é precisamente esta a que o Sr. Deputado Paulo Pedroso está a referir-se —, quero dizer que temos ideias muito concretas sobre ela, sendo que até ao final da presente sessão legislativa ou princípio da próxima será elaborada uma nova lei de bases da segurança social moderna, que dê esperança aos jovens, que não seja imobilista,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... que não seja conservadorista no pior sentido, que faça da combinação ajustada e adequada entre público e privado e que seja uma lei de bases em que o Estado não continue a desconfiar eternamente da sociedade, quando é a sociedade que às vezes tem razões para desconfiar do Estado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro Bagão Félix, com o devido respeito, permito-me sublinhar a sua última declaração, porque não se trata já de uma revisão da actual Lei de Bases da Segurança Social; trata-se, sim, de uma nova lei de bases da segurança social.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — É o que é suposto!

O Orador: — Por isso, estamos num terreno, agora claro, que a leitura do Programa do Governo não permitia clarificar. O que se trata aqui é de romper com uma política que foi desenvolvida e contratualizada por parceiros sociais, no processo de elaboração da Lei de Bases da Segurança Social. A seu tempo, com certeza, tomaremos o necessário confronto das ideias e das opções, na defesa da segurança social pública, da sua universalidade e do conjunto de princípios que enformam a actual Lei de Bases.

Mas, Sr. Ministro Bagão Félix, não é possível ficarmos com a vaguedade das intenções em relação a um conjunto de aspectos do Programa do Governo. Mais a mais, quando o Sr. Ministro até faz um debate contra o imobilismo, contra o conservadorismo no pior sentido, enfim, quando o Sr. Ministro faz um debate que é também ideológico, embora nós não saibamos exactamente à volta de quê. Suspeitamos do pior, mas não sabemos exactamente à volta de quê!

Diz-nos o Sr. Ministro que a flexibilização da legislação laboral não liberalizará despedimentos. Então é o quê?! É a extensão do limite legal da jornada de trabalho? É a depreciação do valor da hora extraordinária? É a engenharia dos horários? O que é que é? Em que é que não podemos ser «imobilistas», Sr. Ministro? Diga-nos o conteúdo, por favor, não nos deixe uma fórmula que é oca!

Em relação à segurança social, ficámos a saber que o tecto de incidência contributiva «talvez» seja nos cinco salários mínimos. No entanto, não sabemos nada para além do que está descrito no Programa do Governo.

O Programa refere o princípio da diversificação das fontes de financiamento. E eu pergunto: quais? Onde? Como? Como é que são adequadas essas fontes de finan-

ciamento, que é um outro princípio da Lei de Bases? Nada disto consta do Programa do Governo!

Quando se fará a convergência das pensões mínimas para o equivalente ao salário mínimo nacional líquido? Esta foi uma das promessas mais generosas de um dos partidos da coligação do Governo e que foi submersa no programa do Governo do XV Governo Constitucional. Não basta dizer que continuará o caminho da convergência, porque isso até já está na actual Lei de Bases!

Calendarizar quando? Em 2003, 2004, 2005? Quando é que o Governo o quer fazer? Como é que o Governo responde aos compromissos eleitorais neste desígnio da convergência do salário mínimo nacional em relação às pensões mínimas?

Mas, Sr. Ministro Bagão Félix, se houve coisa que me chocou nesta área da segurança social e no Programa do Governo, foi aquilo que julgo ter divisado nas entrelinhas, uma velha ideia do Partido Social Democrata em relação à regulação dos fundos de pensões, que é garantir que o Estado seja, em todas as circunstâncias, o avalista. Isto é, a haver bancarrota de algum fundo de pensões, que o Estado seja a entidade tomadora dos créditos.

Ouvi, aqui, ontem elogiar os empresários de risco e ouvi atacar os monopólios públicos. Não entendo, Sr. Ministro, que em relação a fundos de pensões, que têm capitalização privada e que dão lucros ao sector privado, em última análise e em qualquer circunstância, afinal de contas, o monopólio do risco seja o do Estado!

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, V. Ex.^a suscitou uma série de questões e eu começo por lembrá-lo que o Programa do Governo não é uma regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social; naturalmente, não pode ser a regulamentação de uma Lei de Bases com a qual até não concordamos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quero também dizer-lhe que temos ideias muito claras. Em três minutos não sou capaz de lhe explicar tudo, mas tenho muito gosto em dar-lhe a documentação relativa a estudos que fiz ao longo destes anos sobre esta matéria e despender algum tempo com o Sr. Deputado.

Quanto à questão do tecto contributivo, a ideia dos cinco salários mínimos nacionais foi prevista no *Livro Branco da Segurança Social* e defendida, aliás, pelo ex-ministro em entrevistas e intervenções públicas.

Na verdade, o que foi definido em sede de concertação social foi um tecto celestial de doze salários mínimos nacionais, que se aplica não às pessoas ricas, mas às pessoas muito ricas. É uma forma, aliás, interessante de praticar uma política social.

Em nosso entender, há que introduzir esse princípio de forma cautelosa, gradual e prudente, sem tibieza, mas com aquilo que referi, isto é, com sensibilidade social e muito bom senso financeiro. Portanto, o nosso tecto não será celestial, como o dos doze salários mínimos nacionais, nem será tão imprudente quanto o dos cinco salários mínimos

nacionais, mas será uma forma de alicerçar a cultura previdencial das gerações mais novas, que sabem que para o futuro têm restrições, designadamente de natureza demográfica, que são mecânicas e que são impossíveis de contornar.

No que diz respeito à questão dos fundos de pensões, também tenho muito gosto em explicar-lha. Sr. Deputado, falei do reforço dos mecanismos de supervisão pública e da certificação e credenciação das agências administradoras de poupança alheia pelo Estado.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E não disse — porque não posso falar em tudo — que será consagrada, na proposta de lei de bases da segurança social, a criação de um fundo de garantia de pensões, à semelhança do fundo de garantia de depósitos e de outras instituições, que salvaguardem gestões danosas, incorrectas ou, pura e simplesmente, falências de instituições.

Quanto à questão da convergência das pensões, devo dizer que também nesta matéria temos ideias claras.

Contudo, é interessante o Sr. Deputado ter focado a lei de bases actual, a este respeito, porque ela não define convergência nenhuma. A lei de bases actual refere que, até 2003, o valor será de 40 contos (neste momento está em 38 contos, por isso não será um valor difícil de atingir). Depois, diz que a partir de 2003 haverá uma aproximação, e no ponto seis diz uma coisa curiosíssima (e importante, aliás), que é: a ocorrência de condições económicas excepcionalmente adversas poderá determinar uma dilacção máxima de um ano na aplicação do disposto no número anterior (que, por acaso, não dispõe nada).

Apesar de tudo, isto traduz um aspecto importante, que é, o seguinte: o princípio da convergência mantém-se, a ideia e os cálculos que tenho levam isso para sete anos — e posso demonstrar-lhe como é que é possível fazer isso, com um crescimento do PIB a 2%. No entanto, esta disposição relativa às situações adversas é uma situação importante, nos próximos 2 anos, que temos de conciliar com este objectivo social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O tempo escasso que cabe ao meu grupo parlamentar não me permite uma palavra de regresso e de reencontro com esta Assembleia da República. De qualquer forma, saúdo, na pessoa do Sr. Presidente, toda esta Assembleia da República.

Quanto ao pedido de esclarecimento que gostaria de fazer ao Sr. Ministro, percorrendo a floresta das frases feitas e genéricas e procurando descodificar aquilo que hoje constitui a cartilha neoliberal da adaptabilidade, da flexibilidade, da competitividade e todos esses frasalhões que, descodificados, naturalmente têm leituras precisas em termos de concretização no plano dos direitos, convenhamos que, nessa panóplia e nesta floresta de afirmações mais ou menos gerais, aquilo que é mais concreto e substancial é precisamente o que tem a ver com a área social e com a área laboral. Começo precisamente por aí.

Lembro que, ontem, o Sr. Primeiro-Ministro, por detrás de um falso pragmatismo, dizia uma coisa algo crua e brutal, que era: «Percebiam isto: é preciso emprego. E, naturalmente, se é preciso abdicar de direitos para salvar o emprego, então que se abdique, que se capitule!», pensando que hoje as multinacionais, designadamente das indústrias eléctricas do sector da indústria automóvel, que vieram para cá desfrutando dos baixos salários, que vieram para cá aceitando as regras e as leis nacionais, hoje exigem mais, exigem particularmente a desregulamentação dos horários de trabalho.

Sr.^a Ministra das Finanças, Sr.^a «Ministra de Rigores», ontem V. Ex.^a cometeu um erro quando citou o ditado popular «querer sol na eira e chuva no nabal». É que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo, ontem, quiseram provar que, quando se trata dos interesses das multinacionais, é possível «dar-lhes sol na eira e chuva no nabal» através de baixos salários e de horários de trabalho desregulamentados.

Aplausos do PCP.

Creio que, nesse aspecto, é importante lembrar que aquilo que se pretende é, de facto, desarranjar a vida profissional, familiar e social dos trabalhadores. Mas vamos ao concreto, Sr. Ministro, especialmente aos seus valores da família. Quando hoje as multinacionais pretendem que um trabalhador vá trabalhar ao sábado ou ao domingo, umas vezes de tarde e outras de manhã, ...

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... tendo em conta os picos da produção e o aumento da exploração, fica-lhe mal que defendam os valores da família, porque também aqui se procura desregulamentar um direito fundamental dos trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O tempo de que disponho é muito pouco, mas quero perguntar também o que pretendem com esta alteração da legislação laboral. Sr. Ministro, descodifique e diga o que pretende em relação ao edifício jurídico-laboral que hoje existe em Portugal.

Quanto à segurança social, Sr. Ministro, foi interessante ouvi-lo falar dos problemas demográficos do futuro, só que não falou numa questão central, que é a seguinte: quais são as diversificações das fontes de financiamento, onde, para além dos descontos sobre o trabalho — e foi a única coisa que citou —, devia acrescentar a necessidade de uma taxa sobre o valor acrescentado e uma parte dos impostos novos, ligados, designadamente, ao vício do tabaco e aos movimentos especulativos bolsistas. Sobre isto nem uma palavra!

O Sr. Primeiro-Ministro disse ontem, aqui, que é preciso verdade e coragem. Não se trata de mais ou menos coragem, trata-se de opções, porque também por aqui, tendo em conta aquilo que pretendem fazer aos salários, aos horários e aos direitos dos trabalhadores, mais do que coragem ou falta dela, os senhores têm uma opção de classe ao lado de quem mais tem e mais pode.

Aplausos do PCP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É sempre para os mesmos!

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Basta olhar para os sorrisos da primeira bancada do PP!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E aí para a terceira fila!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa excedeu o tempo atribuído ao seu partido, mas a Mesa teve muito gosto em conceder-lhe esse tempo em homenagem à circunstância de ser um antigo constituinte, por sinal o único nas bancadas do seu partido.

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, sobre as questões de trabalho, creio que já disse o fundamental. É evidente que o Sr. Deputado e o seu partido querem atirar-nos para uma situação que não é aquela em que pensamos nem que vamos ter, mas, obviamente, isso faz parte da vossa maneira de se exprimirem e do modo como, sempre imobilisticamente, gostam de referir estas questões.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Da luta de classes!

O Orador: — Sr. Deputado, vou dar-lhe o exemplo da gestão dos horários de trabalho. Temos um Ministério da Segurança Social e do Trabalho que tem uma série de funcionários que estão a ver, burocraticamente, uns papelinhos de isenção do horário de trabalho que vêm das empresas, que têm o acordo do trabalhador e da entidade patronal, perdendo muito tempo umas vezes a autorizar e outras a indeferir. Ora, se a entidade patronal e o trabalhador acordaram, por que razão é que há-de haver uma entidade omnisciente e omnipresente que, burocraticamente, acha que deve autorizar ou não?!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O que o Estado tem de fazer nesta área é fiscalizar e não ordenar a livre vontade, quer em negociação colectiva, quer em negociação individual, entre trabalhadores e entidades patronais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — É a história da igualdade das partes!

O Orador: — Sr.^a Deputada, nós nunca faremos aos trabalhadores o que o seu partido quer fazer com os renovadores!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Faltam-lhe argumentos, Sr. Ministro!

O Orador: — Quanto à diversificação das fontes de financiamento; creio que este é um campo de grande consenso teórico mas de difícil aplicação prática. Temos de ser honestos. Todos nós estamos de acordo em que o sistema deveria atenuar a incidência de cotizações sobre os salários, porque é uma maneira de dificultar o emprego e de criar dificuldades às empresas de mão-de-obra intensiva. Estamos todos de acordo! Há 25 anos que leio tratados sobre a aplicação do valor acrescentado, sobre a aplicação do imposto sobre as amortizações e sobre muitas coisas mais, mas nenhum país, até hoje, instituiu isso.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — A França!

O Orador: — Queremos ser inovadores, mas não somos irresponsáveis! Certamente que vamos, no seio do Governo e particularmente em conjugação com a Sr.^a Ministra do Estado e das Finanças, tentar diversificar as fontes de financiamento nesta perspectiva, de forma gradual, coerente e responsável.

Creio que respondi às sua perguntas, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: nem da parte do Partido Socialista, nem do Bloco de Esquerda, nem do Partido Comunista vi uma referência aqui à principal acusação ou ao principal pecado — sou democrata-cristão, perdoem-me a expressão — de que sou acusado neste Governo, isto é, que venho representar *lobbies* estranhos, escuros...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Está com problemas de consciência?!

O Orador: — Não, Sr. Deputado! Os meus *lobbies* são os pobres, os idosos e as crianças que estão a nascer neste país,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Não me diga que as seguradoras privadas têm os *lobbies* dos pobres!

O Orador: — ... e a minha coerência, Sr. Deputado! Tenho muito gosto em oferecer-lhe uma série de livros, nomeadamente este, que aqui tenho e que foi escrito em 1984, estava eu longe da banca e dos seguros, e já tinha exactamente as mesmas ideias! Vou oferecer-lho!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Quem dá aos pobres empresta a Deus!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. Álvaro Castello-Branco (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar, em meu nome e em nome da minha bancada, o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho, pessoa de reconhecido mérito e competência, nomeadamente nas áreas pelas quais agora é responsável no Governo de Portugal. Competência, Sr. Ministro, que deixa, uma vez mais, marca na excelente intervenção que ouvimos e na qual o V. Ex.^a apresentou um programa que não podemos deixar de saudar.

Destacamos do Programa do Governo nesta área a defesa de uma profunda reforma da segurança social, as-

sente no princípio da co-responsabilização social do Estado, das empresas e das famílias, princípio que, desde há muito, temos vindo a defender como uma vertente essencial de uma reforma que se pretende eficaz.

É, sem dúvida alguma, urgente, Sr. Ministro, a aprovação de uma nova lei de bases da segurança social, assente nos princípios enumerados pelo Programa deste novo Governo, por forma a rapidamente se estancarem os efeitos letais da desastrosa Lei de Bases da Segurança Social aprovada pelo governo socialista no seu segundo mandato.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à política da família, é de saudar o compromisso deste Governo em dar especial atenção a medidas concretas a favor da natalidade e da defesa intransigente do direito à vida, como seja, entre outras, a consagração de prestações familiares da segurança social mais selectivas, privilegiando as famílias de menor rendimento em função do número de filhos.

Mas, Sr. Ministro, a pergunta que lhe quero dirigir prende-se com outra questão. V. Ex.^a afirmou, num passado recente, que se perdiam em Portugal, por ano, 60 milhões de dias ao abrigo do regime de subsídio de doença, deixando, então, clara a urgência do combate às baixas fraudulentas. É, sem dúvida, necessário, Sr. Ministro, que o regime de subsídio de doença estabeleça uma diferenciação, favorecendo as doenças graves e longas e moralizando a atribuição de baixas de curta duração.

Pergunto-lhe, Sr. Ministro, que medidas pretende adoptar para implementar essa mesma política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, quero agradecer-lhe as palavras que me dirigiu, das quais espero ser merecedor ao longo destes quatro anos de Governo.

V. Ex.^a falou sobretudo da questão do subsídio de doença, mas, relativamente às questões da vida, gostava de sintetizar muito rapidamente aquela que é a nossa filosofia: enquanto alguns procuram transformar o problema na solução, nós queremos encontrar solução para os problemas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E é isso que vamos fazer em nome da vida, em nome daqueles que ainda têm voz e em nome daqueles que serão a geração futura de Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão do subsídio de doença, de facto, trata-se de uma questão que é preocupante e como tal é considerada unanimemente. O País gasta cerca de 500 milhões de euros (100 milhões de contos) por ano com o pagamento de subsídio de doença, para além da questão do decréscimo de produtividade. Creio que foram tomadas medidas que devem ser positivamente realçadas

no último governo ao nível da fiscalização, mas também creio que a questão do subsídio de doença não se resolve apenas atacando as consequências, resolve-se sobretudo removendo as causas.

Antes de citar algumas dessas causas, penso que nos devemos preocupar com um país em que 42% das baixas se concentram na população entre os 20 e os 34 anos. Alguma coisa está mal! Não nos podemos deixar acomodar com a ideia de uma taxa de baixa de 4,4% da população activa, que foi a que aqui correu no ano passado! Isso significa na prática que, em média, há por dia mais de 200 000 pessoas com baixa.

Portanto, temos de tomar medidas preventivas, de controle e de ligação com o Ministério da Saúde, mas há sobretudo dois aspectos que, do ponto de vista social, são decisivos na opinião do Governo: o primeiro é diferenciar o subsídio, porque não faz sentido que a percentagem do subsídio para uma doença grave, incapacitante e que gera rupturas no orçamento familiar, seja exactamente a mesma do subsídio de doença para uma ligeira ou mesmo falsa constipação;...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... o segundo é que não faz sentido que a política fiscal e a política de segurança social continuem de costas voltadas, que uma pessoa ou muitas pessoas, estando de baixa, possam receber, através do subsídio de doença, um valor líquido superior ao que recebem se estiverem no activo. Os sistemas sociais são para defender e proteger as pessoas, não são para estimular a ociosidade e a inactividade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

O Sr. Victor Cruz (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Presidente da Assembleia da República, as minhas primeiras palavras vão para V. Ex.^a, para felicitá-lo pela sua eleição e para manifestar o meu sincero orgulho, como açoreano, em vê-lo assumir tão distinto cargo; um grande homem, que soube liderar, como ninguém, os destinos dos Açores e que agora põe ao serviço do País as suas qualidades de cidadão e de político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, acreditamos na sua capacidade de resistir, de lutar e de alcançar metas com sucesso, mesmo em condições adversas, como foi o caso — e permitam-me a referência analógica — da sua subida à montanha do Pico, nos Açores.

Cumprimento também, muito cordialmente, todos os Membros do Governo e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, desejando a todos as maiores felicidades.

O PSD venceu as eleições porque era preciso mudar de vida, ter outra cultura de poder e definir uma nova ambição para o País.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este Governo é de coligação, mas apresenta-se, neste Parlamento, com coerência programática, como ficou aqui provado. Não é um mero somatório de dois partidos, é uma solução de estabilidade política que o País esperava.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este Governo fala a verdade, em vez de escondê-la. Não foge às dificuldades, tem coragem reformadora e tem a firme determinação de enfrentar, de combater e de vencer, a crise que nos deixaram como herança. Comprendemos a pressa dos portugueses, a ansiedade das instituições, a urgência das forças sociais, mas só agora o Governo terá a sua investidura parlamentar. Vem aí o tempo das decisões, da concretização, das respostas. Não há tempo a perder! Basta o tempo em que muito se deitou a perder.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O País precisa de todos, mesmo dos que não estão dispostos a fazer o seu acto de contrição. Nos Açores, somos o Portugal insular que acredita na solidariedade deste Governo — este foi o sentido da vitória do PSD, nos Açores. Pela primeira vez, na história da autonomia, o partido do poder na região perdeu eleições legislativas nacionais. Os açoreanos merecem, como, de resto, os madeirenses, um olhar diferente, uma aposta forte nas suas potencialidades. Mas não está no nosso carácter fugir às responsabilidades, virar a cara, quando é preciso enfrentar os problemas. Comungamos das preocupações do Governo da República e sabemos, temos a certeza, que este cumprirá os seus compromissos com as autonomias regionais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A solidariedade para com as autonomias não dispensa o rigor e este não prescinde da transparéncia. Defendemos o diálogo e a cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores. Repudiamos, desde já, a guerrilha institucional e dispensamos o conflito inútil que resulta de meras motivações partidárias. Essa foi sempre a nossa posição e esperamos que o Governo Regional dos Açores resista à fácil tentação de ser oposição institucional ao Governo da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O PS Açores e o governo que apoiou substituíram uma autonomia, que designaram de cooperativa, por outra, que agora rotulam de exigente. Já sabemos que a autonomia cooperativa escondeu, por pura conveniência partidária, muitas exigências, ao longo dos últimos seis anos. Esperamos que a, agora, autonomia exigente do PS não esqueça a obrigação institucional de cooperar com o Governo da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os açoreanos acreditam num Governo que tem a descentralização como bandeira e o esforço de convergência europeia como desígnio nacional. Não pode

haver nem um País nem uma Europa a duas velocidades. Compreendemos que os primeiros tempos são mais difíceis — por culpa do PS e do seu governo, convém lembrá-lo sempre —, vai ser preciso distinguir bem entre gastar e investir, aguentar o custo que é ter prioridades, apostar no rigor e na transparência. Mas os sacrifícios de hoje são o princípio dos benefícios de amanhã!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este Governo anunciou dificuldades, mas não é responsável por elas. Apresenta algumas soluções condicionadas pelo passado recente, mas define um rumo que confirmará a esperança que os portugueses nele depositaram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um bom governo para o País é um bom governo para os Açores!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este vai ser um bom Governo para Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para pedir esclarecimentos ao Orador, inscreveu-se o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, deixe-me saudá-lo pela sua eleição, saudar o Deputado Victor Cruz, pela sua presença na Assembleia da República e pela sua primeira intervenção, dar-lhe as boas vindas à autonomia cooperativa, porque o seu discurso é exactamente uma apologia da autonomia cooperativa que o Partido Socialista, ao longo destes anos, tem vindo a executar. E deixe-me dizer que não estarei errado se previr que V. Ex.^a também virá apoiar-nos na autonomia exigente.

Mas permita-me que lhe faça observações sobre o seu discurso, que considero importante, e é importante que se discutam no Programa do Governo as questões relacionadas com as autonomias regionais.

Não ouvi, no seu discurso, nenhuma reivindicação concreta à lei de finanças das regiões autónomas. Ficámos sem saber se V. Ex.^a apoia ou não os termos vagos do Programa do Governo, que em nada se compromete nessa matéria. Ficámos sem saber se V. Ex.^a aceita ou não a proposta do governo do Partido Socialista que foi apresentada na Assembleia da República, na legislatura anterior.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Tarde, e mal!

O Orador: — E ficámos também sem saber se V. Ex.^a ainda se lembra dos 4 milhões de contos que o Governo da República deve transferir imediatamente para o Governo Regional dos Açores e se V. Ex.^a irá, de novo, obrigar o actual Governo da República à assunção da dívida de 3,5 milhões de contos, quer para a Região Autónoma da Madeira, quer para a Região Autónoma dos Açores, conforme votação do seu próprio partido na legislatura anterior.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

O Sr. Victor Cruz (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, agradeço as referências do Sr. Deputado Medeiros Ferreira e espanta-se que tenha vindo aqui dizer que eu não disse muita coisa, porque, se eu não tivesse discursado, nada se tinha ouvido do Sr. Deputado Medeiros Ferreira!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos.

O Orador: — Espanta-me, isso sim, que o Partido Socialista, que pregou autonomia cooperativa durante seis anos, mas nem sempre a concretizou, como agora se está a descobrir, depois da derrota do dia 17 de Março, prevenindo a derrota nos Açores e no País, tenha, depressa, mudado de estratégia e de uma autonomia cooperativa tenha passado, rápida e atabalhoadamente, para uma autonomia exigente.

Onde estava o Sr. Deputado Medeiros Ferreira, quando se esperou vários anos pela concretização da转移ência do Orçamento que tem como objectivo ajudar os sinistrados do Faial e do Pico?

O Sr. Arménio Santos (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi preciso o Partido Socialista perder as eleições ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... para todos nós sabermos que as promessas que tinham sido feitas pelo Eng.^º Guterres ainda estavam por cumprir! E é lamentável que tenha sido preciso perder as eleições para, depressa também, o próprio Governo da República se apressar a fazer um despacho para transferir essas verbas, ou seja, para que depressa tenha, nesta como em muitas outras matérias, passado para este Governo o cumprimento das promessas que os senhores fizeram!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A verdade, Sr. Deputado, é que, nós, durante os seis anos, tudo fizemos e apostámos, e continuamos a apostar, na autonomia cooperativa, na cooperação, no diálogo. É, porém, uma má notícia, porventura fruto do seu desenquadramento da política regional, a que tenho para dar ao Sr. Deputado: o estilo discursivo do Partido Socialista nos Açores é o do conflito institucional com o Governo da República que ainda não tem, a esta hora, sequer, a sua investidura parlamentar. Os senhores já estão apostados em ser oposição a um Governo que ainda nem sequer começou, os senhores já estão a exigir a este Governo que cumpra aquilo que o seu governo, em matéria de finanças regionais e de muitas outras áreas, não cumpriu durante seis anos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso mesmo, Sr. Deputado Medeiros Ferreira, sou eu que lhe dou as boas vindas a uma autonomia exigente!

Risos e aplausos de alguns Deputados do PSD.

Mas o que é verdade, Sr. Deputado, é que o senhor, agora, faz apenas aquilo que o PSD dos Açores sempre fez: nós nunca deixámos de reclamar nada porque o Governo da República era do Partido Social Democrata. E é nesse relacionamento institucional sério, com um diálogo fecundo, que nós apostamos nos Açores. Espero, sinceramente, que o Governo Regional dos Açores esteja disponível para o diálogo, pelo menos até 2004. Como eu já disse noutras circunstâncias: pior do que um governo socialista, são dois governos socialistas!

Risos.

No dia 17 de Março, resolvemos parte do problema; algures em 2004 vamos resolver o resto do problema!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, com alguns Deputados de pé.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, para defesa dos Açores!

Risos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Medeiros Ferreira, põe-me numa situação embaraçosa! Essa seria a última razão pela qual não lhe daria a palavra, mas o Regimento não me permite...

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Não, Sr. Presidente, é para a defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Para defesa da honra pessoal, com certeza, tem a palavra.

Risos.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer a Câmara porque, como se percebeu, o que está aqui em jogo são as próximas eleições regionais nos Açores e creio que não é bem para isso que se faz hoje o debate na Assembleia da República, que é relativo ao Programa do Governo. E tomo nota que o Deputado Victor Cruz não me respondeu quanto aos 4 milhões para a reconstrução das zonas sinistradas no Faial nem quanto à assunção da dívida de 6,5 milhões de contos.

Protestos do Deputado do PSD Guilherme Silva.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Victor Cruz quiser dar explicações, tem a palavra, dispondo de três minutos.

O Sr. Victor Cruz (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, eu respondi àquilo que o Sr. Deputado Medeiros Ferreira me perguntou!

Vou ter — e o Governo da República também, certamente — muitas outras oportunidades para esclarecermos tudo aquilo que V. Ex.^a pergunta. Agora, estamos aqui com um Programa do Governo que corresponde aos nossos compromissos eleitorais. O Governo da República, como ficou aqui bem esclarecido, está a fazer o levantamento da actual situação das finanças públicas e também deve fazer o levantamento da actual relação financeira entre o Estado e as regiões autónomas. Este Governo — eu acredito nisso, todos os açorianos acreditam nisso! — é um Governo solidário com as autonomias e vai ser um Governo solidário com os açoreanos!

Ao contrário dos governos do Partido Socialista, nós entendemos que a solidariedade é compatível com a transparéncia, que a solidariedade é compatível com o rigor e não vamos, certamente, fazer aquilo que os senhores fizeram. Cada dia que passa, depois da derrota eleitoral do Partido Socialista, nos Açores, há um comissário político que vem reclamar uma transferência de verbas do Governo da República. Cada dia que passa, depois da derrota do Partido Socialista, há um presidente de uma empresa pública que vem, só agora, dizer que faltam milhões do Governo da República. Cada dia que passa, o governo regional pergunta aquilo que nunca perguntou antes ao Governo da República. A incoerência está do vosso lado; do nosso lado estará a defesa intransigente dos interesses dos Açores, acreditando num Governo que vai mudar a vida, que vai ser solidário, que vai pôr as contas em ordem, um Governo de palavra, um Governo que vai ser bom para o País e também bom para os Açores.

É esta a nossa diferença, Sr. Deputado Medeiros Ferreira, e foi também isso que fez com que o Partido Social Democrata, nos Açores, contra tudo e contra todos — contra um governo regional que fretou aviões para fazer inaugurações, contra um governo regional que fez inaugurações no dia de reflexão —, ...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ...com gosto, engrossasse as fileiras do que foi uma saborosa e importante vitória do PSD para Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção no debate, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro Ministro, Srs. Deputados: Antes de mais, Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Ex.^a e, na sua pessoa, toda a Câmara, fazendo uma ligeira consideração inicial.

Honro-me de representar, nesta Câmara, uma geração que muitas vezes é injustiçada em relação ao seu interesse pela política. É verdade que, hoje, ainda há jovens que se interessam por política, que se interessam por discutir política e por participar na vida política. Mas, como tudo, as gerações são um pouco o reflexo dos governos que têm e, obviamente que, nos últimos anos, com os governos que tivemos, não foi estimulante a participação política. Não

foi estimulante para um jovem ver os representantes que tinha no governo do seu País e não foi, certamente, estimulante para um jovem empenhar-se a defender as causas que esse mesmo governo defendia.

Mas, hoje, há um Governo diferente, há causas diferentes e há também jovens diferentes, jovens que aceitam lutar por um País melhor e que aceitam inverter esta lógica. E é por isso que saúdo, desde já, este Governo e saúdo também o Programa que aqui apresentou, que é a prova de que há alternativa ao desconsolo, que vimos tantas vezes, até no anterior Primeiro Ministro, vemos que é possível governar com alegria.

Relativamente à tragédia que muitas vezes imperou sobre o nosso País, nos últimos anos, nós hoje sabemos que pode haver esperança e que podemos vencer; ao conformismo, que tantas vezes imperou até sobre os portugueses, que já não viam maneira de sair da crise em que entravam, vemos hoje que há uma possibilidade de apoio à iniciativa e que há também que acreditar novamente nos portugueses; e, claramente, em relação à postura de um Governo, vemos que em vez de medo há confiança no Programa que aqui apresenta e num País que sabe que vai responder a esse desafio e ajudar este Governo a melhorar.

Também eu próprio vou responder a outro desafio que já aqui foi feito, o de falar do futuro e não do passado. Mas permitam-me uma ligeira e pequeníssima nota: se o passado fosse tão bom como já tantas vezes disseram, se calhar eu próprio não teria sido eleito e não teria tido a oportunidade de estar aqui a falar-vos. Poderia, até com alguma ironia, agora agradecer essa oportunidade, mas, infelizmente, o que fizeram ao País foi tão grave que não permite sequer essa ironias.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Saudando o Programa deste Governo, penso que há, obviamente, áreas que são fundamentais para o futuro do nosso país, desde logo a educação, tão bem explanada hoje, aqui, pelo Sr. Ministro, e, dentro da educação, a aposta na autoridade e na avaliação, dois conceitos que caíram em desuso nos últimos anos mas que são fundamentais para que tenhamos um País com gente qualificada e capaz de aceitar os desafios que o futuro lhes põe.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Há uma aposta na língua portuguesa, o maior património que temos de afirmação de Portugal no mundo e a melhor aposta estratégica que podemos ter para que o nosso país seja maior na realidade internacional!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Há uma responsabilidade na política da saúde. Toda a gente tinha percebido que a política de saúde que vinha sendo prosseguida já não era sequer sustentável e só acentuava as desigualdades entre ricos e pobres. Finalmente, vemos uma política de saúde mais justa e que, ao contrário do que já de disse, vai exactamente ao encontro dos mais necessitados.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — E há o orgulho! O orgulho que estava de rastos, que vai desde, na política de defesa, o orgulho nas nossas Forças Armadas até todo um orgulho nacional que, de facto, já tínhamos saudades de ver nos governantes do nosso país.

Haverá também uma mudança ao nível da juventude que apoia este Governo, porque não vamos, com certeza, entrar pelo caminho que se entrou no passado de querer aparecer à conta de questões «fracturantes» que punham em causa o País, que punham em causa o governo e que puseram muito em causa a credibilidade das próprias juventudes partidárias, que sofreram claramente com a aposta que foi feita pela juventude partidária do governo anterior.

Seremos claramente diferentes, mas não vamos estar quietos, porque, como disse um dia o Eng.º Adelino Amaro da Costa, a juventude não é instalada, a juventude tem ideias, mas não precisa de ter ideias estúpidas para ter ideias,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... pode ter ideias construtivas, pode ter ideias que acentuem aquilo que de melhor se pode fazer no nosso país. É por isso que quero deixar hoje, aqui, algumas.

Uma das áreas mais atrasada em Portugal, em relação à qual somos claramente o país mais atrasado da União Europeia, é a do voluntariado social. Em Portugal, o apoio que se dá ao voluntariado social é quase nenhum e todos sabemos, ou deveríamos saber, a importância que, numa sociedade cada vez mais desumana, tem o voluntariado social e a iniciativa dos privados nesta matéria.

Por outro lado, temos os jovens empresários, praticamente esquecidos nos últimos anos. Se queremos uma economia que cresça e uma economia mais forte temos de apostar nos jovens empresários, nas empresas de jovens, nos projectos com futuro, nos projectos inovadores. São esses que poderão permitir, mais do que outros, a criação de novos postos de trabalho, a criação de emprego e a afirmação desses mesmos jovens. Para isso propomos a criação, a nível nacional, de uma rede de «incubadoras» de empresas que permita a estes jovens empresários condições que, à partida, muitas vezes não têm.

Outra questão fundamental é a do envelhecimento da nossa população. A população portuguesa envelhece e parece que ninguém se preocupa! É fundamental que apoemos, por um lado, as mães solteiras, por outro lado, e também, as famílias numerosas. Uns e outros são os que fazem um esforço maior para que a nossa taxa de natalidade não decresça como está a decrescer e para que a nossa pirâmide etária não se inverta como está a inverter.

Também é necessário que actualizemos o conceito da defesa do direito à vida, que façamos aquilo que já se faz noutras países. A bioética e a biomedicina têm evoluído na análise daquilo que é a vida humana e as suas várias fases e é fundamental que também em Portugal, e também nesta Casa, reconheçamos que esses avanços não podem passar ao nosso lado e que a defesa da vida, nas suas várias fases, é fundamental.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo está esgotado. Peço-lhe o favor de terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar.

De facto, já foi aqui dito que muito separa quem apoia este Governo e quem não o apoia, em termos ideológicos. É verdade! E é verdade porque não se verificou aquilo que muita gente pensava: foi proclamado o fim da História, mas a História não acabou, a História continua. A proclamação do fim da História foi um bocadinho como os amanhãs que cantam; os amanhãs nunca chegaram a cantar e a História não acaba de certeza. Hoje iniciamos só uma nova fase na História de uma grande Nação!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — O último orador inscrito para intervir neste debate é o Sr. Deputado Augusto Santos Silva, a quem dou a palavra.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não é tarefa fácil apreciar o Programa do Governo, tão vago e esquivo é o seu texto, mas o seu enunciado revela, todavia, dois factos simples.

O primeiro facto é que seis anos de governo do PS introduziram uma marca irreversível na sociedade e na agenda política portuguesa: o primado à qualificação das pessoas e a consciência social. O actual Governo teve de assumir essas bandeiras, fica-lhe bem, e até se verifica uma evidente continuidade em vários projectos, em áreas como a ciência, a cultura, a política urbana ou o combate à toxicodependência, mas talvez se devesse exigir aos redatores do Programa em discussão maior humildade democrática.

Quando, só para citar um exemplo, o actual Governo se propõe dinamizar, junto das escolas, acções de divulgação e promoção da ciência e da tecnologia, não seria mais curial dizer: «sim, o Programa Ciência Viva é uma excelente iniciativa e cumpriremos a nossa obrigação de não o pôr em causa»? Mas como seria isso possível se são incipientes os traços de modernidade do actual Governo, só isso explicando que na sua orgânica desvalorize áreas centrais para o mundo de hoje como a igualdade e o ambiente, e passe completamente ao lado do problema central das alterações climáticas?

O segundo facto a realçar é que medidas emblemáticas, no plano social, da campanha eleitoral dos dois partidos agora coligados, veiculadas nos seus manifestos ou através dos seus porta-vozes, deixam agora de ter formulação explícita.

O cheque-educação; a imposição do manual escolar único; a elevação ao topo das prioridades da obrigação de cantar o hino todos os dias na escola, que tanto prejuízo causou, pelo seu ridículo, à educação para os valores e os símbolos da identidade nacional;...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... o aumento das propinas no ensino superior público; o desmembramento da administração do património edificado; o ataque à criação e aos criadores culturais; a alienação pura e simples da estação clássica da Rádio Difusão Portuguesa e o fim imediato da publicidade no serviço público de televisão desapareceram, como por encanto, do texto que agora temos pela frente.

Infelizmente, este aparente desaparecimento não tranquiliza, de uma banda, porque o que substitui os emblemas abandonados são declarações sem conteúdo ou medi-

das «invertebradas» que passam ao lado dos problemas reais, e, de outra banda, porque este Programa não é um, mas, sim, dois programas e nas entrelinhas daquele programa que explicitamente se apresenta — defensivo, temeroso, fugindo à responsabilidade e ao compromisso prático — perfila-se um outro, quiçá o verdadeiro programa político deste Governo, caracterizado por um profundo preconceito ideológico contra as políticas de integração, coesão e qualificação.

Vejamos exemplos.

O programa para o ensino superior não mostra medidas, oculta medidas. Promete-se uma nova lei dita de desenvolvimento, mas com que traves mestras? Avança-se com a revisão da lei da autonomia universitária de modo a permitir novos modelos de gestão, mas que modelos? Fala-se de um novo modelo de financiamento do ensino público, mas em que bases?

Outro exemplo é o do ensino secundário. Para os especialistas, os parceiros sociais e os sectores dinâmicos da economia é evidente que, após a universalização da frequência da escolaridade obrigatória de nove anos — que ficará para todo o sempre como uma resultado excelente dos governos do PS —, o desafio que temos pela frente, o desafio verdadeiramente importante, é o de colocar todos os jovens até aos 18 anos em educação ou formação, garantindo que na próxima geração ninguém saia do sistema sem ter pelo menos qualificações de nível médio.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Isso mesmo foi consagrado pelo XIV Governo e por todos os parceiros sociais, em sede de concertação, em Fevereiro de 2001. O quê nos diz sobre isto o Primeiro-Ministro? Nada, absolutamente nada! Propõe-se suspender a revisão curricular (erro grave!). Mas suspender sem mais? Para fazer o quê, em quatro anos? Nada diz!

O Sr. Ministro da Educação falou sobre isto, hoje, e disse duas coisas: a primeira, que considera a revisão curricular boa mas que a sua aplicação foi vetada, por isso, propõe apenas a sua suspensão; a segunda, que não contemos com o investimento do Estado na promoção da generalização da frequência do ensino secundário, que é nossa obrigação indeclinável e para a qual precisaremos de investimento público, o qual tem que ser assumido pelo governo que quiser levar isso à prática!

Aplausos do PS.

Mas, Srs. Deputados, o problema principal do Programa de Governo está, como eu disse, na sua agenda implícita e no preconceito ideológico contra alguns dos instrumentos fundamentais de promoção da integração e da coesão pelo Estado democrático. Ora, essa agenda ideológica faz-se contra o serviço público, deseja promover o pilar privado à custa do pilar público e orienta-se pelo princípio da suspeita face à dignidade e aos comportamentos dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Só um forte preconceito ideológico contra a ideia e a prática de serviço público explica a recorrência das elaborações ideológicas contra a escola pública e um alegado «estatismo» da educação, preconceito tão forte que leva a ignorar as obrigações cometidas ao Estado, na Constituição, de promoção do direito à educação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Só esse preconceito explica a manifesta divergência em que o Governo quer colocar-se face à Europa em matéria de serviço público de televisão, reduzindo-o a um só canal, aliás, sem identidade coerente, e a sua inacreditável proposta de amputar a rádio pública da sua estação de música clássica.

Para o PS e para amplos sectores sociais e políticos, a reforma do serviço público passa pelo seu reforço e não pelo rebaixamento ou estigmatização.

Nos sistemas de educação, saúde ou solidariedade, a complementaridade entre pilar público, pilar privado solidário e pilar empresarial é bem-vinda e apoiamos as parcerias que a concretizam, mas o que este Governo quer, designadamente na saúde e na segurança social, é completamente diferente, é uma verdadeira competição entre os pilares, na qual o Estado se propõe tomar partido contra o pilar público.

Aplausos do PS.

E é preciso denunciar que o Governo, aqui, já não sabe o que é reduzir a despesa pública; é como se a redução da despesa incidisse apenas sobre os serviços públicos e o financiamento público ao sector privado não conhecesse as mesmas restrições.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, por mais moderados que tenham sido na redacção do Programa — e foram-no realmente! — os impulsos ideológicos de extrema-direita, que até foram oportunamente denunciados pelo Deputado Pacheco Pereira, estes não deixam de estar presentes. Infelizmente, estão presentes o preconceito contra os excluídos e a incapacidade de compreender que a protecção social não é matéria de assistencialismo mas, sim, de política social global e positiva.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Só assim se explica o enquadramento das questões de imigração como uma preocupação securitária — a primeira vez que este Programa aborda a questão da imigração é no contexto do combate ao terrorismo internacional — e só assim se comprehende a ênfase e os termos da proposta de revisão (agora!) do rendimento mínimo garantido.

A atitude, que foi típica do século XIX, de imputar aos grupos mais vulneráveis o estigma de classes perigosas, ou viciosas, para usar as expressões do Programa, não é aceitável numa democracia europeia do século XXI.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não estamos apenas perante um Governo que nasce fraco, cansado, exaurido, sem ideias nem *élan*, estamos perante um Programa de Governo que acumula dois vícios fundamentais, a saber: primeiro, abandona os compromissos eleitorais, assim enganando já aqueles que confiaram nos partidos agora coligados;...

O Orador: — ... segundo, transporta, disfarçada num texto vago e redondo, uma agenda política contra a qualificação e a coesão social. Este programa não corresponde, por isso, do nosso ponto de vista, ao que o País hoje merece e exige.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Orador, os Srs. Deputados Gonçalo Dinis Capitão e Telmo Correia.

Constatou que o PS não dispõe de tempo, mas estou certo de que o PSD lhe cederá tempo, por forma a que o Orador possa responder.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Cedemos-lhe 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Então, em primeiro lugar, darei a palavra, em sequência, aos dois Deputados que querem fazer pedidos de esclarecimento e, depois, darei a palavra ao Sr. Deputado Augusto Santos Silva, para responder, com os 5 minutos que lhe cede o PSD.

Srs. Deputados, informo também que o Sr. Deputado Telmo Correia usará da palavra com cedência de tempo por parte do PSD, mas se fosse possível não utilizar os 3 minutos seria óptimo.

Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Gonçalo Dinis Capitão.

O Sr. Gonçalo Dinis Capitão (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Augusto Santos Silva, registo desde logo que cumpriu aqui uma função dolorosa, que foi a de acabar uma via-sacra feita por ex-ministros que tiveram de vir para aqui defender uma coisa que é virtualmente indefensável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, diria que lhe reconheço desde logo um mérito fantástico — para além de outros, obviamente, do foro intelectual — que é o de dizer, com a maior desfaçatez, alguma enormidades e de conseguir pôr um sorriso nos lábios que atesta bem um lado masoquista que não lhe conhecia, porque este debate, evidentemente, está a sair-lhes caro.

Seis anos de governo PS introduziram, sem dúvida, uma marca irreversível, bem o diz, e vamos ter que pagar muito por ela.

Diz que o Programa do Governo tem insipientes traços de modernidade. Lá está mais um jargão cultural de elite em que o PS é fértil. Então, o avanço nas redes telemáticas do saber é insipiente?

Então, acabar com uma cultura leninista de subsídio-dependência é insipiente?

Risos do PSD.

Então, não ter nojo ou repulsa do nosso povo ou qualquer complexo elitista, democratizar a ciência e a tecnologia é que é insipiente?

Então, viva a insipiente, que haja insipiente em todo o Programa do Governo, porque nós queremos é democratizar e não atribuir bolsas só a uma elite, não ter aplicações científico-tecnológicas só para uma elite, só para uma

Vozes do PS: — Muito bem!

clique universitária que nunca chega a comunicar com a sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas quero dizer-lhe mais: quero perguntar-lhe que legitimidade tem o senhor para vir aqui falar assim quando, por exemplo, na política do livro, o senhor e o seu antecessor tiveram de comportar esta «chaga» que foi a de, em Fevereiro de 2001, Portugal não ter estado presente no Salão do Livro de Paris por causa de uma dívida de 60 000 contos,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... quando tinha sido o convidado de honra no ano de 2000? Dir-me-á que a dívida não era responsabilidade do governo, mas o que estava em jogo era a imagem de Portugal!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas sobre a imagem de Portugal também fala o facto — e li isto numa notícia, em Abril de 2001 — de o Teatro São Carlos ter à sua frente um italiano, de o Centro Cultural de Belém ter uma belga na direcção, de uma orquestra sinfónica...

Protestos do PS.

Em cargos dirigentes! Se isto não é verdade, então deveriam ter desmentido as notícias que vieram a público!

O Sr. António Costa (PS): — Não é desmentir, é a enormidade das coisas que você diz!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor, deixem ouvir o Orador, assim terminaremos mais cedo os nossos trabalhos e, de resto, ele tem pleno direito de expor as suas ideias.

Sr. Deputado Gonçalo Dinis Capitão, por favor, continue a sua intervenção.

O Orador: — Sr. Presidente, desde logo a incomodidade que estou a causar ao PS é um elogio.

O que recomendava ao PS era que fosse também ao Vaticano buscar um secretário-geral, porque só ele conseguirá perdoar o que os senhores fizeram, já que o eleitorado, obviamente, não perdoou!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Vamos mais longe, vamos mais longe! Falemos de cinema e expliquem-me por que é que deram mais ou menos 70 000 contos — não tenho a verba certa — a um filme que, a partir dos 2 minutos, tinha um casaco em cima da câmara. Valia a pena era que os senhores escondessem a vossa cabeça com o casaco, depois de uma vergonha destas, que é estarmos a aplicar dinheiro em cultura elitista que nunca chega ao nosso povo.

Mas, mais, Sr. Deputado, quanto a museus, devia ter lido uma revista chamada...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Gonçalo Dinis Capitão, esgotou o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço o favor de concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, vou concluir mas peço-lhe uma compensação, porque fui largamente interrompido, o que é um elogio, mas, em todo o caso, preciso do tempo.

Estava a falar de museus, que, muitas vezes, estão às moscas e têm por ano menos visitantes do que as nomeações que os senhores fizeram nos últimos meses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vou terminar com declarações do seu antecessor, o Ministro Manuel Maria Carrilho, e espero que não enjeite a herança, porque só me faltava mais essa.

«Parece que temos Conselhos de Ministros especiais para encerrar matadouros que não funcionam. Meu Deus! Ao que isto chegou!» Pois, mas antes de encerrarem os matadouros ajudaram a enterrar a cultura!

Para terminar, o mesmo Professor Manuel Maria Carrilho, em 5 de Maio de 2001, disse: «Guterres é plástico e a moção não diz nada!». Se era plástico, ao menos que tivesse sido o Action Man!

Risos do PSD e do CDS-PP.

Mas deixe-me dizer-lhe outra coisa: o vosso governo, em matéria de cultura, e por falar em plástico, pareceu mais um ovo Kinder, ou seja, as peças nunca encaixaram e a utilidade do «brinquedo» foi muito dúbia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Augusto Santos Silva,...

O Sr. António Costa (PS): — Não consegue igualar o PSD!

O Orador: — Sr. Deputado António Costa, ainda bem que faz esse aparte, porque, antes do meu pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Augusto Santos Silva, gostava até de começar por o cumprimentar a si. E explicolhe porquê. É que o Sr. Deputado, ontem, num daqueles seus assomos republicanos — que os tem, às vezes —, de velha tradição republicana e de irritação, veio aqui dizer: «Não aceitamos nem mais 1 minuto!». Ora, o Sr. Deputado Augusto Santos Silva responderá às minhas perguntas aceitando alguns minutos que a bancada do PSD lhe cedeu.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Fez bem!

O Orador: — Ficou bem! Recuaram! Foi um sinal de tolerância, que saúdo.

Em relação àquilo que disse o Sr. Deputado Augusto Santos Silva, o que quero dizer é que fez uma interven-

ção puramente ideológica, curiosa, que poderia ter sido feita...

O Sr. António Costa (PS): — Pelo Pacheco Pereira!

O Orador: — ... por qualquer uma das bancadas, até à do Bloco Esquerda. Foi uma intervenção PS mas «PS-R» ou quase «PS-ML». Foi reforçada e revigorada!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Mas isso fica-lhe bem! É simpático...

Vozes do PS e do PCP: — «ML» é mais para bancada do Governo! É mais para ali! Fale para ali!

O Orador: — Eu disse «ML»!

Riso e protestos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor, façam silêncio e tenham dó não só do Orador mas de todos os participantes, para quem a hora de almoço já começa a atrasar-se.

O Orador: — Sabe o que é, Sr. Presidente? É que, assim, fico prejudicado, porque não consigo falar. Gosto de ter este efeito revigorante nos Srs. Deputados do PS, que têm andado tão tristes, mas...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, por favor, vamos ao que interessa.

O Orador: — Sr. Deputado Augusto Santos Silva, aquilo que lhe quero dizer é que o que estamos aqui para saber — aliás, ontem, eu disse-o e, depois, fui citado a despropósito e erradamente, designadamente pelo Sr. Deputado António Costa — é qual o PS que vamos ter, e isso ainda não conseguimos saber,...

Vozes do PS: — Ai, é?!

O Orador: — ... porque, tirando uma intervenção que arrebitou um bocadinho a bancada, e que não foi a do Sr. Secretário-Geral, como se apercebeu — não foi, nunca, a sua, Sr. Secretário-Geral, como se apercebeu —, o PS que aqui tivemos é radical. Se o PS que vamos ter aqui continuar a ser este, se for um PS radical, ideológico e claramente à esquerda, de facto, não é possível contar com o PS, em nada, para governar. Assim, teremos de governar contra o PS!

Mas, Sr. Deputado Augusto Santos Silva, pergunto-lhe mais uma coisa: como é possível que o senhor venha criticar uma proposta séria do Governo, que diz que é preciso um canal de televisão de serviço público, que é preciso abrir aos conteúdos dos outros canais aquilo que tem de ser feito em termos de RTP Internacional e de RTP África, como é que é possível que o senhor venha aqui atacar essa proposta séria, repito, e como é que também aqui os senhores não têm vergonha...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Vergonha?!

O Orador: — ... de ter a consciência de que deixaram a RTP com 200 milhões de contos de passivo e com

uma administração que é partidária e que, tanto quanto sei, não teve, sequer, até hoje, a coragem de assumir as suas responsabilidades?!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, dispondo para o efeito de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Santos Silva.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, minutos que, julgo, me terão sido concedidos pela Mesa e que usarei com todo o gosto e com toda a parcimónia.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não vale a pena discutir esse aspecto. Faça o favor de prosseguir.

O Orador: — Em primeiro lugar, quero dizer que os partidos agora coligados, em especial o PSD, apresentaram-se às eleições com uma agenda eleitoral marcada por duas características fundamentais: a proposta de um choque fiscal de diminuição de impostos — agora propõem o aumento dos impostos — e, no plano social, a agenda era marcada por ataques deliberados a políticas sociais.

Ora, o que sucede neste Programa do Governo é que a proposta de choque fiscal desaparece...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Os senhores eram contra! Deviam estar contentes!

O Orador: — ... e a agenda contra as políticas sociais, que era explícita nos manifestos, foi tornada implícita.

A obrigação da oposição é explicitar o que se encontra implícito no Programa do Governo e confrontá-lo com a necessidade de esclarecer qual é o seu registo, ou seja, se é o registo em que, aliás, esforçadamente, se colocaram alguns dos ministros responsáveis pelas políticas sociais deste Governo, que é justamente o de demarcação de alguns dos ataques que o PSD e o PP prometiam à coesão social no nosso País, ou se é o registo de que esse esforço apenas se destina a disfarçar e a permitir que o Governo tenha mãos livres para seguir uma ou outra orientação, consoante as condições políticas que entender possuir.

Portanto, a nossa obrigação é a de analisar e criticar...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Mas não falsear!

O Orador: — ... o Programa do Governo, seja o seu texto explícito, seja a sua agenda implícita. E se a agenda implícita que aqui denunciei for o programa explícito ou os propósitos deste Governo, podem estar certos de que contarão com a oposição do Partido Socialista.

Em relação à RTP, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Telmo Correia, que a proposta apresentada no Programa Eleitoral do PSD — o Programa do Governo é omisso quanto a isso —, de retirada imediata das receitas de publicidade para o financiamento do serviço público traz mais custo para a empresa, traz mais custo para os contribuintes em relação ao funcionamento da RTP, mesmo apenas com um canal. É que a poupança com o fecho da RTP 2 será, no máximo, de 5 milhões de contos, ao passo que as

receitas publicitárias significam, hoje, qualquer coisa entre 10 a 12 milhões de contos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — Ficaram esclarecidos ou querem mais?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, afinal encontra-se ainda inscrito o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, que pretende dar um esclarecimento à Câmara, beneficiando de tempo cedido pelo Partido Social Democrata.

Tem a palavra, Sr. Ministro, mas peço-lhe que seja o mais conciso possível.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior (Pedro Lynce): — Sr. Presidente, começo por saudá-lo, bem como a todos os membros desta Câmara.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porque nos apresentamos aqui, como o Sr. Primeiro-Ministro disse, para falar com toda a verdade, entendo que não podia ficar calado e deixar por esclarecer algumas situações que, para nós, são gravosas. Refiro-me a uma intervenção relativa à Declaração de Bolonha.

A Declaração de Bolonha será, para nós, uma travemestra do desenvolvimento do ensino superior.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Que fique perfeitamente clara esta situação!

Infelizmente, a Declaração de Bolonha foi tomada num sentido economicista. A pior forma de o fazer! Pergunto se algum dos Srs. Deputados está disposto a permitir que, em 2010, entrem aqui, em Portugal, licenciados de outro país, com um tempo de aprendizagem menor, admitindo, desde logo, que os nossos estudantes, os nossos alunos, perante os outros, são incapazes de, no mesmo período de tempo, conseguirem um grau idêntico. Nós não aceitamos isso!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E não só não o aceitamos, sob o ponto de vista político, como temos a consciência de que vale a pena pensarmos um bocadinho, porque todos os planos curriculares que devem ser feitos no ensino superior devem ter a ver com as competências e não com o corporativismo do corpo docente.

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Outro problema que não quero deixar de colocar a esta Câmara, quando se fala numa lei de reordenamento, é o seguinte: como é possível, Srs. Deputados, falarem numa lei de reordenamento, quando, neste momento, temos 2000 cursos graduados em Portugal?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Uma vergonha!

O Orador: — Como é possível dizer-se que, neste momento, há 327 cursos creditados, em termos de educação, admitindo que são 10 000 professores que saem de-

sempregados, quando já temos 30 000? Como podemos continuar a falar na lei do reordenamento? Como é possível que, neste momento, estejam na minha secretaria 230 cursos novos? Será que é esta a lei de reordenamento que pretendemos? Não é, com certeza!

Falou-se também na lei de financiamento, uma lei de financiamento que foi feita em ciclo contrário, quando o número de alunos já estava a diminuir. Não pode, com certeza, ser esta a lei de financiamento que continuaremos a defender.

E por que não falar no próprio investimento, quando tenho, neste momento, em cima da mesa, para aprovar, a expansão de escolas superiores de educação e novas escolas superiores de agricultura?! Como é que nós estamos, Srs. Deputados?

É necessário termos a coragem de seleccionar e esse é, neste momento, o grande desafio que se coloca ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Mas também não quero deixar de falar noutro aspecto, porque entendo que vale a pena referi-lo claramente: de facto, em termos de ciência, temos, neste momento, um núcleo duro de investigadores de qualidade. É verdade! Mas também não podemos esquecer que, neste momento, temos elementos, doutores e mestrados, que não estão devidamente orientados e temos outras situações de fragilidade, de que não podemos deixar de falar, uma das quais foi, há pouco, referida pelo Sr. Deputado, com a minha total concordância. Trata-se, neste momento, acima de tudo, neste Ministério, nessa área, de fazer uma abertura e de promover a democratização da ciência. Esse é o grande desafio que se nos coloca!

Applausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, com esta intervenção, esgotámos a lista dos oradores inscritos no debate do Programa do XV Governo Constitucional.

A fase de encerramento e as votações que se lhe seguirão terão lugar no período da tarde, que terá início às 15 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, antes de darmos início à fase de encerramento do debate do Programa do XV Governo Constitucional, gostava de assinalar que hoje se evoca nos Açores o aniversário natalício de Antero de Quental, uma figura tão grande que não coube nunca nas ilhas e que é, manifestamente, uma referência nacional.

Em tempos já mais ou menos longínquos, alguns dos colegas Deputados, tal como eu próprio, sempre nos dirigímos neste dia ao túmulo do poeta. Hoje, trata-se de um aniversário redondo, porque se comemoram 160 anos sobre a data de nascimento de Antero de Quental.

Gostava, pois, que este dia ficasse assinalado, porque entendo que ele, o «Santo Antero», de que falava outro imortal das nossas letras — Eça de Queirós —, mantém viva uma mensagem e uma personalidade que iluminam a nossa História.

Mas isto dá-me pretexto para falar de um outro grande poeta, Manuel Alegre, nosso colega e Vice-Presidente, que ontem esteve doente e indisposto, tendo recebido tratamento, e que agora está em casa, recuperando e em boa forma.

Para os Srs. Deputados que se preocuparam com o seu estado de saúde gostava de deixar esta mensagem animadora e, ao mesmo tempo, porque julgo exprimir os sentimentos de todos, transmitir a Manuel Alegre os nossos votos de melhorias e rápida recuperação.

Vamos, agora, dar início à fase de encerramento do debate do Programa do XV Governo Constitucional.

O primeiro orador inscrito, que é uma oradora, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, dispõe de 6 minutos para proferir a sua intervenção, conforme ficou definido em Conferência de Líderes.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, antes de iniciar a primeira intervenção que faço nesta Legislatura, gostaria de cumprimentá-lo e de lhe desejar felicidades no exercício do cargo que agora ocupa, bem como de cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro, as Sr.^{as} e os Srs. Membros do Governo e, evidentemente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como bem ficou expresso durante o debate, são profundas as divergências ideológicas e políticas que Os Verdes têm em relação a este Programa apresentado pelo Governo PSD/CDS-PP.

Este Programa vai todo na lógica da desresponsabilização do Estado em relação às mais diversas áreas, e o pior é quando isso toca sectores vitais, dos quais o Estado nunca deveria abrir mão. Nunca deveria abrir mão porque ao Estado cabe assegurar direitos às pessoas, garantir-lhes acesso e sucesso em igualdade a serviços tão fundamentais como são a saúde ou a educação.

O Sr. Primeiro-Ministro dizia ontem que não lhe interessam discussões ideológicas sobre o público ou o privado, mas deveriam interessar-lhe, porque é a natureza do serviço que define também o seu objectivo.

As empresas só assegurarão aos cidadãos o que lhes assegurar lucro a elas. Tudo o mais necessário, que não proporcione ganhos materiais objectivos, o sector privado não assegura, e temos bons exemplos disso na área dos transportes. O que não é legítimo é que o Governo tome essa lógica e se desresponsabilize das suas obrigações, nomeadamente em áreas essenciais.

O sector privado deve existir, mas sempre como alternativa e como uma opção do cidadão, e para haver opção do cidadão é preciso que o sector público lhe dê resposta efectiva e lhe garanta igualdade de acesso e sucesso. Ora, deixar de dar essa resposta do sector público é não deixar alternativa às pessoas, é garantir-lhes que, para beneficiar alguns grupos económicos, se prejudicam os cidadãos, porque quem quer saúde ou educação tem de a pagar.

Na área da educação, por exemplo, cuja discussão se fez aqui hoje, mercantilista ou economicista, um ou outro termo, caem impecavelmente bem ao PS e ao PSD, ambos bem sintonizados na degradação do nosso sistema educativo e da escola pública. Já agora, quero referir apenas que não são os rankings e as medalhas de mérito que vão resolver os problemas do nosso sistema de ensino,

especialmente quando nada se apresenta para garantir igualdade a todos os estudantes para merecer esse mérito.

Privatizar é a palavra de ordem deste Programa do Governo: a água, os transportes, os resíduos, a RTP, a segurança social. Que benefícios para os cidadãos? É claro, nomeadamente no sector da água, atendendo a inúmeros exemplos conhecidos noutras países e noutras realidades: pagar mais, e às vezes muito mais, garantindo-se o mínimo de qualidade.

Outra palavra de ordem deste Programa é pedir sacrifícios às pessoas durante os próximos tempos a pretexto de uma situação grave das contas públicas, que não quero dizer que não exista, mas com a qual o PSD já contava quando, durante a campanha eleitoral, prometeu mundos e fundos aos portugueses, nomeadamente a redução dos impostos. Afinal, como foi por diversas vezes referido no debate, o que acontece é que aumentam os impostos, nomeadamente o IVA, que doem mais àqueles que têm menor capacidade económica. Procura por aí o Governo arrecadar mais dinheiro, mas no que respeita às receitas continua a deixar por tributar, por exemplo, as mais-valias. Afinal, pedem só solidariedade com a crise e esforço àqueles que não podem fugir a nada, porque os paraísos, a evasão, a fraude e a imoralidade fiscais parece que continuarão a ser uma realidade.

Simultaneamente, não põem a hipótese de renegociação do Pacto de Estabilidade, que deveria necessariamente atender à realidade particular de cada país. Pede-se um esforço de grande contenção aos portugueses, avisa-se que vai doer, para continuarmos na Europa a demonstrar o que não somos, a inventar ou a batalhar por números que, depois, não correspondem minimamente à garantia da qualidade de vida dos cidadãos.

Por falar em qualidade de vida, convinha justamente perceber o que este Governo pretende em matéria de ambiente. Na sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro nada referiu sobre a matéria. O Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, que, a olhar para o Programa do Governo, penso que vai ser o Ministro das Cidades, e ponto final, não interveio neste debate. Do Programa do Governo, sobre a matéria, só consta um conjunto de generalidades e omissões. Portanto, o que esperar?

Os Verdes deixaram algumas preocupações expressas durante o debate, passando a realçar três aspectos, que não esgotam as nossas preocupações, mas que são sobremainha relevantes.

O ambiente tem de ser assumido como algo estruturante, transversal a todas as áreas, e não sectorial. Um dos grandes problemas é que o ambiente tem sido um sector residual, ainda por cima não demonstrando este Programa do Governo que exista outro entendimento, o que é, desde logo, preocupante.

As alterações climáticas sumiram-se pura e simplesmente do Programa do Governo. Aqui não se trata de sumidouros de CO₂, mas de sumidouro das preocupações com esta matéria, que é tanto mais grave quanto o é o facto de Portugal ter já ultrapassado em quase 5% os valores de emissões de gases com efeito de estufa que deveria atingir entre 2008 e 2012. O que significará esta omissão?

Por outro lado, saudamos, evidentemente, a imediata suspensão do processo de co-incineração, mas não aceitamos que se cruzem os braços, ou que se descruzem a troco de sei lá o quê. Estaremos muito atentos.

Resolver o problema do tratamento dos resíduos industriais é um imperativo, mas não aceitamos, de modo nenhum, que se coloque novamente mal a questão, isto é, como se o problema dos resíduos industriais passasse pela opção única entre co-incineração ou incineração dedicada. Não é disso que se trata, o fundamental é que se conheça o que se produz para adequar o melhor tratamento a cada tipo de resíduo e definir uma estratégia, a implementar com urgência, que dê prioridade à redução e às formas de tratamento, reciclagem e reutilização.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que termine, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

A Oradora: — Termine já, Sr. Presidente.

Não quero terminar esta intervenção sem antes referir a vergonha — sublinho, a vergonha — que representa para as mulheres portuguesas o facto de o Programa do Governo assumir, no capítulo da família, que a assistência aos filhos é papel que cabe à mulher, criando-se em troca uma espécie de trabalho próprio para o efeito, o trabalho a tempo parcial, que noutras países já deu provas de ser uma medida que, para além de retirar à mulher plenos direitos ao trabalho, a prejudica gravemente na sua valorização e progressão na carreira. As mulheres portuguesas têm direito ao exercício da maternidade e a trabalhar plenamente.

Mas de visões tão retrógradas como esta está este Programa cheio, por isso rejeitá-lo-emos através da votação das moções de rejeição apresentadas.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda não poderia ter outra atitude que não fosse a de uma rejeição firme e frontal do Programa do Governo da coligação de direita. Quem nos conhece sabe que não pactuamos com silêncios, tibiezias ou *fait divers*. O que está em causa é demasiado sério para cedermos a hesitações, contemplações ou meras condenações do acessório.

De facto, rejeitamos bem mais do que uma simples questão de estilo, linguagem ou postura corporal e visual do Primeiro-Ministro perante a Assembleia. A nossa recusa, a nossa sentida indignação, prende-se, antes de mais, com a circunstância de termos um Governo que mais não é do que um vasto conselho de administração de *lobbies* vorazes...

Risos do PSD e do CDS-PP.

As verdades custam!...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!

O Orador: — ... mas associa-se igualmente às orientações implícitas e explícitas deste programa conservador.

Por detrás da retórica directamente importada do mundo empresarial e dos grandes negócios («flexibilidade», «selectividade», «mobilidade», «cultura do mérito»...), esconde-se o nítido propósito de combater o Estado de bem-

estar, os serviço públicos, a estabilidade das vidas e dos quotidiano dos mais desfavorecidos — e é pena que tão raras vezes se fale desta estabilidade, a que conta —, as políticas sociais activas, os mecanismos de redistribuição primária do rendimento.

Não se menciona directamente a possibilidade de liberalizar os despedimentos, é certo, mas fala-se, com a astúcia amortecedora do eufemismo, na «promoção da adaptabilidade e flexibilidade da organização do trabalho». Permitam-me que traduza para «incentivo e permissão para a desregulamentação da legislação e da relação laboral».

Ao contrário da demagogia populista do Sr. Primeiro-Ministro, numa retoma da vulgata ideológica do fim das ideologias, este Programa é a prova cabal de que persiste, de facto, um abismo entre os interesses dos empresários e os dos trabalhadores. Os senhores governantes defendem despudoradamente os poderosos! Querem melhor demonstração do que aquilo que se passa com o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, agora redenominado — outro notável artifício de retórica! — Sistema Nacional de Saúde, com certeza baseado no conceito de rede (rede de interesses, Sr. Primeiro-Ministro, dos que vão imensamente lucrar com a demissão do papel do Estado!), exactamente o cenário previsto para a escola pública democrática e o fio condutor da contra-reforma fiscal que pretendem levar a cabo?

Nas entrelinhas dos enunciados implícitos, figura ainda a renúncia às promessas que levaram ao poder o agora homem de Estado, o Sr. Ministro do dito e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas. Atente-se na citação seguinte: «as pensões de reforma devem merecer 'valores mínimos de dignidade' e o seu aumento processar-se-á 'de uma forma orçamentalmente sustentável e convergente para o salário mínimo nacional'». Hoje ficamos a saber que isso vai demorar, pelo menos, nove anos. Não se percebe a marosca, o não dito? Permitam-me que traduza, de novo, para «Esqueçam as promessas, portugueses! Os fins justificam os meios, e os fins foram alcançados, estamos aqui sentados nas cadeiras do poder!»

Falei do que se pretende dissimular, mas os explícitos ainda arrepiam mais: voragem privatizadora; aumento dos impostos socialmente cegos; atentados à diversidade da expressão cultural, em particular da que não se encontra dominada pela lógica do mercado (ponto final para a RTP 2, *requiem* para a Antena 2); referências ao rendimento mínimo como fonte geradora de «vícios sociais» (os «vícios», Srs. Deputados, para este Governo, são sempre públicos, as virtudes privadas); ameaças repressivas (síntoma de quem espera — e teme! — forte contestação social); proliferação ainda de referências próprias de um universo simbólico patrioteiro.

Dizem-se modernos, pioneiros do século XXI, os novos heróis das epopeias neoliberais. Esquecem-se, no entanto, de quanto velhas são as suas ideias e políticas. O que defendem é velho e revelho, metamorfoseado, como convém, do jargão economicista pós-moderno.

Estado mínimo para os serviços públicos e as políticas sociais, Estado máximo no reforço do autoritarismo. Apologia cínica das redes primárias de solidariedade social, do voluntariado, do mecenato social, recuo absoluto para o «assistencialismo» serôdio, elogio da sociedade providência para legitimar o fim do Estado providência. É uma receita bem conhecida...

O Portugal futuro não pode passar por aqui. Não o permitiremos!...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — Esta rejeição que vos propomos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é um reinício e uma convocatória: reinício do entusiasmo de quem se pauta por um projecto crítico alternativo numa nova conjuntura política; convocatória para a indignação geral de quem está vivo, genuinamente vivo, e não desiste, não encolhe os ombros, nem cruza os braços!

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Chegados ao final deste debate, é possível concluir que se confirmam três linhas negativas que apontámos no início como estruturantes do Programa do Governo, por isso fundamentámos nelas a nossa moção de rejeição do Programa apresentado.

É verdade, e confirmou-se no debate, que o Governo prepara um ataque cerrado, mesmo que escondido em eufemismos vários, aos direitos de quem trabalha, seja no que diz respeito aos salários, à manutenção de postos de trabalho ou no que toca à desregulamentação das relações laborais.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Ministro do Trabalho enunciou até a visão de que o Estado não deve imiscuir-se nalgumas questões entre as empresas e os trabalhadores, só que esta relação tem uma parte mais forte e uma parte mais fraca. Portanto, o que esta atitude significa é que o Governo abdicará de garantir a protecção dos trabalhadores e se propõe deixá-los à mercê do arbitrio das multinacionais e dos empresários sem escrúpulos.

É verdade, e confirmou-se no debate, que a dramatização da situação das contas públicas é um instrumento para justificar medidas política e socialmente injustas, assentando fundamentalmente na diminuição da despesa e ignorando o lado da receita. É, aliás, bem revelador que, quer o Primeiro-Ministro, quer a Ministra das Finanças, se esquivaram a responder à questão da taxa efectiva de tributação do sector financeiro e segurador, indicando claramente que pretendem manter a escandalosa situação de benefícios a estes sectores que hoje existe.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É verdade, e confirmou-se no debate, que em diversas áreas da governação a privatização é assumida como uma prioridade.

Para o PCP, este Programa do Governo não se caracteriza por ser vago ou inócuo. Descontando embora situações em que há, de facto, um texto de generalidade, em muitos casos escondendo certamente futuras medidas negativas, há exemplos mais do que suficientes para a aplicação de uma forte e justificada crítica negativa às intenções do Governo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Porventura não tiveram, por exemplo, o destaque merecido neste debate alguns traços autoritários que se vislumbram em matéria de justiça ou de administração interna. São exemplo disso as promessas de revisão do quadro normativo aplicável à delinquência juvenil;...

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ...a ligação das questões de insegurança aos fluxos migratórios; a referência obsessiva e repetida à autoridade do Estado, considerando os protestos, o bloqueio de vias públicas e os boicotes eleitorais como sinais «do aumento da intranquilidade pública e até de uma certa banalização da desobediência civil».

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Como não foi debatida, como merecia, a total ausência de uma perspectiva de desenvolvimento integrado e do ordenamento do território, o que significa que irão acentuar-se desequilíbrios entre o litoral e o interior, entre regiões do País com níveis diferentes de desenvolvimento. Vai mal o Governo por este caminho!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Na saúde, a par da falta de uma visão global das políticas para o sector e da escassez de medidas concretas para uma melhor gestão do conjunto do Serviço Nacional de Saúde, é clara a orientação privatizadora.

Aproveitando justas insatisfações da população, resultado de uma política de degradação e de ausência de uma reforma revitalizadora do Serviço Nacional de Saúde, o Governo pretende impor uma filosofia de «menorização» dos serviços públicos em favor dos privados. É isso que significa a política anunciada, assente não no Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito que a Constituição consagra, mas num Sistema Nacional de Saúde que pretende igualizar a intervenção pública e privada, formulação, aliás, derrotada na revisão constitucional de 1997.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — O que se prepara, portanto, é a entrega aos privados de áreas da prestação de cuidados de saúde com potencial lucrativo, numa lógica de desnatação, mantendo, obviamente, no sector público, as áreas de maior complexidade técnica e social. Para além disso, dá-se prioridade à entrega crescente da gestão de unidades públicas de saúde ao sector privado, trilhando, aliás, o caminho diligentemente preparado pelo anterior Governo, que até teve o cuidado de deixar já publicada a legislação necessária.

Na educação, o Governo fala num maior equilíbrio entre as componentes pública, privada e social, mas o que isto significa na prática é um desequilíbrio maior no acesso à educação e ao ensino, agravando as desigualdades existentes. Diz o Sr. Ministro da Educação que as desigualdades do sistema são agora maiores do que há 20 anos atrás. Se isso fosse verdade (e, apesar de tudo, não temos como líquido que assim seja), então é preciso lembrar que

quem esteve no Governo desde há 20 anos para cá foram o PS e também o PSD.

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

O Orador: — O caminho agora traçado é de ataque à escola pública e à gestão democrática, o caminho de quem tem uma visão da escola assente num director iluminado e em que a comunidade educativa é um tabu, o caminho que pretende introduzir mecanismos de selectividade antidemocrática entre escolas e entre professores.

Mas este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é também um Programa que pretende hipotecar o futuro das novas gerações.

Na verdade, todo o ataque que se anuncia no sentido da desregularização laboral visa, para além do mais, criar de facto uma geração sem direitos e com uma vida assente na insegurança, na precariedade e numa exploração acrescida, o que é um ataque à juventude e às novas gerações.

Aplausos do PCP.

O ataque à escola pública, mantendo as desigualdades na frequência e no acesso aos vários graus de ensino, é um ataque à juventude e às novas gerações, à sua formação e qualificação.

A linha privatizadora da segurança social é um ataque aos direitos em formação dos jovens trabalhadores e às suas expectativas em relação às prestações futuras, sendo assim um ataque à juventude e às novas gerações.

E que dizer do desaparecimento de referências à educação sexual ou ao planeamento familiar, matérias fundamentais para a juventude e para a defesa da saúde sexual e reprodutiva? A maternidade consciente de que o Governo fala não é mais do que a consagração de uma maternidade obrigatória.

Aplausos do PCP.

Este Programa do Governo merece, sem dúvida, forte contestação e inequívoca rejeição.

Com o caminho que o Governo PSD/CDS apresenta neste Programa, aprofundar-se-ão as desigualdades, os atrasos e os problemas do País e dos portugueses e, seguramente, agravar-se-á a conflitualidade social. Por isso, apresentámos uma moção de rejeição ao Programa do Governo, expressando o carácter negativo do seu conteúdo. Por isso, votaremos contra o voto de confiança apresentado pelo Governo. Por isso, combateremos, nesta Legislatura, as políticas negativas que este Governo se propõe levar a cabo!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chegados à parte final do debate do Programa do Governo, a primeira questão que é importante levantar é aquela que se coloca perante esta Assembleia, mas também perante todos os portugueses, que é a de saber se este Governo deve ou não merecer a nossa confiança.

Nessa matéria, considero que estes dois dias de debate foram particularmente esclarecedores e que não haveria sequer muito mais a dizer.

Ficou claro que, no dia 17 de Março, o País mudou eleitoralmente e ficou claro, neste debate, que a partir de agora não só o País mudou eleitoralmente como vai mudar de vida e de hábitos.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em vez do despesismo sucessivo dos governos do PS, vamos passar a ter rigor e exigência na gestão das contas públicas, e essa é a primeira mudança.

A segunda questão que ficou clara no debate, e logo ontem pela manhã, é a de que já não há dúvidas de que o PS fugiu à responsabilidade da governação, e fez-o por uma razão simples: porque conhecia melhor do que ninguém, provavelmente era o único a conhecer, o estado em que deixava as contas públicas. Por isso se foi embora!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Essa é uma questão fundamental, e passou também por este debate, a de saber se deve haver mais ou menos Estado, mas a grande conclusão é o estado lastimável em que deixaram as contas públicas!

Risos do CDS-PP.

Isso determina a necessidade de um programa de emergência, que, ontem, de forma eloquente e clara, a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças aqui trouxe.

Porém, houve coisas que ficaram menos claras neste debate, sendo uma delas o que pretendem as oposições — e faço-vos a justiça de dizer «as oposições».

Vozes do PCP: — E faz muito bem!

O Orador: — Duas delas apresentam moções de rejeição. Podemos compreendê-lo, é uma linha lógica. Mas mais complicado ainda é que o principal partido da oposição — e é muito importante o papel das oposições, pois para um bom Governo é preciso uma boa oposição; é fundamental que assim seja em democracia — está, e continua, com um ar irresponsavelmente divertido, mas percebe-se muito pouco o que quer deste Parlamento e do País.

A posição do Bloco de Esquerda compreendemos. Como ainda agora tivemos oportunidade de ouvir, tem uma agenda que é às vezes irónica, às vezes divertida, quase sempre radical e irresponsável e com uma obsessão fixa: o offshore da Madeira.

Risos do CDS-PP e do PSD.

Falam disto, daquilo, daqueloutro,... e do offshore da Madeira!, ao que só se soma agora a «torneira» dos Melo, que é uma nova versão em relação ao offshore da Madeira!

Relativamente ao Partido Comunista Português, é outra conversa. Eu penso que o Partido Comunista Português está cada vez mais previsível, pelo que não tivemos nenhuma novidade. Não direi «ou mudam ou morrem» — aquilo que o Dr. António Barreto disse há uns tempos —, não vos faço essa injustiça, mas sublinho a possibilidade

de serem previsíveis, o que também tem as suas virtudes..., não queremos ter sempre surpresas... E, dentro dessa previsibilidade, lá temos as tais acusações que conhecemos, como, por exemplo, sem falar sequer na Constituição da República, a de que «o Governo vai instituir a livre justa causa de despedimento, o despedimento livre...». Depois, segue com «o ataque aos direitos dos trabalhadores», uma referência que, de resto, é um velho êxito do PCP, e vem depois com o êxito ainda maior da «concretização da política neoliberal, o ataque aos direitos sociais, ao serviço das seguradoras e do grande capital». Enfim, trata-se de quase uma colectânea de «*best of*» do PCP, e eu diria que da cassette só temos a novidade de o líder parlamentar, que de resto muito prezou, já estar um bocado na era do CD, ainda que nenhuma dessas acusações seja verdadeira, e, por isso, corre o risco de ouvir dizer que têm a cassette do costume. Mas porque não é verdade aquilo que imputam ao Governo, trata-se, neste caso, de uma cassette pirata, Sr. Deputado Bernardino Soares.

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — A ver vamos!

O Orador: — O PS, penso ser, de facto, a grande deceção.

O Sr. Deputado António Costa começou por dizer que este Governo era murcho e chocho, como tivemos todos ocasião de ler em nota oficiosa. A seguir, nem mais nem menos do que o Sr. Deputado Paulo Pedroso, porta-voz do partido, veio acusar o Programa do Governo de despesismo.

Srs. Deputados, encerrar institutos e organismos públicos que não sejam necessários — aquilo que os senhores não fizeram em seis anos, com ministro para o efeito —, congelar as admissões na função pública, suspender as obras que não são urgentes, impor limites ao endividamento, estabelecer sanções para todas as situações de desperdício, é a isto que chamam despesismo?! Então, o que é que podemos chamar aos seis anos de governo do Partido Socialista?!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Eu só encontro um nome: prodigalidade incontinente.

Não há outro nome possível para aquilo que os senhores fizeram durante seis anos.

A seguir, fazem uma outra acusação: dizem que, afinal, o problema não é esse — coisa que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas também fez, com alguma graça, reconheça-se, na sua primeira intervenção —, o problema é que o Programa do Governo é muito à direita, tão à direita que deve ser o CDS-PP que está lá dentro a manobrar os «cordelinhos».

Trata-se de uma técnica vossa, conhecida, a de tentar semear cições, tentar criar qualquer tipo de intriga. Só é pena que não evoluam em relação a ela, o que é lamentável. E sabem porquê?

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Toda a gente sabe que foram sempre muito amigos!

O Orador: — Eu já falo consigo, Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

É que há uma coisa que os senhores ainda não perceberam: que os tempos mudaram e que este Governo, retomando Francisco Sá Carneiro, pensa primeiro em Portugal, depois na democracia e só a seguir nos partidos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Todos os Deputados destas duas bancadas pensam assim, e a isso chama-se uma coisa que os senhores nunca tiveram: sentido de Estado.

Outra coisa que os senhores ainda não perceberam é que, a partir de agora, há uma mudança fundamental: se o Programa é ideológico, se é claramente de centro-direita, então que seja; o que não vai ser é do Bloco de Esquerda à segunda-feira, do PCP, na reforma fiscal, à terça-feira, do centro à quarta-feira e de outra coisa qualquer à quinta-feira. Isso é que não vai ser, de certeza absoluta!

E já que me interpelou, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, quero dizer-lhe que o senhor, às vezes — e fê-lo aqui com o Sr. Primeiro-Ministro, no início do debate —, usa as expressões «eu não sou o Eng.º António Guterres»,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Nunca disse isso!

O Orador: — ... «comigo o senhor não fala assim», «comigo não brinca», «eu não tenho nada a ver com o Eng.º António Guterres»... Fez isso quando falou na questão do ziguezague — foi o senhor quem falou primeiro na questão do ziguezague. Mas, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, se o Eng.º António Guterres era o «zigue», o senhor é o «zague». Não tenha disso dúvida alguma! Estão os dois juntos, como teriam de estar sempre!

Risos e aplausos do CDS-PP e do PSD.

O que nós ficámos a saber é que, a partir de agora, a política mudou. E o Governo escolheu bem a forma como entrou neste debate: com rigor nas finanças e nas contas públicas; a seguir — e perdoem-me esta nota de amizade pessoal, que compreenderão —, com muito orgulho meu, com o sentido de Estado que era necessário na defesa e na dignidade das Forças Armadas;...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... passou para uma firmeza na política social, que classificou claramente de liberalizadora — não tenhamos dúvidas, nós queremos uma política mais liberal e de opção em relação aos jovens, mas que é mais solidária, mais justa com os mais pobres do que aquela que alguma vez os senhores conseguiram fazer;...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

... e demonstrou, com outra intervenção notável neste debate, que também na educação as coisas vão mudar, e que essa, se calhar, é a maior mudança.

Os senhores dizem que não há choque fiscal. Com que «data» o dizem?! Os senhores, que estiveram seis anos no Governo, não são capazes de reconhecer que o Programa é para quatro anos, que vai ser cumprido em quatro anos?! Com que «data» o dizem, deixando as contas públicas como deixaram?

Mas, mais do que esse choque fiscal, o que nós aqui ouvimos dizer ao Sr. Ministro da Educação foi que vai

haver um choque de mentalidades, um choque de valores, e que, a partir de agora, os valores não serão o laxismo nem a irresponsabilidade, mas sim o trabalho e o mérito. E eu também o saúdo por isso, Sr. Ministro.

Vozes do CDS-PP e do PS: — Muito bem!

Neste debate, ganhámos políticas concretas, opções concretas, ganhámos uma coisa diferente de tudo o que tínhamos tido até hoje, que é Governo, e ganhámos, acima de tudo — e eu posso sublinhá-lo —, um Primeiro-Ministro. Ganhámos claramente, neste debate, um Primeiro-Ministro eloquente!

Lembro-me de ouvir o Dr. Durão Barroso dizer, da bancada do PSD, que acreditava que seria melhor Primeiro-Ministro do que o seu antecessor. Já começou a demonstrá-lo e eu felicito-o por isso!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Ainda que esta frase não seja forçosamente aplicável ao líder do maior partido da oposição, a inversa não me parece que seja verdadeira. Não me parece que tenhamos forçosamente ganho um melhor líder do maior partido da oposição, mas isso é outro problema, e eu também não quero ser desagradável com ninguém.

Temos, pois, um Primeiro-Ministro eloquente — considero que escolho bem a palavra. O anterior Primeiro-Ministro sempre foi um orador parlamentar brilhante, temos de o reconhecer, sobre isso não há qualquer dúvida. Mas há uma frase de um político britânico que diz que a melhor eloquência é aquela que consegue que as coisas sejam feitas. E é desse tipo de eloquência que nós precisamos...

O Sr. José Magalhães (PS): — Estamos à espera!

O Orador: — ... e não da outra, palavrosa e redonda.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Citei várias vezes...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, o seu tempo esgotou-se. Faça favor de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Citei várias vezes, ao longo deste debate, Francisco Sá Carneiro. Permitam-me que termine dizendo ao Sr. Primeiro-Ministro que o que lhe damos é lealdade e que o que dele esperamos é coragem. E como terminava tantas vezes Adelino Amaro da Costa as suas intervenções, «que Deus vos ajude e guarde Portugal».

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há cinco conclusões fundamentais a retirar deste debate.

A primeira e decisiva conclusão é muito clara: o Governo estreia-se tramando o seu principal compromisso eleitoral.

Este facto afecta de modo irreversível a credibilidade deste Governo e do seu Primeiro-Ministro, gerando um défice de confiança política de consequências irreparáveis.

Todos sabíamos que o choque fiscal era incompatível com o programa de estabilidade e crescimento. O PS alertou-o repetidas vezes, a generalidade dos economistas confirmou-o e nem um único deu a cara em sua defesa. Até as «grandes estrelas» que apareceram na Convenção do PSD decidiram afastar-se, recusando associar-se a tal demagogia.

O Sr. Primeiro-Ministro não podia ignorar a impossibilidade do choque fiscal, mas achou que valia a pena, que tudo valia a pena para ganhar votos. E ganhou os suficientes, mas alienou o que de mais precioso pode ter um líder político: a sua credibilidade.

Há um ditado que, como compreenderá, Sr. Primeiro-Ministro, é irresistível não invocar nesta ocasião: «pela boca morre o peixe».

Aplausos do PS.

A segunda conclusão a retirar deste debate é igualmente clara: as desculpas do Governo são desculpas de mau pagador.

Desde logo, porque o próprio Primeiro-Ministro sustentou, repetidas vezes, que a quebra de receita seria compensada com o fim de alguns benefícios fiscais, sendo, por isso, o seu efeito neutro para o défice.

Depois, porque se a baixa imediata dos impostos era possível quando sustentavam que o défice era superior a 5%, por maioria de razão teria de ser possível agora, quando reconhecem, mesmo nas leituras mais catastrofistas, que o défice é já muito inferior. Se então recusavam o aumento dos impostos, por maioria de razão não deveriam agora aumentá-los.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas também aqui e agora continuam a pensar que vale tudo em política. Pondo em causa o interesse nacional, o Governo abdicou da discussão dos critérios técnicos com o EUROSTAT para empolar o défice de 2001. Pior, antes e depois das eleições, o Governo tentou influenciar negativamente a Comissão Europeia contra Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O tom despeitado e a acrimónia com que o Prof. Cavaco Silva se referiu, no passado sábado, à Comissão Europeia, são a expressão do rotundo falhanço da operação de dramatização do défice no ano de 2001.

Aplausos do PS.

À pressa, procurou-se um novo drama no primeiro trimestre de 2002.

Com serenidade e rigor, o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins explicou e demonstrou imediatamente, ponto por ponto, como este pretenso drama é uma ficção.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Nem eu nem ninguém percebeu!

O Orador: — Como, obviamente, não era o rigor o que estava em causa, nem procuraram desmenti-lo. Limitaram-se a repetir à exaustão expressões dramatizadoras, tais como «o desgoverno», «o descalabro», «o caos», permitindo-se mesmo o Primeiro-Ministro procurar apoucar Portugal, pôr em causa a sua credibilidade externa, a confiança dos mercados e dos investidores, proclamando, aqui, que «Portugal está de tanga».

Aplausos do PS.

Falemos, pois, muito claro: o pretendido drama do primeiro trimestre é um truque de malabarismo.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não é sério tentar criar a ideia de excesso de despesa, comparando períodos homólogos de anos diferentes, escamoteando que, entretanto, surgiram novas condicionantes legais, como a aplicação das leis das finanças locais ou da segurança social, que o Orçamento do Estado de 2002 expressamente prevê, não sofrendo a execução desvios quanto ao orçamentado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não é sério criar a ilusão de um aumento do défice do sector público com base nas transferências do subsector Estado para o subsector segurança social, que sendo ali despesas e aqui receitas têm um efeito nulo para o défice do sector público administrativo. Nós também não gastamos o nosso dinheiro quando o movimentamos de uma nossa conta à ordem para uma nossa conta a prazo, ou quando mudamos a carteira do bolso esquerdo para o bolso direito.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não é sério fazer projecções lineares para os próximos meses de despesas que se sabem irrepetíveis, como é o caso dos retroactivos devidos aos professores ou a mera antecipação da execução do Quadro Comunitário de Apoio.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Permitam-me, por isso, que seja ainda mais claro: o drama do primeiro trimestre é uma mentira, uma nova mentira...

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — ... para procurar esconder a mentira eleitoral do choque fiscal.

Aplausos do PS.

Os socialistas portugueses não têm lições de rigor, de seriedade e de competência económica a receber,...

Risos do PSD e do CDS-PP.

... muito menos do PSD e do CDS-PP.

Foi o PS, com Mário Soares, que tirou o País da bancarrota em que o anterior governo da AD deixou Portugal.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Foi o PS, com António Guterres, que venceu a crise económica,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Venceu a crise económica?!

O Orador: — ... reduziu o desemprego, a inflação, a dívida pública e o défice do «cavaquismo», aumentando o investimento e a despesa social.

Aplausos do PS.

Como não há duas sem três, será também o PS, agora com Ferro Rodrigues, que há-de permitir que Portugal recupere do estado em que este novo Governo da AD há-de deixar Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A terceira conclusão a extrair deste debate é muito clara: o Governo decidiu romper o consenso possível em torno do objectivo, que devia ser nacional, de consolidação das finanças públicas.

Esclareceu, aliás com particular ênfase, que o que move e norteia o PSD no Governo é o combate ao PS. «Governar bem...» — disse o líder parlamentar do PSD — «... é governar contra os socialistas».

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Se necessário!

O Orador: — «Quando tenho dúvidas...» — disse o Sr. Primeiro-Ministro — «... penso como é que eles fariam, para fazer exactamente o contrário».

O Orador: — Escolheram o caminho, têm legitimidade para o prosseguir, mas não terão a nossa companhia. No entanto, como também explicitaram, preferem estar sós do que mal acompanhados. Boa viagem!

Aplausos do PS.

Honra lhes seja: aqui são coerentes. Fora alguns adegaços, tão emblemáticos quanto irrelevantes para o efeito, como a anunciada extinção de 20 institutos públicos — já compensados, aliás, com o anúncio, no próprio Programa do Governo, da criação de 8 novos organismos —, a estratégia de consolidação orçamental assenta, efectivamente, numa opção ideológica muito clara que se afirma no aumento da tributação mais gravosa para os mais desfavorecidos, no ataque aos sistemas públicos de segurança social, saúde e ensino, na ameaça das políticas sociais de nova geração, na desvalorização da ciência e tecnologia, do ambiente, da criação cultural e na paralisação ou adiamento de infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento do País.

Tendo em conta o vosso critério, acertaram. Estamos contra esta estratégia e iremos opor-nos firmemente à sua

prossecução, em nome dos nossos valores: dos valores da solidariedade, da igualdade de oportunidades e da modernidade.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — A quarta conclusão evidenciada por este debate é a de que este Governo nasceu murcho e apresenta-se com um programa chocho.

Não há, neste Programa, uma ambição para Portugal, um *élan* mobilizador, um desígnio, um impulso modernizador, um projecto de desenvolvimento. Há preconceito ideológico. Há omissão, graves omissões. Não há, por exemplo, em todo o Programa, uma palavra — uma que seja! — sobre a reforma do sistema político. Há suspensão, adiamento, indecisão, falta de imaginação, falta de clareza.

Este é um Governo dominado pela visão das finanças públicas como um fim em si mesmo e em que todos os seus membros foram reduzidos à função atenta e obrigada de meros ajudantes da Sr.^a Ministra das Finanças, duplicando as funções das delegações da Direcção-Geral do Orçamento... Despesismo que, aliás, não podemos deixar de sublinhar.

Risos do PS.

O próprio Primeiro-Ministro tomou a iniciativa de substituir a apresentação e discussão daquilo que desejava que fosse o seu Programa do Governo pela apresentação e discussão do plano de actividades do Ministério das Finanças até ao final de 2002.

Como se o País e o próprio Governo não alcançassem outro horizonte. Agora se percebe como bem avisado andou o Sr. Ministro do Ambiente ao manter o seu lugar de recuo na Câmara Municipal de Oeiras.

Risos do PS.

Devo, desde já, explicitar que o Grupo Parlamentar do PS não está disponível para participar neste processo de suspensão geral do País. Assumiremos na plenitude o nosso mandato, exercendo a iniciativa legislativa. Sem aumentar a despesa, sem diminuir a receita, mas de acordo com o programa com base no qual fomos eleitos, como oposição responsável e construtiva.

Quanto a matérias que são também objecto do Programa do Governo, aguardaremos lealmente que o Governo esteja em condições, num prazo razoável, de exercer o seu direito de iniciativa. Quanto às medidas em que são omissoes, avançaremos, desde já, de acordo com as nossas prioridades.

Quero, por isso, anunciar que, a curto prazo, apresentaremos quatro iniciativas legislativas em quatro áreas que julgamos fundamentais: para a reforma do sistema político, a reforma da lei eleitoral para a Assembleia da República; para a estabilidade das finanças públicas, um projecto de lei de estabilidade orçamental; para a reforma da administração pública, a criação do cartão único do cidadão; e, para a área social, a lei que permitirá a criação de 100 farmácias sociais.

Aplausos do PS.

Há, por fim — e assim terminei, Sr. Presidente —, uma quinta e última conclusão que ressalta deste debate: a apresentação e previsível aprovação da moção de confiança definem e fixam o quadro de legitimidade parlamentar deste Governo.

Esta clarificação é muito positiva, porque afirma uma maioria parlamentar que garante estabilidade ao Governo, garantindo-lhe, sem alibis, condições para a plena execução do seu Programa.

Mas é também positiva, porque clarifica o quadro da investidura parlamentar. A partir de hoje, a legitimidade deste Governo assenta e depende do apoio que lhe derem os Deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS-PP. E a sua legitimidade subsistirá enquanto subsistirem estes apoios.

Este facto é da maior relevância política, porque estamos perante um curioso paradoxo: o Governo sai parlamentarmente reforçado; o Primeiro-Ministro fica politicamente dependente do seu parceiro de coligação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Primeiro-Ministro não saberá se cai, mas desta vez saberá quando cai: é quando o Dr. Paulo Portas quiser!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Leonor Beleza.

A Sr.^a Leonor Beleza (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sendo esta a primeira vez que uso da palavra nesta Legislatura, permita-me, Sr. Presidente, que lhe manifeste os meus respeitosos cumprimentos de congratulação pela sua eleição para conduzir esta Câmara e o desejo do maior êxito no cumprimento das suas elevadas funções.

Quero saudar também, com grande satisfação, o Sr. Primeiro-Ministro e todos os membros do Governo, desejando-lhes os maiores êxitos, para bem de todos.

Permitam-me, ainda, que dirija a todos os meus colegas Deputados uma saudação, no momento em que tenho a honra de integrar de novo a Assembleia da República.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, está a terminar a discussão constitucional do Programa do Governo e, com ela, a chegar ao fim o demasiado longo período de indefinição política a que a fuga às suas responsabilidades do anterior governo nos conduziu.

É seguramente desagradável de ouvir, Srs. Deputados do Partido Socialista, mas se estamos aqui hoje, se Portugal interrompeu o ciclo de estabilidade política a que se tinha habituado, se durante meses vivemos com governos de gestão, isso só se deve a um facto, como já todos sabemos: o PS governou mal e, no dia 16 de Dezembro passado, o Eng.^o Guterres aproveitou o pretexto que o País lhe ofereceu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aí encontrou o Eng.^o Guterres a sua porta pessoal de saída para a situação que tinha obrigação de conhecer melhor do que nós.

Uma situação em que Portugal estava, pela mão do então primeiro-ministro, a violar compromissos solenes que assumira e que os portugueses pagariam a prazo, em qualquer circunstância, no seu bem-estar e nas suas condições reais de vida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sabiam bem VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados do Partido Socialista, o que aí teria de vir: o que agora aí virá. E numa coisa tiveram razão. Não é para um Governo como foi o vosso a situação que estamos a viver.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Ela exige coragem, determinação, escolhas, gestão criteriosa, decisões dificeis, medidas impopulares, reformas, afrontamento de interesses instalados. Exige saber dizer «não»!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Não se compadece com a falta de coragem, a ausência de determinação, a incapacidade de decidir, a absoluta paralisação em relação a reformas dificeis de que tivemos provas sobejass na vossa governação ao longo destes seis anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Apesar de tudo isto, apareceu aqui o Partido Socialista a pretender dar lições, a tentar condicionar a verdade com que foi preciso falar, a fazer-se de vítima deste Governo e desta maioria e a pretender que se esquecesse o sentido fundamental das razões que nos levaram a estar aqui, hoje, nas posições relativas tão profundamente diferentes daquelas em que cada um se sentava há poucos meses atrás.

Do debate aqui havido, resultam três ideias força — sou mais breve do que o Sr. Deputado António Costa —, muito claras, muito simples, que se resumem em pouco tempo.

A primeira ideia é tão simples como dura de encarar: é que a situação em que estamos é uma situação muito má. E é muito má a diversos títulos.

É má objectivamente. Os números e os factos conhecidos falam por si. As contas, o nível da despesa, o défice de 2001 por conhecer, a triste execução orçamental de 2002, o desequilíbrio externo, a divergência com a União Europeia, os outros a andarem para a frente e nós a vê-los afastarem-se, a falta de produtividade, o nosso País a ser duramente criticado, a falta de credibilidade interna e externa. A nossa trajectória, em matéria de despesa pública primária, é tristemente única no contexto da zona euro.

É má a situação pelas suas consequências: pelas suas consequências para a economia portuguesa; pelas suas consequências para sociedade portuguesa; pelas suas consequências no moral dos portugueses.

A correcção desta situação má vai implicar sacrifícios que não seriam necessários se a actuação dos governos do Partido Socialista tivesse sido apenas sensata.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Os portugueses vão ter de pagar os excessos do passado recente. A economia portuguesa vai

ter um crescimento relativamente fraco, porque não vamos poder aproveitar plenamente o crescimento na Europa e nos Estados Unidos, como poderíamos se tivéssemos uma situação (apenas) sã.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Está seriamente abalado um capital precioso para Portugal: a nossa credibilidade. O problema não é, Srs. Deputados, falarmos disto. O problema é que, quer falemos ou não, por culpa dos governos do Partido Socialista, um capital precioso para a forma como os nossos concidadãos e concidadãs vivem efectivamente está seriamente prejudicado. O PS tratou a questão nuclear do equilíbrio orçamental como o aluno que não estuda e quer passar com truques.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O aluno que pensa que pode passar com cábulas, porque aprender a sério é secundário, desde que quem avalia não dê pela ignorância.

Hoje, não se governa a sério com truques de ilusionismo. Haver erros de previsão é mau, mas pode justificar-se; agora, contar com a distração e a incompetência dos outros para nos safarmos é imperdoável e muito perigoso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O governo socialista ganhou a lotaria, gastou o dinheiro todo e endividou-se, como se ganhar o 1.º prémio acontecesse todos os meses.

Um País com a nossa dimensão, com os nossos compromissos, precisa, como de pão para a boca, literalmente, de credibilidade. Nós, todos os dias, precisamos de ter acesso a crédito; precisamos de ir lá fora buscar dinheiro fresco para nos financiarmos; precisamos que os outros acreditem naquilo que dizemos; precisamos que saibam que o que dizemos corresponde àquilo que fazemos, que os números que revelamos correspondem à verdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — É má, em si, a situação em que estamos, e é muito urgente que seja corrigida. E é má, especialmente má, se a compararmos com o que nos foi prometido. Isto porque, quer em 1995, há seis anos atrás, quer sobretudo em 1999, há apenas dois anos e meio atrás, o que nos foi prometido não tem qualquer correspondência com o que foi realizado.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O que foi prometido aqui, nesta Casa, apenas há dois anos e meio, pelo Eng.^o Guterres, foi uma legislatura de progresso, de convergência com a Europa, de satisfação das necessidades dos portugueses, de diminuição séria do défice, de cumprimento dos nossos compromissos internacionais. O que, de facto, foi feito fica muitíssimo aquém daquilo que foi prometido; fica, em alguns sectores, doentamente aquém daquilo que nos foi prometido e em que, apenas há dois anos e meio, tantos portugueses acreditaram.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Não só se não fez uma pálida parte daquilo que foi prometido como nos é deixada, em jeito de despedida, uma situação muito má, sejam quais forem os números que ainda faltam apurar em toda a sua extensão.

Perante esta situação, avulta a diferença de atitude do Governo e do Partido Socialista.

O Governo assume que a situação é grave e escolheu responsavelmente tratar os portugueses como eles precisam e merecem, contando-lhes a verdade, alertando-os para a necessidade de mudar substancialmente de rumo e de realizar sacrifícios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Já o Partido Socialista, mesmo na presença de todos os dados conhecidos, persiste na sua atitude e teima em não reconhecer a verdade. Por meras razões de autodefesa ou de pequena política, em vez da seriedade que se lhe pedia — dando, ao menos agora, disso provas —, em vez de reconhecer que a situação é muito má, persiste na simples chicana política da negação do que entra pelos olhos dentro de todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O cúmulo, Srs. Deputados do Partido Socialista, é agora, depois de tudo o que aconteceu, depois de tudo o que se sabe, continuarem os senhores, entre os quais estão muitos dos grandes responsáveis por aquilo que aconteceu, ...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

A Oradora: — ... a tentar, a todo o custo, dar lições aos outros e a negar a verdade, a negar as responsabilidades.

Desta forma, depois de perderem as eleições no dia 17 de Março, perdem agora toda a credibilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A primeira ideia-força deste debate é, pois, que a situação é má. E, perante ela, ficou patente a coragem e a determinação com que o Governo a assumiu e ficou patente a atitude de negação e de irresponsabilidade de quem aqui nos conduziu. Ficou patente a separação das águas.

A segunda ideia-força é a de que os portugueses querem mudar e têm o direito de mudar. As eleições mostraram, de forma óbvia, que os portugueses quiseram e querem a mudança. Mas, sobretudo, os portugueses têm direito à mudança. Têm direito, todos, ao mesmo nível de vida de que usufruem os nossos parceiros comunitários. Têm direito a aspirarem a níveis elevados de realização pessoal e de bem-estar. Têm direito a sentir orgulho e satisfação na sua condição. Antes de tudo isto, têm direito à satisfação das suas necessidades básicas, e a dura realidade para muitos dos nossos compatriotas é a de que nem essas necessidades básicas estão garantidas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — É pena que os principais responsáveis, que estão aqui, nesta Casa, e que participaram neste debate, não o reconheçam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que se quer agora, aquilo que os portugueses precisam e merecem, é um futuro completamente diferente. O diagnóstico, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está feito. O que é preciso agora, e muito depressa, é trabalhar; é coragem para reformar; é fazer aumentar a produtividade; é garantir e reforçar a coesão. É absolutamente necessário que haja uma cultura e uma prática de rigor, de exigência e de responsabilidade.

Também aqui existe clivagem entre o Governo e a oposição.

O Governo fala a linguagem da verdade e da exigência; assume, sem margem para dúvidas, a necessidade de fazer diferente e muito melhor, incluindo, em toda a extensão, onde a verdade e a exigência determinam enfrentar dificuldade, fazer face a grupos, desagradar a poderosos.

O Partido Socialista continua, na oposição, o seu trabalho enquanto governo. Fala ainda uma linguagem de facilidades, de demagogia, de permissividade.

Tenho de admitir, em tese, que podem estar convencidos daquilo que dizem, mas dificilmente convencerão alguém de que não é por mera razões de autodefesa que persistem na negação da necessidade de mudança e de alteração radical de estilo, de esforço e de políticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Também aqui o debate mostrou, de forma muito clara, as diferenças. Ficou patente que o Governo quer e garante a mudança. Ficou patente que o PS continua o mesmo que os portugueses, nas urnas, despediram com justa causa. Ficou patente a separação das águas.

A terceira questão é ideia-força, que acresce ao pano de fundo em que nos movemos e ao sentido de mudança, em que são tão diferentes e significativas as atitudes do Governo e da oposição, é a de que se provou aqui uma realidade muito importante.

Essa realidade é a da solidariedade da unidade e da coesão no interior do Governo e a da solidariedade da unidade e da coesão entre o Governo e a maioria que o apoia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É aqui que se coloca o sentido da moção de confiança que o Governo apresentou a esta Câmara.

Podia o Governo dar-se por satisfeita com a não aprovação das moções de rejeição que foram apresentadas; podia quedar-se pelo facto de nem sequer os vários partidos da oposição se entenderem em relação a essas moções; podia bastar-se com a falta de sentido do tanto que aqui foi dito e do muito que aqui se não quis reconhecer.

A sujeição à Assembleia da República de uma moção de confiança significa a convicção de que a unidade do Governo e deste com a maioria parlamentar que o apoia é uma realidade patente neste debate e na totalidade da Legislatura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não se basta o Governo com um voto instantâneo que se esgotar no imediato; a colocação da questão da confiança, aqui e agora, e o seu voto traduzem a vontade e a convicção de cumprir a Legislatura. É de quatro anos que estamos a tratar.

O Sr. António Costa (PS): — Quatro anos e meio!

A Oradora: — Pode estar descansado, Sr. Deputado António Costa.

A unidade do Governo e deste com a maioria é para se manifestar, perante esta Câmara, em todos os importantes debates e tomadas de posição que aqui ocorrerão durante quatro anos...

O Sr. António Costa (PS): — Quatro anos e meio!

A Oradora: — ... debates para tratar de modificações e reformas na segurança social, na saúde ou na educação; grandes debates de fundo; debates do próximo Orçamento rectificativo e de todos os Orçamentos da Legislatura; das grandes linhas de actuação para debelar a má situação que nos é delegada.

Nunca a questão da confiança foi suscitada durante a meia Legislatura anterior ou a Legislatura inteira que a antecedeu.

O Sr. António Costa (PS): — É natural!

A Oradora: — Ao Eng.º António Guterres bastou ir sobrevivendo ao longo dos últimos seis anos, tentando manter-se no poder, mas sem qualquer vontade real de o usar.

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Agora, é de uma realidade muito diferente que estamos a falar. O Governo não se contenta com uma simples atitude passiva, quer um empenho activamente manifestado, um envolvimento de todos e de cada um dos Deputados que constituem a maioria, no sentido de, sempre que for caso disso, secundar, antecipar ou conjugar esforços com o Governo para realizar a esperança que os portugueses têm o direito de sentir. A esperança que os portugueses precisam de sentir!

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Também aqui é patente a diferença de atitude deste Governo e dos que o antecederam, como é patente, mais uma vez, o separar das águas!

Foi este um debate, em suma, com um sentido muito claro, como muito claras ficaram as formas de estar e o sentido das políticas e o corte com o passado recente.

O Grupo Parlamentar do PSD está do lado de quem reconhece e revela a extensão dos problemas que o País enfrenta. Está do lado de quem quer uma inequívoca mudança. Está ao lado de quem nos pede que manifestemos um compromisso de unidade e de empenhamento por quatro anos, em nome dos interesses superiores dos portugueses.

Applausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Chegou ao fim o debate do Programa do Governo. Foi um bom debate. Foi, sobretudo, um debate esclarecedor.

Para mim, o mais significativo está no facto de o debate ter sido ganho pelo Governo e pela maioria que o apoia, quando o Governo vem ao Parlamento apresentar opções difíceis.

Pela primeira vez nos últimos seis anos, o Governo vem ao Parlamento dizer a verdade e não escondê-la; vem ao Parlamento pedir sacrifícios para oferecer esperança e não adiar decisões para vender mais ilusões. E mesmo assim, ou talvez por isso mesmo, o Governo ganha o debate na Assembleia da República!

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Temos, de um lado, um projecto de mudança para Portugal: o projecto do meu Governo. Uma mudança a fazer com solidez e com segurança, mas também com optimismo e confiança.

Do outro lado, do lado das oposições, temos argumentos avulsos, desconexos e contraditórios, mas, sobretudo, uma notória incapacidade, a incapacidade socialista de reconhecer o descalabro financeiro e o des controlo orçamental a que conduziram Portugal.

Hoje, o Partido Socialista — penso que este é talvez o dado mais surpreendente do debate — fala como se nada tivesse a ver com tudo quanto se passou, como se nada tivesse a ver com o défice de 2001, com as contas públicas, ainda nem sequer certificadas pela Comissão Europeia, com a brutal derrapagem orçamental dos primeiros meses deste ano, com o facto de deixar o País à beira do incumprimento das nossas obrigações comunitárias.

Em linguagem popular, é caso para dizer que os socialistas fazem o mal e a caramunha!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Primeiro, lançaram o País numa grave crise orçamental e financeira; depois, abandonaram o barco e fugiram; e, agora, ainda têm o desplante de não assumir responsabilidades e de tentarem atirar as culpas para cima dos outros.

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Durante o debate assistimos a exemplos de extraordinária desfaçatez. Houve mesmo quem dissesse que o défice, que é quase o triplo daquilo que estava previsto,...

O Sr. António Costa (PS): — Quase!

O Orador: — ... seria motivo para o partido que esteve no governo se vangloriar.

Quer dizer, agora, o novo governo vai ter de reparar o mal que o Partido Socialista fez ao País, mas o Partido Socialista, em vez de nos agradecer,...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Agradecer?!

O Orador: — ... ainda nos critica por termos de tomar as opções que o País exige por causa do estado em que o deixaram. É caso para dizer: «Tanta desfaçatez, meu senhores!».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — A desfaçatez é sua!

O Orador: — Ao longo do debate, os socialistas foram iguais a si próprios: mostraram total falta de pudor e revelaram absoluta ausência de humildade política.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — O senhor já não está na oposição!

O Orador: — Mais: permitam-me que vos diga, demonstraram mau perder e até exibiram um profundo ressentimento, que só pode ser dirigido aos eleitores por estes terem querido mudar o sentido da governação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quando se fala verdade, não se está a diminuir a posição de Portugal.

Ao longo dos últimos anos e, sobretudo, dos últimos meses, sofri, e penso que muitos portugueses também, quando via, na imprensa internacional, o desdém com que Portugal era olhado por alguns desses *media* europeus e internacionais. Li o modo como alguns jornais europeus se referiram às nossas fragatas acostadas no cais, às Forças Armadas paralisadas, à situação de incumprimento em que Portugal se colocou.

Quem é o causador do problema? Quem denuncia o problema? Quem conduziu o País a esse problema?

Meus senhores, quem apoucou Portugal foi o governo socialista! Quem degradou a imagem de Portugal foi o governo socialista! Quem pôs em causa o interesse nacional foi o governo socialista e, por isso,...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Repito: o senhor já não está na oposição!

O Orador: — ... os portugueses quiseram mudar de rumo e vão mudar de governação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Tivemos, e temos, de expor ao País a verdade. E quando vemos argumentos como os que aqui foram expendidos, temos de concluir — isso, sim! — que o Partido Socialista ainda não recuperou do choque eleitoral.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — O senhor sonha com choques!

Risos do PS.

O Orador: — A verdade é esta: o governo anterior deixou o País financeiramente de rastos. VV. Ex.^{as} queriam que isto fosse escondido dos portugueses? Qual é o argumento para que tal acontecesse, para que Portugal não fosse confrontado com a situação em que os senhores deixaram o País?

É caso para dizer que o governo socialista fica para a história como o governo mais incompetente da vida democrática portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na minha intervenção inicial, não me limitei a uma apresentação genérica do Programa do Governo. Fui mais longe. Concretizei orientações, apresentei medidas, defini os contornos essenciais do programa de emergência de que o País precisa para sair da crise. Fi-lo com a coragem que a situação exige, com a clareza que o nosso país reclama.

No final deste debate, a conclusão a tirar é esta, simples e linear: ninguém ousou contestar a necessidade deste programa de emergência;...

Vozes do PS: — Oh!...

O Orador: — ... ninguém conseguiu demonstrar a dispensabilidade destas medidas;...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Essa agora!

O Orador: — ... ninguém logrou pôr em causa a oportunidade e o acerto das soluções que preconizei para a salvação das nossas finanças públicas.

O debate provou, assim, que não há alternativa a esta estratégia e que mesmo as oposições, por omissão ou pela tentativa de desviar as atenções, acabam por reconhecer que o Governo está no caminho certo, o caminho da recuperação das finanças públicas, o caminho do reequilíbrio orçamental, o caminho da reanimação da actividade económica, o caminho destinado a dar uma nova ambição a Portugal e uma nova confiança aos portugueses.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: a questão hoje é esta: a questão financeira não é o objectivo único e essencial da acção do Governo, mas é a mais urgente e, por isso, a que tem carácter prioritário.

O equilíbrio orçamental não é um fim, é um meio, não é uma ideologia, é uma condição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que me interessa não é melhorar os números, mas a vida das pessoas.

O equilíbrio orçamental não é um fim, mas um meio para atingir o progresso económico e social. Porém, sem realizarmos este equilíbrio não teremos condições para garantir o que são os objectivos principais do ponto de vista patriótico.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para nós, o mais importante é a justiça social. Para nós, o decisivo é a qualificação dos portugueses. Queremos um País mais justo; queremos um País mais culto; queremos um País com maior capacidade de afirmação no plano externo.

Não nos conformamos com a exclusão social que atinge, ainda hoje, proporções alarmantes; não nos resignamos com a pobreza que, em pleno século XXI, ainda nos envergonha e envergonha a consciência cívica e social dos portugueses; não cruzamos os braços perante os baixos

níveis de qualificação que, ainda hoje, afectam a nossa sociedade; não desistimos nem abdicamos do grande objectivo de uma sociedade mais solidária, no plano social e regional; não recuaremos um instante que seja no propósito de fazer de Portugal, no espaço de uma geração, um dos países mais evoluídos e mais desenvolvidos da Europa.

Não hesitaremos na construção de um País com maior coesão entre os portugueses, razão pela qual têm papel de relevo as Regiões Autónomas do Açores e da Madeira que daqui quero saudar vivamente, tanto mais que a autonomia regional e o seu futuro aprofundamento político são indispensáveis ao reforço da solidariedade nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este é o objectivo. Esta é a nossa ambição. Esta é, também, a razão de ser do voto dos portugueses. Esta é a causa central do Programa do Governo que apresentei ao Parlamento e ao País.

Mas hoje, chegados ao ponto a que chegámos, recebida a herança que recebemos, há uma questão prévia que condiciona tudo o resto, a questão financeira e orçamental, porque aqui reside o nó do problema e, sem desatar o nó, não resolveremos o problema.

Nós não confundimos objectivos com instrumentos. A resolução da questão financeira e orçamental é, pois, um instrumento, mas um instrumento inadiável, para Portugal poder alcançar os seus objectivos estratégicos.

Estou seguro que esta vai ser uma Legislatura histórica, porque vamos decidir, vamos reformar, vamos empreender, vamos dignificar o Estado, vamos recolocar Portugal na senda da modernidade a que os portugueses têm direito.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O momento nacional que vivemos não é um momento qualquer, nem no plano económico e financeiro nem no plano político.

Desde 1987, o País habituou-se a que os governos cumprissem o seu mandato. O governo anterior foi o primeiro a interromper esta obrigação de estabilidade. Ficou esgotada a fórmula de governo à medida que se esgotava a vontade e a energia do próprio governo.

Portugal vive hoje um momento grave e excepcional. E momentos excepcionais requerem soluções excepcionais.

Há, no nosso país, um problema central — uma grave crise de confiança. Temos de recuperar a confiança perdida. Temos de devolver confiança e esperança aos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É uma tarefa exigente e difícil, mas é uma tarefa necessária. Temos, para isso, uma estratégia firme, um Programa do Governo claro e temos, sobretudo, uma vontade sem falhas.

Considero indispensável, por isso mesmo, uma afirmação clara e explícita desta Assembleia, uma afirmação de vontade, que reforce a legitimidade do Governo para a realização desta tarefa nacional.

Não chega ao Governo, nestas circunstâncias excepcionais, que o seu Programa passe por omissão, de forma

escondida ou subentendida. Não quero que o Programa do meu Governo passe pelo silêncio ou pela indiferença.

Por essa razão, apresentei a moção de confiança, que o Parlamento votará daqui a instantes.

É fundamental um compromisso para a mudança. Um compromisso que é do Governo, mas um compromisso que também tem de ser da Assembleia da República e do País. Ao pedir o apoio desta Assembleia, estou, também, a pedir aos portugueses o seu apoio, o seu empenho, a sua solidariedade activa.

Exijo de mim próprio e do meu Governo dar o melhor. Aos Portugueses peço o apoio para este compromisso de mudança.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portugal precisa de um espírito de exigência e de uma cultura de responsabilidade. Mas, nesta altura, devemos sublinhar que os problemas do País não se resolvem apenas com o Governo.

Ao Governo cabe dar o sinal, mostrar uma atitude, dar o exemplo. Mas é só com o envolvimento de todo o País que poderemos vencer os desafios que temos pela frente.

A mudança não se decreta a partir do Estado. Praticase, e faz-se, envolvendo o conjunto dos portugueses. Por isso, o Governo estará sempre disponível na construção de consensos. Nós somos a favor de consensos.

O Sr. Machado Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Ah!...

O Orador: — Nós procuramos associar todos aqueles que o quiserem na busca das melhores soluções para Portugal. Mas que fique bem claro: a democracia é, no respeito pelas minorias, a regra da maioria. Cabe-nos a nós decidir. Nunca prescindiremos dessa responsabilidade. Estou seguro que é isso que Portugal quer, não um governo que tem a cobardia de fugir mas, sim, um governo que tenha sempre a coragem de decidir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Após este debate, Portugal sabe que o Governo tem um Programa e que esse Programa é para cumprir.

Acreditamos em Portugal e estamos prontos. Para nós, as dificuldades são desafios, os problemas são oportunidades.

O tempo que aí vem vai valer a pena.

Portugal não pode perder mais tempo. Portugal não pode falhar outra vez.

Vamos ao trabalho, como sempre, por Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrado o debate do Programa do XV Governo Constitucional.

Antes de passarmos à votação das moções, permito-me exprimir, a minha congratulação pelo modo como decorreram os nossos trabalhos nestes dois dias da IX Legislatura.

Tivemos debates elevados, seguidos atentamente por um Hemiciclo que, a maior parte do tempo, esteve praticamen-

te cheio. Estiveram nas galerias muitos cidadãos e cidadãs, demonstrando o interesse que um debate desta natureza manifestamente tem.

Este debate foi seguido, em directo, pela rádio e pela televisão em todo País até aos confins das ilhas dos Açores de onde recebi depoimentos directos sobre a matéria. Não tenho dúvida em dizer que a imagem dos trabalhos que passámos para os nossos concidadãos, para Portugal, foi positiva, dignificante, facto extremamente importante que espero que marque o arranque desta IX Legislatura.

Posto isto, vamos passar às votações.

De acordo com o que dispõe o Regimento no seu artigo 102.º, n.º 4, quero comunicar à Câmara que, neste caso, exercerei o meu direito de voto, conformando-o com o voto do Grupo Parlamentar do PSD.

Vamos, então, proceder à votação das moções, de acordo com a respectiva ordem de entrada na Mesa.

Vamos votar a moção de rejeição n.º 1/IX, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

Passamos à votação da moção de rejeição n.º 2/IX, apresentada pelo PCP.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

Por fim, vamos proceder à votação da moção de confiança n.º 1/IX, apresentada pelo Governo, subscrita pelo Primeiro-Ministro.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Sr.ºs e Srs. Deputados, perante o resultado das votações que acabámos de fazer, o XV Governo Constitucional recebe a investidura parlamentar e, com ela, a plenitude dos seus poderes constitucionais.

Em nome da Câmara, e julgo que mesmo em nome dos Srs. Deputados que votaram contra a moção de confiança, desejo ao Sr. Primeiro-Ministro, aos membros do Governo, ao Governo de Portugal, boa sorte, para bem de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Cumprida esta nossa tarefa, absolutamente prioritária, para o bom funcionamento das instituições constitucionais do nosso regime democrático, a tarefa prioritária seguinte é a constituição das comissões permanentes da Assembleia da República, de que nos iremos ocupar através de um projecto de deliberação sobre a matéria, que será devidamente estudado em sede de Conferência de Líderes e, depois, apreciado e votado na próxima reunião plenária.

A próxima sessão plenária realizar-se-á na quarta-feira, 24 de Abril, pelas 15 horas, e a ordem de trabalhos constará da apreciação e votação do projecto de deliberação que acabo de referir e, ainda, da apreciação de alguns votos e de petições.

Na quinta-feira, 25 de Abril, Dia da Liberdade, pelas 10 horas e 30 minutos, terá lugar uma sessão solene comemorativa do 28.º aniversário do 25 de Abril e da abertura da IX Legislatura, com a presença do Sr. Presidente da República e de todos os corpos do Estado.

Entretanto, convoco a Conferência de Líderes para reunir na próxima segunda-feira, pelas 15 horas, alterando-se, assim, a marcação da reunião que estava prevista realizar-se amanhã, às 11 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 20 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
Fernando Mimoso Negrão
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
João Rodrigo Pinho de Almeida
Manuel de Almeida Cambra
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Manuel Alegre de Melo Duarte

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 2,60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa